



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

OLHANDO O CAMPO DA ECONOMIA DE COMUNHÃO – EdC
UMA ANÁLISE DA DALLA STRADA: UM EMPREENDIMENTO
CONSIDERADO DA EdC

William Soares dos Santos

Orientadora: Dra.: Mércia Rejane Rangel Batista

CAMPINA GRANDE – PARAÍBA

2012

WILLIAM SOARES DOS SANTOS

OLHANDO O CAMPO DA ECONOMIA DE COMUNHÃO – EdC
UMA ANÁLISE DA DALLA STRADA: UM EMPREENDIMENTO
CONSIDERADO DA EdC

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS, como requisito necessário à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, sob a orientação da professora Doutora Mércia Rejane Rangel Batista.

CAMPINA GRANDE – PARAÍBA

2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S237o Santos, William Soares dos.
Olhando o campo da Economia de Comunhão - EdC: uma análise da
Dalla Strada: um empreendimento considerado da EdC / William Soares dos
Santos. – Campina Grande, 2012.
148f. : il., color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de
Campina Grande, Centro de Humanidades.
Orientadora: Profª. Drª. Mércia Rejane Rangel Batista.
Referências.

1. Economia. 2. Empresas. 3. Mercado. 4. Comunhão. 5. Reciprocidade.
I. Título.

CDU 33 (043)

WILLIAM SOARES DOS SANTOS

OLHANDO O CAMPO DA ECONOMIA DE COMUNHÃO – EdC
UMA ANÁLISE DA DALLA STRADA: UM EMPREENDIMENTO
CONSIDERADO DA EdC

Dissertação apresentada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra Mércia Rangel Batista (PPGCS/UFCG – Orientadora)

Professora Dra. Magnólia Gibson Cabral da Silva (PPGCS/UFCG – Examinadora interna)

Professor Dr. José Gabriel Silveira Corrêa (UFCG – Examinador externo)

CAMPINA GRANDE – PARAÍBA

2012

AGRADECIMENTOS

A Deus razão maior da minha vida e da minha fé.
Aos familiares que acreditaram e me incentivaram a realizar este trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande pela oportunidade a mim concedida de cursar este Mestrado e, com isso, realizar meus estudos sobre a Economia de Comunhão.

Ao REUNI pela bolsa de estudos, viabilizando assim os recursos financeiros necessários para realização deste trabalho.

À professora Mércia, de quem pude apreender competência, confiança e zelo em todas as etapas da realização deste trabalho e que me “presenteou” com a orientação desta dissertação. A ela meus sinceros agradecimentos.

Aos professores Gabriel Corrêa e Magnólia Gibson, membros da banca examinadora, pela competência com que sugeriram contribuições em prol do aperfeiçoamento teórico e empírico deste trabalho

Aos meus amigos mais próximos, por quem tenho estima e apreço.

E aos queridos amigos/irmãos/companheiros que fazem a Dalla Strada, sobretudo, os seus gestores, pela confiança em mim depositada e pela transparência e seriedade com que corresponderam à pesquisa de campo que realizei junto a esta empresa.

Vossas riquezas e filhos são vossa tentação, enquanto Deus reserva uma recompensa
magnífica.

Temei a Deus com todas as forças; escutai, obedecei, dai esmolas (sadaga) em vosso
próprio interesse. Aquele que se põe em guarda contra sua avareza será feliz.

Se fizerdes a Deus um empréstimo generoso, ele vos pagará em dobro, ele vos perdoará,
pois ele é reconhecido e cheio de generosidade.

Ele conhece as coisas visíveis e invisíveis, é o poderoso e o sábio.

(versos retirados da famosa Surata LXIV, “decepção mútua” –
Juízo Final – dada em Meca a Maomé. Fragmento extraído da obra
“Ensaio sobre a Dádiva”, de Marcel Mauss

RESUMO

Mediante a perspectiva da Economia da Dádiva, é que propomos, nesta Dissertação, realizar uma abordagem teórica e empírica acerca do que está sendo apresentado enquanto “Economia de Comunhão – EdC”. Este plano econômico foi lançado no Brasil, em maio de 1991, na cidade de Vagem Grande Paulista, estado de São Paulo, pela italiana e fundadora do grupo religioso cristão/católico denominado “Movimento dos Focolares” Chiara Lubich (1920-2008). Sendo destinado a empresas, sobretudo, de cunho particular, na sua grande maioria ligadas a este grupo religioso, a EdC tem como objetivo intervir na realidade da pobreza e da miséria, com a finalidade de emancipação social dos que são “ajudados” através de projetos sociais financiados pelas empresas ligadas a este considerado projeto econômico. A intenção é de que tais empresas possam gerar lucros que possam ser colocados em “comum” – doados –, numa atitude fraterna de “comunhão” e “reciprocidade”, sendo esta a “novidade” que este projeto econômico defende e diz ser possível coabitar junto à dinâmica capitalista do mercado. Baseado neste propósito é que formulamos a questão que permeou todo este trabalho: é possível, de fato, que os princípios da EdC sejam vivenciados no mercado, sem que sejam submetidos pelo capitalismo? Desafiados por estas considerações, é que realizamos a pesquisa de campo junto à Dalla Strada, um empreendimento considerado da EdC.

Palavras-chave: Economia, empresas, mercado, comunhão, reciprocidade.

ABSTRACT

This research proposes a theoretical and empirical approach to the Communion Economy taking the perspective of the Interactive Economy. This economic plan was adopted in Brazil in May 1991 at the town of Vagem Grande Paulista, in the state of São Paulo, by the Italian woman and founder of the Christian Catholic religious group called "Folckolare Movement". Being thought for enterprises, especially private ones, mostly linked to this religious group, the Interactive Economy has the objective of changing the reality of poverty and misery towards social emancipation of those who are helped through these social projects financed by the companies linked to aforementioned economic project. The aim is for the companies to generate profits which can be shared in "common" i.e., - donated - by means of a fraternal attitude of "communion" and "reciprocity", this, in fact, consisting of the "novelty" that this economic plan defends by stating that it is possible to have this reality alongside the capitalist dynamics of market. Based on these premises we posed a question that underlies the objectives of this work: Is it possible, in fact, for the principles of Interactive Economy to be used on the market without being interfered by capitalism? This challenge moved us to a field research in the context of Dalla Strada, an enterprise considered Interactive Economy.

Key words: Economy, companies, market, communion, reciprocity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – “JÁ EXISTE UMA ECONOMIA ALTERNATIVA?”	23
1.1 Partindo de Mauss: a teoria da dádiva	23
1.2 “Porque diabo fazemos dádiva?”	33
1.3 “Economia Solidária é a outra economia que acontece”	41
1.4 A Economia de Comunhão: “(...) Um novo estilo de vida no campo socioeconômico	46
1.5 Weber e a Economia de Comunhão, na perspectiva da dádiva	54
CAPÍTULO II – “VINTE ANOS DE EdC: UMA HISTÓRIA DE AMOR ENTRE O CÉU E A TERRA”	59
2.1 Preparação para a Assembleia	61
2.2 Assembleia Internacional da EdC: “Protagonistas Hoje de Uma Nova Economia”	70
2.2.1 A EdC: “Efeito de uma ‘Bomba’ no Campo Econômico” (Chiara Lubich)....	70
2.2.2 Empresa, pobreza e cultura	74
CAPÍTULO III – DALLA STRADA: POSSIBILIDADE OU CONCRETIZAÇÃO DA ECONOMIA DE COMUNHÃO EdC	81
3.1 Negociações	84

3.2 A Dalla Strada e sua proposta de profissionalização de jovens vindos da “rua” (Unidade de Igarassu)	86
3.3 A Casa do Menor e a Dalla Strada	88
3.4 A Dalla Strada sem a parceria com a Casa do Menor	91
3.5 Uma empresa que não produz	95
3.6 As relações na Dalla Strada	97
3.7 O “lanche” e sua função de interação social	101
 CAPÍTULO IV – DALLA STRADA E O CAPITALISMO	106
 4.1 A Dalla Strada	108
4.2 As disposições da empresa	112
4.3 A Dalla Strada e os “instrumentos de comunhão”	115
4.4 O embate: EdC X capitalismo	124
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
 BIBLIOGRAFIA	139
 ANEXOS	143

INTRODUÇÃO

A dissertação que aqui se apresenta, tendo como título *“Olhando o Campo da Economia de Comunhão (EdC) Uma análise da Dalla Strada: um empreendimento considerado da EdC”*, tem a finalidade de realizar uma investigação acerca do que vem sendo apresentado ao mundo econômico e social da atualidade enquanto Economia de Comunhão (EdC).

Para Pinheiro, a EdC é uma experiência peculiar da assim chamada “Economia Solidária – ES” (PINHEIRO, 2003, p. 333), que é uma proposta de um modelo econômico de conhecimento mais geral.

Ao aproximarmo-nos do tema e do campo em que se constitui a EdC, percebemos que um dos pontos recorrentes nos discursos e nos textos é a questão da “experiência”. Desta forma, para se investigar o fenômeno nos pareceu que se fazia imprescindível realizar uma pesquisa de campo junto a um empreendimento econômico, que se declarasse e fosse referenciado enquanto uma empresa baseada nos princípios da EdC. Então, realizamos a pesquisa na “Dalla Strada” que se reconhece como uma empresa da EdC. Os motivos que nos levaram a abordar tal empreendimento serão mais bem discutidos no terceiro capítulo.

Outro termo que se fez notar nos momentos de contato com o grupo estudado durante a Assembleia Internacional da EdC, foi a “utopia”, sobretudo, quando se fazia referência ao lançamento da EdC, dizia-se a seguinte frase: *“A utopia se tornou realidade”*¹. Por esta razão, é que levantamos autores e questões que nos permitem situar o que queremos dizer quando utilizamos o termo “utopia” no ato das nossas análises.

Pois bem, recuperando o sentido filosófico, etimologicamente, “utopia” refere-se à partícula grega “topos” (“τόπος”) que significa lugar, como também à partícula “ou”

¹ Anotação do caderno de campo, por ocasião da Assembléia Internacional da EdC.

("ou"), sendo uma negação "não". Assim, o termo "utopia" refere-se a "lugar nenhum". Isso evoca um lugar irreal (ideal) inatingível pela realidade empírica².

A palavra "utopia" foi utilizada, filosoficamente, pela primeira vez, na obra "A República" de Platão, invocando uma cidade imaginária ideal denominada "Callipolis", na qual os interesses pessoais estão de acordo com a coletividade, além de ter sido utilizado também pelo diplomata humanista Thomas More (1478-1535) ao apresentar uma ilha imaginária "Utopia", onde todos vivem em harmonia e trabalham em favor do bem comum. Daí, poder-se-ia sugerir, numa perspectiva da possibilidade, a busca do bom e do bem comum a todos³.

Silva, em seu artigo "Utopias para o III Milênio", analisa o que seria o "tom pejorativo" do termo utopia, quando este alude a uma realidade completamente desencarnada da realidade, portanto, irrealizável. Isso se deve ao fato de Engels querer legitimar um socialismo científico, cuja razão para isso é o materialismo histórico, como forma de se contrapor, sobremaneira, às ideias "irrealizáveis" (ENGELS, apud SILVA, 2003, p. 81).

Ao citar Desroche, Silva traz para a reflexão o valor que o imaginário, oriundo da utopia, exerce na sociedade, a ponto de lhe propiciar uma abertura para alternativas, à luz de projetos imaginários. Assim, a sociedade não estaria fechada em si mesma:

As utopias sociais são projetos imaginários de sociedades alternativas: imaginárias, mas alternativas, sem esse imaginário não haveria alternativas para uma sociedade, apenas um fechamento sobre si mesma, sobre uma realidade confortável ou desconfortável aparentemente acabada (DESROCHE, apud SILVA, 2003, p. 82).

Também é recuperada por Silva a visão utópica de Lins, segundo o qual o "ideal utópico" origina os valores humanos presentes na subjetividade do desejo e da paixão, encontrando motivação e razão de ser numa sociedade justa:

Para Soares, assim como a idéia de que a origem dos valores reside no que existe de mais subjetivo no homem, a saber, o desejo e a paixão, fundam o ideal utópico. Está presente também nessa visão utópica a idéia de que essas fontes subjetivas alimentam-se na

²Cf. site: <http://portalcienciaevida.uol.com.br/esfi/edicoes/25/imprime97876.asp> (consultado em 05/09/2011, às 19h00min).

³Cf. site: <http://portalcienciaevida.uol.com.br/esfi/edicoes/25/imprime97876.asp> (consultado em 05/09/2011, às 19h00min).

vigência de uma sociedade justa: o homem feliz como produção de uma aventura coletiva (LINS, apud SILVA, 2003, p 83).

Nesta perspectiva, o significado do termo utopia evoca, então, a dimensão do efêmero, da emoção e do amor, “desordenando” o criterioso contexto da razão:

Assim é que, como utopistas, estaríamos não apenas na esfera do efêmero, mas também na contabilidade da emoção, ou na contabilidade do amor, espaço matemático onde os sinais negativos não existem. Generosidade e paixão do social vão embaralhar os códigos do pensamento racional para estratificar num grito, num parto, numa paixão (SILVA, 2003, p 83).

Segundo Mannheim, no seu clássico texto “Ideologia e Utopia”, a utopia é apresentada a partir de uma visão concreta. Seguindo o seu raciocínio, primeiramente o autor afirma que uma situação utópica ocorre quando há um desacordo entre a realidade e o estado de espírito: “*Um Estado de Espírito é utópico quando está em incongruência com o estado de realidade dentro do qual ocorre*” (MANNHEIM, 1986, p 216).

Mas, em relação a isso Mannheim acrescenta que tais ideias que transcendem a realidade são consideradas utópicas quando se transformam em conduta e intervêm na realidade a ponto de modificar a ordem das coisas nela existentes: “*Iremos referir como utópicas somente aquelas orientações que, transcendendo a realidade, tendem, se se transformarem em conduta, a abalar, seja parcial ou totalmente, a ordem de coisas que prevaleça no momento*” (Ibidem, p 216).

Desta forma, configura-se uma concepção em torno da utopia que leva em consideração a dinâmica da realidade histórica, concreta, e que é socialmente determinada, estando em constante processo de mudança:

A concepção de utopia por nós utilizada parece neste sentido a mais inclusiva. Procura levar em conta o caráter dinâmico da realidade, na medida em que não assume como ponto de partida uma ‘realidade em si’, mas, antes, uma realidade concreta, histórica e socialmente, determinada, que se acha em um constante processo de mudança (Ibidem, p 222).

Assim, o que se concebe como utopia na atualidade pode vir a ser concretizada posteriormente: “*Devido a que determinação concreta do que seja utópico procede sempre de um certo estágio de existência, é possível que as utopias de hoje venham a ser as realidades de amanhã*” (MANNHEIM, apud LAMARTINE, 1986, p 227).

Mannheim ainda reconhece que a utopia permeia e estimula a vontade humana “*Mas a completa eliminação de elementos transcendentais à realidade, em nosso*

mundo, nos levaria a uma ‘constatação de fato’ que significaria, em última análise, a decomposição da vontade humana” (MANNHEIM, 1986, p 285).

A utopia propicia ao ser humano uma dinâmica que o impulsiona na busca pela concretização dos ideais. Sem a utopia, a pessoa estaria resignada ao seu próprio fechamento, não sendo capaz de compreender, interagir e modelar a própria história:

A desapareção da utopia ocasiona um estado de coisas estático em que o próprio homem se transforma em coisa. Iríamos, então, nos defrontar com o maior paradoxo imaginável, ou seja, o do homem que, tendo alcançado o mais alto grau de domínio racional da existência, se vê deixado sem nenhum ideal, tornando-se um mero produto de impulsos. Assim, ao término de um longo e tortuoso, mas heróico desenvolvimento, justamente no mais elevado estágio da consciência, quando a história vai deixando de ser um destino cego e se tornando cada vez mais uma criação do próprio homem, o homem perderia, com o abandono das utopias, a vontade de plasmar a história e, com ela, a capacidade de compreendê-la (Ibidem, p 285).

O sentido do termo “utopia”, portanto, localiza-se no contexto do irrealizável/realizável, ou seja, a situação de contingência humana não permite uma plena realização do ideal, mas propicia, até certo ponto, que se busque a concretização, ao menos parcial, do ideal que se pretende realizar.

No que diz à Dalla Strada, fundada em 2005, no “Polo Industrial Ginetta”⁴ (da EdC), em Igarassu, Pernambuco, conta atualmente com uma filial, aberta em 2011, no “Polo Industrial Spartacus” (da EdC), em Vagem Grande Paulista, São Paulo. Ambos os empreendimentos foram alvo desta pesquisa.

Vale salientar que Dalla Strada se trata de um empreendimento que fabrica bolsas e acessórios femininos, cujas mão de obra e matéria prima⁵ são “oriundas da rua”, conforme está dito na etiqueta de cada produto fabricado: *“Tanto a matéria prima quanto os jovens protagonistas desse projeto (co-autores das bolsas e acessórios) são ‘vindos da Rua’ mostrando que uma grande causa é capaz de renovar coisas, idéias e pessoas”*⁶.

⁴ Os chamados “Polos Industriais” da EdC são espaços delimitados, que se assemelham à condomínios fechados, geralmente próximos aos Centros Mariápolis, onde se instalam empresas da EdC dos mais variados ramos de produção. Atualmente, existem 08 Pólos Industriais no mundo, sendo que dois deles estão no Brasil Cf. site: <http://www.focolare.org/pt/in-dialogo/cultura/economia/> (acessado em 10/09/2011, às 10h35min).

⁵ São lonas recicladas de caminhão e retalhos de tecido e couro que iriam para o lixo.

⁶ Cf. site: <http://www.dallastrada.com/index.html> (consultado em 10/09/2011, às 08h24min)

Logo nos primeiros contatos com a teoria acerca da EdC, de forma mais específica, em alguma medida, deparamo-nos com uma indicação de referência entre a EdC e a Economia Solidária. Assim, começou o nosso esforço para compreender o campo que aqui se desenhava. Então, a partir do próprio nome dado a esse empreendimento, cuja significação do termo italiano “Dalla Strada” quer dizer “da estrada”, “da rua”, já pudemos apreender uma mensagem, uma vez que se refere aos que estão na rua, conhecidos no Brasil como “moradores de rua”.

O trabalho de campo realizado junto à Dalla Strada teve a duração de um mês, sendo distribuído entre as unidades de Recife e de São Paulo. A partir daí, procurou-se apreender os possíveis aspectos convergentes e divergentes entre ambas.

Para tanto, houve uma tentativa de se valorizar uma coleta de dados de forma mais subjetiva e vivencial, dando-se menos ênfase ao uso de questionários e à procura de informações quantitativas, embora se tenha lançado mão dos mesmos, quando oportuno.

Os sujeitos a quem esta pesquisa procurou contactar em primeiro lugar foram os funcionários e diretores do empreendimento, contando também com a percepção de pessoas a ele relacionadas.

Com esta finalidade, assumimos o compromisso de não desrespeitar a privacidade dos funcionários e dos que estão, de alguma forma, ligados à empresa. Assim, os nomes dos informantes serão modificados, quando necessário.

Quanto a isso, Clifford assegura que: *“Os discursos etnográficos não são, em nenhuma circunstância, falas de personagens inventados. Os informantes são indivíduos específicos com nomes próprios reais – nomes que podem ser citados de forma modificada quando necessário”* (1998, p 54-55).

Berremán adverte quanto ao cuidado do pesquisador em relação às informações obtidas em campo, considerando a confidencialidade das informações assim construídas, evitando assim possíveis penas para os informantes, além de ser uma forma de assegurar a permanência e continuidade dos estudos iniciados. De acordo com o autor:

O etnógrafo deve zelar por não revelar as informações de bastidores que recebe e o fato mesmo de que as recebe, tanto para proteger suas fontes de informação das sanções que podem ser impostas contra elas, como para resguardar sua própria aceitação na comunidade (BERREMAN, 1980, p 171).

Procurou-se, com isso, estabelecer uma base mínima de confiança entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, a partir de uma convivência mais próxima, gerando assim, um diálogo mais aberto e espontâneo.

Entretanto, Velho chama a atenção para a necessidade de se ter um distanciamento em relação ao objeto de pesquisa, garantindo assim a objetividade do trabalho científico: *“Uma das mais tradicionais premissas das ciências sociais é a necessidade de uma distância mínima que garanta ao investigador condições de objetividade em seu trabalho”* (1978, p 36).

Velho, compartilhando com muitos outros pesquisadores do campo da antropologia, também reconhece a importância da convivência mais próxima, através da qual se pode apreender a realidade pesquisada através daqueles que nela se encontram:

Embora familiaridade não seja igual a conhecimento científico, é fora de dúvida que representa também um certo tipo de apreensão da realidade, fazendo com que as opiniões, vivências, percepções de pessoas sem formação acadêmica ou sem pretensões científicas possam dar valiosas contribuições para o conhecimento da vida social, de uma época, de um grupo” (VELHO, 1978, p 74).

Mata, por sua vez, reconhece nisso o que ele chama de “paradoxo da situação etnográfica”: *“E aqui se coloca novamente o paradoxo da situação etnográfica: para descobrir é preciso relacionar-se e, no momento mesmo da descoberta, o etnólogo é remetido para o seu mundo, deste modo, isola-se novamente”* (MATA, 1978, p 32).

É justamente isso que implica uma observação participante, cujo método etnográfico propicia um teor científico ao trabalho de campo. Assim, permite-se ao pesquisador uma maior clareza quanto ao material coletado, distinguindo-o das próprias ideias e interpretações a esse respeito. É o que vem nos assegurar o ancestral de todos os antropólogos pesquisadores de campo Malinowski, a partir da sua experiência junto às populações costeiras do Pacífico Sul:

A meu ver um trabalho etnográfico só terá valor científico irrefutável se nos permitir distinguir claramente, de um lado, os resultados da observação direta e das declarações e interpretações nativas e, de outro, as inferências do autor, baseadas em seu próprio bom-senso e intuição psicológica (1984, p 18).

Ainda acerca da observação participante, Clifford alerta para a importância e profundidade desse método, que requer do pesquisador a capacidade de mergulhar na realidade estudada a ponto de se perceber o modo de agir e de pensar de um determinado grupo, extraindo daí elementos que possam corresponder a sua interioridade e exterioridade. É o que se pode obter através do exercício da empatia:

A observação participante serve como uma fórmula para o contínuo vaivém entre o ‘interior’ e o ‘exterior’ dos acontecimentos: de um lado, captando o sentido de ocorrências e gestos específicos, através da empatia; de outro, dá um passo atrás, para situar esses significados em contextos mais amplos. Acontecimentos singulares, assim, adquirem uma significação mais profunda ou mais geral, regras estruturais, e assim por diante (CLIFFORD, 1998, p. 33).

A EdC é considerada um “projeto econômico”, destinado a empreendimentos econômicos⁷, idealizado pela italiana Lubich (2004), fundadora do grupo religioso cristão-católico denominado “Movimento dos Focolares”⁸.

A EdC foi lançada por Lubich (2004) por ocasião de uma de suas visitas, em maio de 1991, à sede dos Focolares denominada “Mariápolis Ginetta”⁹, em Vagem Grande Paulista, São Paulo.

Na cidade de São Paulo, Lubich teria observado a grande desigualdade econômica que lá se apresentava, motivo pelo qual desejou que ali se iniciasse uma proposta econômica empresarial nos moldes do que se convencionou chamar de “Economia de Comunhão” (LUBICH, 2004, p 11-16).

A essa altura, consideramos relevante situar como viemos a entrar em contato com o “Movimento dos Focolares” e, posteriormente, a propor a EdC como tema da nossa dissertação.

Para nós, os primeiros contatos com a EdC ocorreram quando ainda estava cursando Filosofia, em 1997, em João Pessoa. Através de um grupo de colegas, começamos a participar das reuniões dos Focolares, com os quais mantemos, até hoje, contato, embora não sejamos adeptos oficiais deste grupo religioso.

⁷ Atualmente, segundo o relatório da EdC 2009/20010, tem-se cerca de 800 empreendimentos econômicos espalhados pelos cinco continentes, sendo que 145 deles estão no Brasil, de acordo as seguintes formas jurídicas: associação, cooperativa, individual, limitada, sociedade anônima (dados obtidos através do email: centrofiladelfia@terra.com.br) Além disso, vem despertando a atenção de estudiosos e pesquisadores das mais diferentes áreas, constando 139 trabalhos científicos entre monografias, dissertações e teses. Cf. site oficial da EdC: <http://www.edc-online.org/br.html> (acessado em 20 de maio de 2012, às 19h30min).

⁸ O Movimento dos Focolares surgiu em Trento, na Itália, em 1943. Adota uma prática de vida comunitária que tem o propósito de partilhar os bens materiais, também com os mais necessitados. Este Movimento, atualmente, encontra-se difundido em cerca de 200 países. Cf. site oficial da EdC: <http://www.edc-online.org/br.html> (acessado em 20 de maio de 2012, às 19h30min).

⁹ “Mariápolis” são as chamadas “cidades testemunhos” ou “Mariápolis permanentes”. Conforme o Movimento dos Focolares, trata-se de “laboratórios” de uma pequena cidade, cujo critério fundamental a ser vivenciado por todos é a fraternidade e o amor mútuo. Seus adeptos se propõem, com isso, a retratar uma “sociedade nova”, à luz dos valores do Evangelho. Atualmente, existem trinta e três delas nos cinco continentes, sendo que três estão no Brasil (LUBICH, 2004, p 12).

Através da nossa participação nas reuniões mensais desse grupo religioso, tivemos a oportunidade de obter informações a respeito de algumas das suas experiências, como o ecumenismo, o diálogo inter-religioso e, sobretudo, a Economia de Comunhão, que nos despertou a atenção por ter surgido neste âmbito religioso específico, propondo-se a interagir com a sociedade a partir da economia de mercado.

Esta ideia nos pareceu algo completamente novo, pois, até então, ainda não havíamos escutado nada a respeito¹⁰. Assim, falavam que se tratava de algo alternativo e “novo” no campo econômico da atualidade. Segundo breves relatos, a EdC busca um desenvolvimento sustentável, que gere a inclusão e a promoção sociais. Tudo isso tendo como centro a pessoa e não os lucros, que também têm fundamental importância para a sustentabilidade e desenvolvimento dos empreendimentos. Isso aguçou nossa curiosidade a ponto de buscarmos um maior aprofundamento sobre a EdC.

Posteriormente, cursando a graduação em Ciências das Religiões, em Fortaleza, cuja temática da monografia versava sobre o fenômeno religioso no Brasil, a partir do cristianismo católico e suas implicações sociais, é que pudemos obter mais informações a respeito da Economia de Comunhão e seu cunho social. Percebemos, então, que poderíamos realizar uma abordagem teórica e empírica a esse respeito, a partir de um curso de mestrado em Ciências Sociais.

Desafiados, então, pela proposta econômica da EdC, é que partimos da dúvida em relação ao que adotamos enquanto objeto da pesquisa. É conveniente, então, desde já, procurar romper com as pré-noções que logo se evidenciam para o pesquisador. Em relação a isso, Bourdieu vem recomendar essa necessidade:

A influência das noções comuns é tão forte que todas as técnicas de objetivação devem ser utilizadas para realizar efetivamente uma ruptura que, na maior parte das vezes, é mais professada do que concretizada. Assim, os resultados da medida estatística podem, pelo menos, ter a virtude negativa de desconcertar as impressões primeiras (BORURDIEU, 1999, p 24).

Isso pode revelar ou não o objetivo defendido pela EdC: promover a comunhão fraterna, que se alicerça na gratuidade das relações e dos bens materiais gerados pelos empreendimentos da EdC, propiciando desenvolvimento e inclusão sociais. Por esta

¹⁰ Uma das características que parece acompanhar o tema da EdC – a novidade – é a necessidade de se produzir, na prática, uma experiência econômica fraterna, “gratuita” e “recíproca”, ao mesmo tempo, além de se ter sempre em discussão a forma de como produzir as alterações no interior – “alma” – das pessoas que participam desta perspectiva econômica.

razão, é que temos a intenção de investigar como este projeto econômico se constitui para os seus diferentes participantes: teóricos, empresários e funcionários.

Da maneira como se relata, entende-se que a EdC consiste numa forma de atuação econômica que é capaz de consolidar e promover relações sociais mais igualitárias, a partir da gratuidade/reciprocidade e de uma comunhão de bens (LUBICH, p 2004). Com isso, pretendem-se um modo “alternativo” de vida econômica e de gestão empresarial, com a finalidade de se criar relações de estima entre os membros da própria empresa e com aqueles com quem se venha relacionar: seja com outras empresas concorrentes, fornecedores, órgãos públicos ou zelando pelo meio ambiente.

Mas, é pertinente salientar que as empresas que se intitulam da EdC produzem em meio à sociedade capitalista, podendo apresentar “soluções” que se contraponham ou não a esta dinâmica econômica. Por essa razão, vale reforçar, nossa investigação se dirige aos que praticam, propagam e discutem a EdC, objetivando um exercício de convivência e observação.

Em relação à EdC, faz-se necessário também destacar o aspecto das relações econômicas vivenciadas dentro das empresas, as quais devem expressar, segundo se relata, o “dom”, que se diz gerar “reciprocidade” e ao mesmo tempo “gratuidade” (LUBICH, 2004, p 40-41).

Sendo assim, nós nos perguntamos, ao longo da pesquisa e da escrita dessa dissertação, como estes propósitos podem coexistir numa empresa que interage com o mercado capitalista, cuja determinação maior é o lucro sempre crescente, sem que seja por ele cooptado, a ponto de obscurecer os valores almejados? Aqui também poderíamos indagar sobre a capacidade que o modo de produção capitalista tem de alienar o trabalhador, gerando relações nas quais o trabalho deixa de ser uma atividade emancipadora.

Ora, a dinâmica capitalista contrapõe-se aos “valores” defendidos pela EdC. Além disso, consegue destacar-se enquanto instrumento influenciador e persuasivo. Harvey refere-se a isso, destacando na lógica capitalista a capacidade de mascarar e feiticizar a realidade, inebriando-a com novos desejos e necessidades, sobretudo, da acumulação do capital, mesmo que à custa da exploração do trabalho:

É um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias em que todas as pessoas do mundo capitalista avançado estão profundamente implicadas. Suas regras internalizadas de operação são concebidas de maneira a garantir que ele seja um modo dinâmico e revolucionário de organização

social que transforma incansável e incessantemente a sociedade em que está inserido. O processo mascara e feiticiza, alcança crescimento mediante a destruição criativa, cria novos desejos e necessidades, explora a capacidade do trabalho e do desejo humano, transforma espaços e acelera o ritmo de vida. Ele gera problemas de superacumulação para os quais há apenas um numero limitado de soluções possíveis. Por intermédio desses mecanismos, o capitalismo cria sua própria geografia histórica distintiva (HARVEY, 1992, p 307).

Exemplo clássico que retrata a exploração no trabalho, determinante para o crivo das relações sociais, é tudo aquilo que é produzido, mas que adquire um valor de troca muito acima do seu real custo. O produto torna-se exterior ao próprio trabalho que lhe deu origem, a ponto de condicionar e impor uma “autoimagem”, que tende a se “naturalizar” e alienar a percepção das pessoas. A isso Marx chamou de fetichismo da mercadoria:

Porém, a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho, na qual ele se representa, não têm que ver absolutamente nada com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. Não é mais nada que determinada relação social entres os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre as coisas.
(...) Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com aos homens. Assim, no mundo das mercadorias, acontece com os produtos da mão humana. Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (MARX, 1985, p 71).

Embora a EdC seja respaldada pela viabilidade do dom/reciprocidade dentro de uma economia de mercado, com a qual se diz interagir à luz desse valor, a aposta é que pode ser investigada na sua proposta de atuação, cuja “novidade” recai sobre os lucros gerados pelas empresas, que devem ser postos em comum (LUBICH, 2004, p 14)

Em decorrência disso, segundo Lubich (2004), as empresas que aderem a este projeto têm como objetivo organizar-se mediante critérios de utilização dos lucros obtidos, que serão referidos e analisados ao longo deste trabalho.

Assim, pensando no desenho para esta dissertação e diante das questões e dos materiais que geramos, propusemos um capítulo inicial no qual será feito um esforço de se buscar os fundamentos de uma “Economia Alternativa”, tendo como aporte teórico principal a teoria da dádiva, de Marcell Mauss (1974), cujos princípios poderão “justificar” algumas iniciativas econômicas presentes na atualidade, a exemplo das consideradas “Economia de Comunhão” (EdC) e “Economia Solidária” (ES).

Com isso, o objetivo é que se provoque uma discussão que remeta ao campo empírico, para que as fundamentações dos discursos possam nos guiar, quando da análise das práticas sociais e econômicas da EdC. Em relação à importância de se fundamentar teoricamente um trabalho científico. Explica Bourdieu:

Se é necessário lembrar que ‘a teoria domina o trabalho experimental desde sua concepção até as últimas manipulações de laboratório’, ou ainda que ‘sem teoria, não é possível regular um único instrumento, interpretar uma única leitura’ é porque a representação da experiência como protocolo de uma constatação isenta de qualquer implicação teórica transparece em mil indícios, por exemplo, na convicção, ainda bastante comum, de que existem fatos que poderiam sobreviver tais quais à teoria para a qual e pela qual tinham sido feitos (1999, p 48-49).

De posse desses elementos, onde é preciso ainda avançar? Na relação desses teóricos e as suas discussões confrontadas, ou melhor dizendo, iluminando a experiência dos empreendimentos da EdC. Logo, é pensar os autores naquilo que ajudará a enfrentar a pesquisa empírica (etnográfica) já realizada.

O segundo capítulo será uma tentativa de construção do campo da EdC no Brasil: a vinda de Lubich a São Paulo e seus impasses. Para tanto, julgamos que é oportuno observar como o chamado projeto econômico da EdC constrói espaços nos quais circulam textos, vídeos e comentários sobre essa perspectiva econômica e suas possibilidades.

Em vista disso, foi realizado um exercício de se “retratar” e analisar a chamada Assembleia Internacional da EdC, realizada em maio de 2011, em Vagem Grande Paulista, São Paulo. Este evento foi tomado como de grande importância para a EdC, a ponto de ser considerado “um marco” na história do Movimento dos Focolares, pois fazia jus aos vinte anos do lançamento da EdC.

Por esse motivo, procuramos expor também, problematizando quando possível, o período que antecedeu a assembleia, naquilo que tange aos preparativos que foram por nós acompanhados em João Pessoa, Recife, Natal, Salvador e Fortaleza, com a modalidade de videoconferência. Tudo isso, a fim de que a Assembleia Internacional seja analisada enquanto momento propício, dentro do qual o próprio Movimento dos Focolares procurou mostrar “resultados” da EdC, quando, na verdade, os “efeitos” apresentados pareciam ainda “propostas”, que precisam ser consolidadas.

Os dois últimos capítulos foram destinados à investigação empírica da Dalla Strada, como forma de se apreender até que ponto a teoria da EdC, “fundamentada”

pelos princípios da teoria da dádiva, corresponde à prática desse empreendimento. E aqui ousamos levantar a hipótese de que existe uma tensão entre o fazer econômico, as chamadas “leis de mercado”, e o desejo de manter na produção os critérios da EdC.

CAPÍTULO I

“JÁ EXISTE HOJE UMA ‘ECONOMIA ALTERNATIVA?’”¹¹

Desafiados pela questão que o título deste capítulo propõe, apresentaremos os possíveis fundamentos de uma “Economia Alternativa”. O referencial teórico principal para esta abordagem será a teoria da dádiva. Nesta perspectiva, discorreremos acerca do que adotamos enquanto objeto de estudo: a Economia de Comunhão, que é um tipo peculiar da Economia Solidária (PINHEIRO, 2003). Daí julgamos necessário apresentar, em linhas gerais, sobretudo, mediante percepção de Singer (2003), os elementos que identificam a Economia Solidária, cujas características nos remetem a princípios de gestão econômica baseados em formas de organizações democráticas e comunitárias.

Então, diante da proposta econômica anunciada pela EdC, que está fundamentada na partilha fraterna e solidária dos lucros gerados pelas empresas (LUBICH, 2004), recorreremos a Weber (1999) ao fundamentar a origem dos princípios solidários e comunitários, remetendo-os ao seio da própria família. Dessa forma, suscitaremos um debate entre Weber (1999) e a Economia de Comunhão, mediante a perspectiva da dádiva.

1.1 – Partindo de Mauss: A teoria da dádiva

No seu famoso texto “Ensaio sobre a Dádiva”, publicado originalmente entre 1923-24, Mauss (1974, p 183)¹² parte de uma indagação aparentemente simples: o que existe no presente (oferenda) que o obriga, voluntariamente, a ser dado e recebido? Para responder a sua pergunta, Mauss buscou compreender como se constituem as relações grupais e interpessoais, tendo como eixo a lógica da dádiva. Para tal, o caminho percorrido implicou numa discussão partindo dos materiais e experiências de vida de grupos e clãs da Polinésia, Melanésia e Noroeste Americano. Além disso, Mauss teve o

¹¹ Cf.: QUIJANO, Aníbal. *Sistemas alternativos de produção?* Em SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, 2ª Ed., Civil Brasileira, 2005, p 508.

¹² A versão original desta obra foi publicada em francês, em 1924. No entanto, para este trabalho utilizada a tradução brasileira de 1974.

intuito de demonstrar que a dádiva faz parte do sistema regulador das normas e condutas de economias antigas, das quais destacaremos o Direito Romano, Hindú, Gernânico e Chinês.

Guiando-nos pela pesquisa e interpretação de Mauss (1974), nosso esforço aqui é o de destacar os princípios da dádiva que foram identificados nos mais diferentes grupos e sociedades. A partir disso, ampliaremos esta pesquisa com outros textos e autores, para que a nossa abordagem se pergunte sobre a atualidade/proximidade da dádiva, sobretudo, a partir do que está sendo apresentado como “Economia de Comunhão” (EdC), indicadando-se ou não possíveis relações com a mesma.

Apesar de se incorrer numa extensão maior do que a desejada, realizaremos uma leitura comentada de partes do texto de Mauss (1974). Sendo assim, o “Ensaio sobre a Dádiva” se inicia com o resgate de algumas estrofes de um antigo poema escandinavo. Destaquemos os seguintes versos:

- (1) Nunca encontrei homem tão generoso
 - (2) e tão liberal para alimentar seus hospedes
 - (3) que “receber não fosse recebido”,
 - (4) nem homem tão... (falta o adjetivo)
 - (5) de seus bens
 - (6) que receber de volta não lhe fosse desagradável
- (MAUSS, 1974, p 39).

A partir desse fragmento, deparamo-nos com o tema que permeará toda a sua obra: a generosidade, o ato de dar, receber e retribuir, de forma voluntária e obrigatória, isto é, a dádiva.

Segundo Mauss (1974), mesmo a estrofe apresentando dificuldade de compreensão¹³, sobretudo, nos versos 3 e 4, o sentido faria referência a um visitante e um visitado, quando esses procuram estabelecer uma relação de benefícios traduzida pela hospitalidade mútua. Isso ocorre de forma espontânea, pois há uma aceitação recíproca dos bens evidenciados entre o visitante e o visitado, como forma de consolidar suas relações, traduzidas pelo vínculo ou contrato entre ambos.

Intuiu Mauss, a partir disso, o caráter teoricamente voluntário, mas obrigatório em relação ao bem dado e retribuído, implicando aí as relações ou contratos realizados na civilização escandinava (e em muitas outras) efetuados sob a forma de presentes:

O caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito e, no entanto, imposto e interessado dessas prestações.

¹³ Diante do contexto da estrofe, Mauss (1974), em nota, sugere enquanto complemento para o verso 2 ou 4 o adjetivo liberal/gastador.

Elas têm tomado quase sempre a forma do presente, do regalo ofertado generosamente, mesmo quando, no gesto que acompanha a transação, há tão somente a ficção, formalismo e mentira social; quando há no fundo, obrigação e interesse econômico (MAUSS, 1974, p 41-42).

É por isso que tais prestações têm uma amplitude social vasta a ponto de serem consideradas por Mauss o fundamento e alicerce sobre os quais estão edificadas as sociedades:

E como constataremos que esta moral e esta economia funcionam ainda em nossas sociedades de maneira constante e por assim dizer subjacente, como acreditamos ter encontrado aqui uma das rochas humanas sobre as quais estão erigidas nossas sociedades, delas poderemos inferir algumas conclusões morais sobre alguns problemas colocados pela crise de nosso direito e da nossa economia (MAUSS, 1974, p 42).

Trata-se, portanto, de uma dinâmica que envolve clãs, tribos e famílias, através da qual se evidenciam trocas não somente de riquezas e bens economicamente úteis, mas, sobretudo, de gentilezas, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, enfim.

Assim, conclui Mauss (1974), que tudo isso ocorre aparentemente de forma voluntária, através de presentes e regalos, quando, na verdade, existe uma obrigatoriedade quanto à retribuição dessas prestações.

Estas primeiras considerações acerca da dádiva suscitam em Mauss o seguinte problema: *“Que força há na coisa dada que faz com que o donatário retribua?”* (Ibidem, p 43). Esta parece ser a questão central que o motivará a ampliar sua investigação. É com esta inquietação que Mauss inicia sua abordagem investigativa, começando pelos costumes polinésios.

Em Samoa, de forma particular, o sistema de dádivas estende-se por todo o percurso da vida dos indivíduos. Inicia pelo nascimento da criança, passa pelos ritos de circuncisão, juventude, além dos ritos funerários, e dos que envolvem as trocas/comércio (MAUSS, 1974, p 49).

Despontam, então, os elementos intrínsecos ao sistema de dádivas: a honra/prestígio denominado “mana”, que é o elemento que confere a riqueza e a obrigação absoluta de retribuição da dádiva sob pena de se perder o prestígio/autoridade (Ibidem, p 50). O que se pode apreender desse fenômeno é que toda a boa conduta de um grupo e/ou pessoa é medida pela capacidade de se acolher e corresponder aos

benefícios recebidos. Aqui, a capacidade de se estabelecer relação/vínculo entre as pessoas transcende os limites de uma simples transação comercial.

Mas, em se tratando da razão pela qual grupos e pessoas se “obrigam” mutuamente ao sistema de prestações e contraprestações, Mauss fará referência ao “espírito da coisa dada”, denominado “Hau”. Como forma de fundamentar essa ideia, recupera o relato de um nativo do povo maori acerca do “hau”:

O ‘hau’ não é o vento que sopra. Nada disso. Suponha que o senhor possui um artigo determinado (‘taonga’), e que me dê esse artigo; o senhor o dá sem um preço fixo. Não fazemos negócio com isso. Ora, eu dou esse artigo a uma terceira pessoa que, depois de algum tempo, decide dar alguma coisa em pagamento (‘utu’), presenteando-me com alguma coisa (‘taonga’). Ora, esse ‘taonga’ que ele me dá é o espírito (‘hau’) de ‘taonga’ que recebi do senhor e que dei a ele. Os ‘taonga’ que recebi por esses ‘taonga’ (vindos do senhor) tenho que devolver-lhe. Não seria justo (‘tika’) de minha parte guardar esses ‘taonga’ para mim, isso poderia trazer-me um mal sério, até mesmo a morte. Tal é o ‘hau’ da propriedade pessoal, o ‘hau’ dos ‘taonga’, o ‘hau’ da floresta (MAUSS, 1974, p 53-54).

Mauss (1974) comenta esta ideia, salientando sua importância enquanto chave de leitura para o entendimento da dádiva. Assim, o que se destaca no relato é a existência de uma terceira pessoa compondo a relação doador/donatário. Isto é, quem recebe um presente pode estabelecer relação com um terceiro indivíduo também retribuindo/doando tal benefício, que retornará, de alguma forma, ao primeiro doador.

Como isso ocorre? Mauss faz referência ao já mencionado “espírito das coisas” (“hau”), fundamentando assim essa possibilidade. Então, todos os bens adquiridos (“taonga”) contêm em si o “hau”, que é parte do seu doador, tendendo a retornar ao seu local de origem *“O que, no presente recebido ou trocado, cria uma obrigação, é o fato de que a coisa recebida não é inerte. Mesmo abandonada pelo doador, ela ainda é algo dele”* (MAUSS, 1974, p 54).

Desta forma, configura-se o que é chamado “vínculo jurídico”, “vínculo pelas coisas” ou “vínculo de almas” entre as pessoas que estão envolvidas pela dinâmica da dádiva. Isso reafirma a ideia de que a coisa dada tem uma “alma” no sentido de que é parte do seu doador:

Por enquanto, porém, fica claro que, no direito maori, o vínculo de direito, vínculo pelas coisas, é um vínculo de almas, pois a própria coisa tem uma alma, é uma alma. Disso, segue que presentear alguma coisa a alguém é presentear alguma coisa de si (Ibidem, p 56).

Mediante o valor dos bens doados, a não retribuição dos mesmos implica um grave delito:

A conservação dessa coisa seria perigosa e mortal, e isso não simplesmente porque seria ilícita, mas também por que esta coisa que vem da pessoa, não só moralmente, mas física e espiritualmente, esta essência, este alimento, estes bens, móveis ou imóveis, estas mulheres ou estes descendentes, estes ritos e estas comunhões, dão uma ascendência mágica e religiosa sobre o indivíduo (Ibidem, p 56)

O que se poderia destacar, a partir deste fragmento, é uma certa “obrigação”/ radicalidade que a prática da dádiva exerce sobre os diversos grupos analisados por Mauss (1974), a exemplo do povo Maori. Negar a reciprocidade, pelo que se pôde apreender do fragmento acima, é bem mais grave do que uma simples infração ou delito. O dano atinge diretamente a pessoa e tudo aquilo em que ela acredita. É como macular uma sacralidade, cuja profanação implica na mais absoluta exclusão ou “excomunhão” desse campo de relação.

Concomitantemente à reação de se retribuir a dádiva recebida, Mauss também faz menção às atitudes de “dar” e de se “receber” um presente. Dessa maneira, está num mesmo caráter de importância e influência o tripé: dar, receber e retribuir. A dádiva, portanto, é fundamentada e compreendida a partir destas três “obrigações”, em relação às quais afirma o autor:

Pois a prestação total não envolve apenas a obrigação de retribuir os presentes recebidos, mas supõe duas outras também importantes: a obrigação de dá-los, por um lado, e a obrigação de recebê-los, por outro. A teoria completa dessas três obrigações, desses três temas do mesmo complexo, daria a explicação fundamental satisfatória para esta forma de contrato entre clãs polinésios (MAUSS, 1974, p 56-57).

E argumenta em favor destas três “obrigações”, fundamentando-as pelo sentido do caráter espiritual da coisa dada, denominado “vínculo de alma”. A negação ou quebra desse preceito, ainda reforça Mauss (1974, p 58), causa o esfacelamento nas relações: perda do vínculo que existe nesse tipo de convívio, recusando-se à aliança e à comunhão. É como declarar guerra ao adversário.

A dádiva, compreendida e vivenciada dessa forma, parece constituir um elemento cultural que fundamenta a origem das relações em muitas sociedades. Isso já indica a possibilidade de se estar diante de um fato social. Em relação a isso, Mauss claramente conclui:

E todas essas instituições exprimem unicamente um fato, um regime social, uma mentalidade definida: é que tudo, alimento, mulheres, crianças, bens, talismãs, terra, trabalho, serviços, ofícios sacerdotais e postos é matéria de transmissão e retribuição. Tudo vai-e-vem como se houvesse uma troca constante de uma matéria espiritual compreendendo coisas e homens, entre os clãs e os indivíduos, repartidos entre as categorias, sexos e gerações (MAUSS, 1974, p 59)

O que se apreenderia dessa colocação é que a dádiva, que deixa transparecer um caráter normativo, tende a perpassar o conjunto de todas as atitudes, valores e crenças dos que a vivenciam. E porque não sugerir que constitui o maior valor a ser posto em prática pelos diversos grupos referidos por Mauss (1974).

Ainda diz respeito à dádiva o que Mauss vai destacar como “regras de generosidade”. Em que consiste? Primeiramente, referindo-se à dádiva, é feita alusão aos trabalhos descritos pelo padre Schmidt e por Radcliffe-Brown. Trata-se, então, do que é chamado de trocas “voluntárias-e-obrigatórias”:

Não obstante a importância dessas trocas, como o grupo local e a família, em outros casos, sabem bastar-se de fato em instrumentos, etc., esses presentes não servem ao mesmo fim que o comércio e a troca nas sociedades mais desenvolvidas. O fim é antes de tudo moral, o objeto é produzir um sentimento amistoso entre as duas pessoas em jogo, e se a operação não tivesse este efeito, teria falhado por completo (RADCLIFFE-BROWN, apud MAUSS, 1974, p 70).

Aqui pode se observar a razão pela qual as trocas são realizadas: criar um vínculo de amizade entre as pessoas envolvidas. Tal critério, de acordo com esta percepção, é perseguido pelos indivíduos, que competem entre si em favor do que é considerado “grau de generosidade”, conforme o benefício doado e retribuído: *“Ninguém tem a liberdade de recusar um presente ofertado. Todos, homens e mulheres, tratam de ultrapassar uns aos outros em generosidade. Havia uma espécie de rivalidade quanto a quem poderia dar mais objetos de maior valor”* (Mauss, 1974, p 70).

O que, na verdade, parece vir à tona é uma forma de relação que transcende a simples materialidade dos benefícios trocados ou a conveniência formal de gestos, costumes ou tradições. Estes, sim, estão imbuídos de sentimentos de afeto capazes de fortalecer e de suscitar relações interpessoais e grupais. E considera Mauss: *“No fundo, são misturas. Misturam-se as almas nas coisas; misturam-se as coisas nas almas. Misturam-se as vidas, e é assim que as pessoas e as coisas misturadas saem cada qual de sua esfera e se misturam; o que é precisamente o contrato e a troca”* (Ibidem, p 71).

Em se tratando das populações melanésias, mais precisamente dos habitantes das Ilhas Trobriand, Mauss faz referência às investigações de Malinowski, nas quais foram descritas as relações comerciais intra e intertribais, que recebem o nome “Kula”. Aí é que se evidencia, a exemplo dos povos polinésios, todo um sistema de prestações e de contraprestações, que também influenciam toda a vida dos que estão envolvidos nessas relações:

O “Kula”, sua forma essencial, não passa, ele próprio, de um momento, o mais solene, de um vasto sistema de prestações e de contraprestações que, na verdade, parece englobar a totalidade da vida econômica e civil dos trobriandeses. O “Kula” parece ser tão somente o ponto culminante desta vida, sobretudo o “Kula” internacional e intertribal (MALINOWSKI, apud MAUSS, 1974, p 83).

Trata-se, então, de uma dinâmica de relações que parece envolver toda a vida econômica, que estaria influenciada pela dádiva:

Enfim, ao lado ou, se se quiser, por baixo, por cima, ao redor e, em nossa opinião, no fundo desse sistema de Kula interno, o sistema de dádivas trocadas engloba toda a vida econômica, tribal e moral dos trobriandeses. Ela é “impregnada” por ele, como diz muito bem Malinowski. Ela é um constante “dar e tomar”. É como que atravessada por uma corrente contínua e em todos os sentidos de dádivas dadas, recebidas, retribuídas, obrigatoriamente e por interesse, por grandeza e para serviços, em desafios e penhores (MAUSS, 1974, p 86).

Em relação às sociedades indígenas do noroeste americano e contando com o auxílio de alguns pesquisadores, foram constatadas relações nas quais o “Potlach” aparece como fenômeno típico e característico dessas tribos (MAUSS, 1974, p 103).

No que diz respeito à dádiva, o que se poderia destacar aqui é a noção de crédito e de honra. Daí, há necessidade de se ter um certo tempo para que a contraprestação seja realizada: *“Contudo, em toda sociedade possível, a dádiva tem por natureza criar uma obrigação a prazo (...) O tempo é necessário para executar toda contraprestação”* (Ibidem, p 97).

Neste caso, a honra e o prestígio de um chefe de tribo e seu povo estão condicionados à retribuição ainda bem mais acentuada dos benefícios recebidos: *“Em nenhuma parte o prestígio individual de um chefe e o prestígio de seu clã encontram-se mais ligados ao gasto, bem como a exatidão em retribuir usurariamente as dádivas aceitas, de modo a transformar em obrigações os que antes obrigavam* (Ibidem, p 98).

Dessa forma, tem-se na dádiva um tipo de “economia” cujas transações transparecem generosidade. Do contrário, incorre-se numa dinâmica desprezível. Em relação a isso, fundamenta Mauss:

Eis, portanto, um sistema de direito e de economia no qual se despendem e transferem constantemente riquezas consideráveis. Se desejarmos, poderemos chamar tais transferências com o nome de troca ou mesmo de comércio, de venda; este comércio, porém, é nobre, repleto de etiqueta de generosidade. Em todo caso, quando é feito com outro espírito, tendo em vista ganho imediato, é objeto de um desprezo bem acentuado (Ibidem, p 101).

Assim, das três obrigações fundamentais geradas pela dádiva – dar, receber e retribuir –, pode-se afirmar que a primeira delas é a essência do sistema de prestações e contraprestações. Mas, o que, de fato, “obriga” o desenrolar desse tipo de relação é considerada uma virtude *“Podemos levar a análise ainda mais longe e provar que, nas coisas trocadas, o potlatch, há uma virtude que força as dádivas a circularem, a serem dadas e a serem retribuídas”* (Ibidem, p 11).

Se isso ocorre, é porque o ato de doar, segundo os princípios da dádiva, tem sua razão maior no próprio doador, sobretudo, porque existe a doação do próprio ser para que esse tipo de relação seja satisfeita: *“Se se dão e se retribuem as coisas, é porque se dão e se retribuem ‘respeitos’ – dizemos ainda ‘gentilezas. Mas é também porque o doador se dá ao dar, e, ele se dá, é porque ele se ‘deve’ – ele e seu bem – aos outros”* (Ibidem, p 129).

Nesta perspectiva, merece ressaltar também o que Mauss(1974) tem a dizer sobre a dádiva, a partir dos sistemas de normas de conduta de algumas formas de economias antigas, das quais destacaremos algumas delas.

Assim, referindo-se ao direito romano, sobretudo, a partir dos juristas Huvelin e Girard, Mauss recupera para a reflexão a forma de contrato desse sistema de economia: *“Sem dúvida, o contrato mais antigo do direito romano, o nexum, já é destacado do fundo de contratos coletivos e destacado também do sistema das antigas dádivas que comprometem”* (MAUSS, 1974, p 135).

Aí, portanto, há uma invocação do que Mauss acredita ser uma evidência da prática da dádiva. Nesta situação, o “nexum” exprime trocas, cujos vínculos se dão entre pessoas e coisas: *“A esse título, essas trocas suplementares exprimem por ficção esse vaivém de almas e de coisas confundidas entre elas. O nexum, o vínculo de direito, vem tanto das coisas como dos homens”* (Ibidem, p 33).

Em relação às normas do direito hindu, Mauss faz alusão a duas coletâneas antigas a esse respeito: a primeira delas diz respeito aos inscritos “Dharmasutra”, chamados pelos hindus de “Revelação”; a segunda engloba os “Livros da Lei” ou “Tradição” (“Dharmaçastre”), contendo o considerado “famoso código de Manu” (Ibidem, p 144).

A esse respeito, segundo Mauss, o que parece ser importante registrar é que a Índia antiga se constituiu enquanto país de “Potlatch”, cujas relações ainda são evidenciadas junto aos povos brâmanes, constituídos pelas tribos de Assã (tibeto-birmanesas) e as tribos do tronco munda (austro-asiáticas) (Ibidem, p 145-146).

O que se podem mencionar dessas indicações são as dádivas da comida e da terra, sobretudo. Disso, vale salientar que a coisa dada gera também um tipo de retribuição após a morte (Ibidem, p 148).

Na dinâmica das dádivas parece ter grande ênfase o alimento doado. Nesta perspectiva, os bens materiais também devem ser partilhados:

É da natureza da comida ser partilhada; não repartí-la com outrem “é matar sua essência”, é destruí-la para si e para os outros. Tal é a interpretação, ao mesmo tempo materialista e idealista, que o bramanismo deu para a caridade e a hospitalidade. A riqueza é feita para ser dada. Se não houvesse brâmane para recebê-la, “vã seria a riqueza dos ricos” (Ibidem, p 150).

A dádiva da terra exerce grande influência para os que estão envolvidos nessa relação. É sinal de prosperidade, nesta vida e após a morte, pois tende a multiplicar seus frutos para os que por ela são sustentados:

A terra que alguém doou e que produz seus frutos para outrem faz, entretanto, crescerem seus interesses neste mundo e no outro, bem como nos renascimentos futuros. Assim como a lua em quarto crescente aumenta dia a dia, da mesma maneira a dádiva de terra, uma vez feita, cresce de ano a ano (de colheita em colheita) (MAUSS, 1974, p 148).

Em suma, o que se poderia considerar acerca da dádiva, segundo a vivência hindu, é o caráter irrevogável do vínculo ocasionado por esse tipo de relação, sobretudo, quando se está diante da dádiva da comida, que é de singular importância para esse povo. Em relação a isso, considera Mauss:

A dádiva é, pois, aquilo que é preciso fazer, aquilo que é preciso receber e aquilo que é, contudo, perigoso receber. É que a coisa dada, em si mesma, forma um vínculo bilateral e irrevogável, sobretudo quando é uma dádiva de comida. O donatário depende da cólera do doador, e mesmo cada um depende do outro. Também não se deve comer na casa do inimigo (Ibidem, p 154).

Já no Direito Germânico, cujas tradição e folclore foram descritas por Richard Meyer, é destacado o termo “angebinde” para expressar a força do vínculo que obriga a oferta, a sua aceitação e a necessidade de retribuição (Ibidem, p 157). Além do angebinde, que é considerado “força mágica” que intervém para gerar o vínculo da relação, Mauss (1974) falará sobre a existência do penhor em todos os contratos germânicos.

O penhor é o que corresponde ao próprio vínculo nas relações. Geralmente, trata-se de um objeto de pequeno valor, que será devolvido por ocasião do pagamento da coisa entregue:

A sanção mágica pode intervir, ela não é o único vínculo. A própria coisa, dada e empenhada no penhor, é, por sua virtude própria, um vínculo. Em primeiro lugar, o penhor é obrigatório. Em direito germânico, todo contrato, toda venda ou compra, empréstimo ou depósito, compreende uma constituição de penhor; dá-se ao outro contratante um objeto, em geral de pequeno preço; uma luva, uma moeda (“Treugeld”), uma faca – entre nós ainda alfinetes – que será devolvida quando do pagamento da coisa entregue (Ibidem, p 158).

Mauss ainda se refere ao Direito Chinês para falar de um princípio peculiar da dádiva: o vínculo indissolúvel entre a coisa e seu proprietário (MAUSS, p 161). Segundo a tradição chinesa, quando alguém se desfaz ou vende algum pertence, adquire o direito de “chorar seu bem” por toda a vida. O que isso significa? Fala-se de uma espécie de direito de “hipoteca” sobre a coisa e sobre a pessoa.

Desta forma, mesmo quando o bem está definitivamente noutra propriedade, seu primeiro detentor ainda mantém uma ligação com o benefício, a ponto de tornar possível certa relação entre o proprietário e o comprador.

Contudo, poderíamos nos perguntar se tudo o que foi descrito por Mauss (1974), a partir da leitura cuidadosa dos trabalhos de outros pesquisadores, não seria apenas uma curiosidade de lugares e sistemas que tenderiam a desaparecer, conforme a sociedade humana avançasse? Ao contrário, a importância da proposta de leitura feita por Mauss reside na indicação de que estamos diante de uma qualidade que parece acompanhar ou constituir a condição humana, expressando-se mais claramente em sociedades antigas ou arcaicas, porém, ainda necessariamente presente em toda e qualquer sociedade. Por essa razão, nesse momento, passaremos a apresentar elementos e questões que nos permitam corroborar a percepção de Mauss e que nos ajudará a discutir tentativas econômicas mais contemporâneas.

1.2 – “Porque diabo fazemos dádiva”¹⁴

É possível estender essas observações às nossas próprias sociedades (Mauss, 1974, p 163).

Partindo dessa afirmação de Mauss, parece oportuno, neste momento, determinarmos, de forma mais específica, ao que ele intuiu e interpretou a respeito da dádiva, sobretudo, no que sugere a respeito da sua atualidade. Pretendem-se também problematizar e discutir as considerações do autor a esse respeito, à luz de alguns comentadores, num esforço de trazer à tona um debate mais abrangente e diversificado.

A declaração de Mauss, acima destacada, já nos pode colocar diante de uma motivação: a busca do reconhecimento dos princípios da dádiva na sociedade atual. Nela, portanto, já afirma a evidência dos frutos da sua investigação:

Felizmente, nem tudo está classificado exclusivamente em termos de compra e venda. As coisas têm ainda um valor sentimental além de seu valor venal, tanto é que há valores que pertencem somente a este gênero. Não temos apenas uma moral de comerciantes. Restam-nos pessoas e classes que guardam ainda os costumes de outrora, e quase todos dobramo-nos a eles, pelo menos em certas épocas do ano ou em determinadas ocasiões (MAUSS, 1974, p 163).

Aqui, há uma referência ao contexto econômico de mercado, cujas transações de compra e de venda, segundo Mauss (1974), ainda permitem extrapolar a lógica da simples funcionalidade. Logo, existe aí a possibilidade de serem vivenciados os princípios da dádiva.

Caillé (2002, p 196) sugere a hipótese segundo a qual os princípios da dádiva continuam evidentes no interior do que é chamado “sociabilidade secundária”¹⁵, sendo esta representada por qualquer empresa de ordem privada ou pública, como também faz parte desta classificação os procedimentos científicos.

A respeito do “dom”, informa Caillé: “*Qualifiquemos de dom toda prestação de serviço efetuado, sem garantia de retorno, visando criar, alimentar ou recriar o elo social entre as pessoas*” (2006, p 30).

¹⁴ Cf.: GODBOUT, 2002, p 73.

¹⁵ Sociabilidade secundária ocorre nos tipos de relações em que as funções exercidas pelos indivíduos são mais importantes do que sua personalidade. Aqui, dá-se a chamada “lei da impersonalidade”. Já na sociabilidade primária, ocorre o inverso dessa ordem de relações (CAILLÉ, 2002, p 196).

Esta percepção deixa transparecer o objetivo principal do dom: o vínculo estabelecido entre as pessoas, que está acima do bem utilizado na transação. O que vale ainda ressaltar na definição de Caillé (2006), é que o bem ou o serviço prestado não tem garantia de retorno. Está aqui o que se pode considerar como “desequilíbrio” de equivalência de benefícios.

Isso ocorre quando se está para além das transações instrumentais do mercado, mediante as quais se espera uma equiparação entre produtos/serviços e consumidores. Esta disposição de mercado é contraposta pela dádiva, mediante a qual não se tem uma garantia de retorno do benefício concedido. Embora isso não signifique obscurecer a razão de ser do dom, sua motivação e objetivo, dados pela “expectativa” do retorno, é o reconhecimento e a aceitação da não equivalência entre o que foi oferecido e o que retornará. É o que Caillé tenciona expressar com o termo “generosidade e desinteressamento”. Também é necessário que haja uma “aceitação” da possibilidade de falha na reciprocidade. Quanto a isso, o autor explica:

Contudo, deve-se precisar que não esperar retorno não significa não ter nenhuma expectativa, como se a ação não tivesse motivação e objetivo, ação sem porquê (sem weil) nem por quê (sem um zu).

(...) Se expor à possibilidade de que aquilo que retorna difere do que foi oferecido, remete a um prazo desconhecimento do, a algo que talvez seja retribuído por outros que não aqueles a quem foi oferecido, ou que talvez nunca seja retornado.

(...) o dom existe enquanto for aceita a possibilidade de uma falha na reciprocidade, e que esta aceitação constitui o símbolo, sem margem de dúvida, da generosidade e do “desinteressamento” (2006, p 31).

Martins reforça a evidência da dádiva em “todos os planos da vida social”, inclusive, nas sociabilidades secundárias.

Importa registrar que, embora o sistema da dádiva seja mais nítido no plano das relações interpessoais – nas redes de famílias, amigos e vizinhos –, tal sistema tende, igualmente, a se fazer presente em todos os planos da vida social, mesmo naquele das sociabilidades secundárias, isto é, no plano das relações funcionais – nos aparelhos políticos, econômicos e científicos – mediante uma expectativa de reciprocidade, desconfiança implícita a respeito da continuidade da relação que é alimentada subjetivamente pelas pessoas envolvidas (MARTINS, 2006, p 104).

E faz questão de especificar os objetos ou situações nos quais está presente a lógica da dádiva:

A dádiva está presente em todas as partes e não diz respeito apenas a momentos isolados e descontínuos da realidade. O que circula tem vários nomes chama-se dinheiro, carro, móveis, roupas, mas

também sorrisos, gentilezas, palavras, hospitalidades, presentes, serviços gratuitos, dentre muitos outros (Ibidem, p 103).

Parece oportuno ressaltar o que se apresenta como elemento indispensável e constitutivo do dom, que é o sentimento de confiança suscitado pelas mais variadas formas de relação. É tanto que Martins condiciona o bom funcionamento da sociedade, na sua instância de Estado, política, religiosa e de mercado, ao exercício do fundamento da dádiva:

Quando prevalece a desconfiança e o medo da traição, o mercado se desorganiza, como se verifica constantemente com as bolsas de valores. Por conseguinte, considerando o conjunto dos planos de sociabilidades, o primário e o secundário, é fundamental observarmos como o sistema da dádiva tende a influir sobre a construção das práticas que dão suporte ao funcionamento das instituições sociais, sendo a confiança um dos primeiros bens simbólicos a circular a favor da validação da relação social. Sem ela, nem o mercado, nem o estado, nem a Política, nem a religião, nem a Ciência funcionam (Ibidem, p 105).

Aqui é feita referência aos chamados “bens simbólicos”, a exemplo do sentimento de confiança originado pela dádiva. Para Martins, o que pontuará a contribuição de Mauss para a sociologia é a importância do fator simbólico que está presente no multifacetado mundo das relações: *“Uma das contribuições centrais de Mauss para a sociologia foi demonstrar que o valor das coisas não pode ser superior ao valor da relação e que o simbolismo é fundamental para a vida social”* (MARTINS, 2006, p 90).

Nesta percepção, as relações sociais, mediatizadas pelos bens produzidos, são permeadas pelo fator simbólico e o seu respectivo conteúdo, a notar por costumes, tradições sócio-culturais e religiosas presentes em cada povo. Por essa razão, segundo Martins, se está diante de um “fato social total” (Ibidem, p 90).

Nicolas, evocando a dádiva como “dom ritual”, reconhece sua influência junto ao mercado, a ponto de mobilizar os agentes econômicos:

Com efeito, o dom ritual não é um conjunto de atos residuais e pontuais. Seu domínio é considerável: coloca em circulação elevadas somas, pesa sobre o orçamento das empresas e dos particulares, comanda setores que constituem as molas propulsoras da economia. Seu brusco desaparecimento poderia colocar em questão o equilíbrio de importantes setores do mercado. Implica a totalidade dos agentes econômicos (NICOLAS, 2002, p 35).

Nesta concepção, o “dom ritual”, que se opõe à dinâmica utilitarista do mercado ou a uma atitude caritativa *“A prática do dom ritual enquanto fundamento de um modo particular de troca que se opõe tanto ao modo da comunicação utilitária, quanto ao*

modelo de dom caritativo” (Ibidem, p 45), propicia um ambiente relacional acolhedor: “O dom ritual encontra-se, assim, na origem de um ambiente relacional bastante coloroso, constantemente renovado, já que a troca em questão é votada a perpetuar-se no tempo” (Ibidem, p 47).

No “dom ritual”, no momento em que se doa o benefício, existe uma espécie de sacralidade que envolve toda a relação. É isso que origina o vínculo social entre os envolvidos. Eis o que explica Nícolas:

O rito transforma, igualmente, os parceiros que não estão, de modo algum, comprometidos em uma relação dual entre atores enraizados em posições irredutíveis ou fundidos em uma relação especular. Durante o cerimonial, eles são como que encobertos, em posição alternativa instável, submetidos a um terceiro exigente, divindade sem nome, que é precisamente a pura lei da troca que se limita a desuní-los para voltar a juntá-los, perpetuamente (NICOLAS, 2002, p 48).

Nícolas também está de acordo com a possibilidade de coexistência entre o mercado e o dom ritual: *“Dom e mercado podem coexistir, compenetrarem-se, corrigirem-se no âmbito de sociedades complexas” (NICOLAS, 2002, p. 46).*

Retomando Mauss, numa tentativa de “atualização” da dádiva, a organização social e econômica conteria o critério regedor da legislação previdenciária, cuja intenção seria a de prover as necessidades do contribuinte, bem como de ampará-lo após determinado tempo de serviço:

O trabalhador deu sua vida e seu trabalho à coletividade por um lado e a seus patrões, por outro, e, embora ele deva colaborar para a obra da previdência, aqueles que foram beneficiários de seus serviços não ficam quites face a ele com o pagamento do salário, e o próprio Estado, representante da comunidade, deve-lhe, com seus patrões e com seu concurso, uma certa segurança na vida, contra o desemprego, contra a doença, contra a velhice, a morte (MAUSS, 1974, p 166).

Neste propósito, Mauss cita as chamadas “caixas de assistência familiar”, organizadas por industriais franceses. Elas teriam a intenção de assegurar os direitos e encargos trabalhistas dos operários. Também são frisadas associações na Alemanha e na Bélgica, da mesma forma que é feita alusão a todo um empenho em favor do seguro desemprego na Grã-Bretanha, numa época de grande crise (MAUSS, 1974, p 166).

Neste contexto, Brito sugere que o exercício da dádiva também estaria associado ao que ele chama “democracia participativa”, que diz respeito à participação popular nas decisões públicas, assim como nas mais diferentes formas de organizações e mobilizações civis em prol do bem comum. Isso como forma de consolidação de

vínculos sociais, sem que haja uma garantia de retorno para o que se deseja obter.

Explica Brito:

A participação espontânea e dedicada, cotidianamente realizada por dezenas de milhares de pessoas, muitas vezes das classes populares, participando de reuniões, plenárias e assembléias, realizando levantamentos de casa em casa para sentir as necessidades principais das comunidades, debatendo desde os espaços comunitários locais até as conferências municipais, participando de negociações e mobilizações nas câmaras de vereadores e prefeituras, realizando marchas e atos públicos para pressionar o poder público no sentido de considerar as suas reivindicações ou sensibilizar o conjunto da sociedade sobre a justiça de sua causa, visitando os meios de comunicação para divulgar suas ações, necessidades e propostas. Trata-se de uma dedicação entusiasmada e de um profundo compromisso de luta “por dias melhores”, “por justiça social”, em que as pessoas ocupam seu tempo livre para assumir tal processo participativo, geralmente pagando passagem do seu próprio salário, contribuindo financeiramente para a compra do lanche ao final da reunião, ou no meio do encontro, para alugar o carro de som, para comprar papel, imprimir e distribuir o panfleto. A este investimento gratuito, sem garantia de retorno, ou com possibilidades de retorno coletivo para um grande número de pessoas, inclusive muitas desconhecidas, com o intuito de buscar “dias melhores”, mas principalmente de construir e manter o vínculo social, que estamos considerando o exercício da dádiva, tal qual formulada por Marcel Mauss, caracterizada pela trípla obrigação e a trípla liberdade de “dar, receber, retribuir” (BRITO, 2006, p 118-119).

Assim, tais manifestações da chamada “democracia participativa”, segundo Brito, invocariam também a “utopia”, mediante a qual o indivíduo interage em meio à realidade motivado a buscar, de forma “gratuita”, a concretização dos ideais, mesmo que não os obtenha ou os vivencie em sua plenitude:

Do mesmo modo, deveremos destacar a sua dimensão emancipatória, através da construção de uma “utopia possível” com raízes profundas no chão histórico e no cotidiano social, valorizando e animando a crença na vocação do ser humano e para a solidariedade e a liberdade (Ibidem, p 131).

Campos cita Lefort para dizer que a dádiva se constitui a base sobre a qual está fundamentada toda a ordem cultural, englobando o político, econômico, social e moral: *“A dádiva seria a própria possibilidade da constituição do humano, a base sobre a qual toda ordem cultural se realiza: o político, o econômico, o social e a moral”* (LEFORT, apud CAMPOS, 2006, p 145).

Ainda a respeito da dádiva, Mauss falará da “honra”, do “desinteresse” e da “solidariedade corporativa”, fazendo referência à teoria sociológica de Durkheim (DURKHEIM, apud Mauss, 1974, p 168). Seguindo a analogia de Durkheim (1984) a

esse respeito, a coesão e o equilíbrio sociais estão condicionados pela relação que os indivíduos estabelecem entre si e com a sociedade.

Desta forma, existem na sociedade formas padronizadas de conduta e de pensamento, que se sobrepõem ao indivíduo, propiciando uma forma geral de proceder e de interpretar a vida, que são comuns a todos os grupos. A isso Durkheim denominou “consciência coletiva”: *“O conjunto de crenças e de sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tenha sua vida própria; pode-se chamá-lo de ‘consciência coletiva ou comum’”* (DURKHEIM, 1984, p 74).

Segundo Durkheim, há um substrato coletivo que é denominado “solidariedade mecânica”: *“Daí resulta uma solidariedade ‘sui generis’ que, nascida das semelhanças, liga diretamente o indivíduo à sociedade. (...) Essas sociedades constituem o lugar típico da solidariedade mecânica, tanto que delas derivam seus principais caracteres fisiológicos”* (DURKHEIM, 1984, p 77;87).

No que diz respeito às relações entre os indivíduos numa sociedade, seguindo essa percepção, seus laços de interdependência se dão pela divisão do social trabalho. Como isso ocorre? As pessoas da sociedade deixam transparecer suas diferenças e autonomia, conforme cada função específica. Só que os mais diferenciados ramos de trabalho interdependem uns dos outros. Estão coordenados e subordinados, ao mesmo tempo, a um tipo de “solidariedade orgânica”. É o que se pode notar com a multiplicidade das corporações de ofício. Sobre isso, explicita Durkheim:

Inteiramente diferente é a estrutura das sociedades onde a solidariedade orgânica é preponderante.

Elas são constituídas não por uma repetição de segmentos similares e homogêneos, mas sim por um sistema de órgãos diferentes, cada um dos quais tem um papel especial e se forma de partes diferenciadas. Os elementos sociais não são da mesma natureza, ao mesmo tempo que não se acham dispostos da mesma maneira. Eles não se acham justapostos linearmente como os elos de uma cadeia, nem encaixados uns nos outros, mas sim coordenados e subordinados uns aos outros, em torno de um mesmo órgão central que exerce uma ação moderadora sobre o resto do organismo (DURKHEIM, 1984, p 90).

Entretanto, no intuito de se analisar o “diálogo” entre Mauss e Durkheim, do ponto de vista do “fato social”, sugerindo uma relação entre ambos, Martins (2006) irá ponderar, mediante a perspectiva de Mauss, a respeito do que seria uma absolutização do pensamento de Durkheim, sobretudo, no que se refere ao fato social.

Desta forma, a dádiva, cujos princípios morais são comuns às sociedades e a elas se “impõem”, tornando-se, por esse motivo “fato social total”, apresentaria, segundo a percepção de Martins (2006), certa flexibilidade em relação ao poder coercitivo. Isso significa que os indivíduos têm certa liberdade para aderir ou não ao sistema de “obrigações”, mesmo que isso ocasione conflitos. Neste ponto, Martins irá sugerir um distanciamento entre o pensamento de Mauss (1974), propenso à liberdade de decisão dos indivíduos dentro do contexto da realidade social, em vista do fator simbólico presente nas relações sociais, e a perspectiva objetivante, inflexível e absolutizadora do pensamento de Durkheim (MARTINS, 2006, p 94).

Conforme a percepção de Martins (2006), será o aspecto simbólica da dádiva, na qual coabitam obrigação/interesse, espontaneidade/amizade, que irá particularizar a especificidade de Mauss (1979) em relação a Durkheim (1984). Martins fundamenta que:

Na dádiva participam a obrigação e o interesse, mas também a espontaneidade, a liberdade, amizade, a criatividade. A sociedade, nessa perspectiva relacional, é um fenômeno social total, por que ela se faz primeiramente pela circulação de dádivas (presentes, serviços, hospitalidades, doações e, também, desejos, memórias, sonhos e intenções), considerados símbolos básicos na constituição dos vínculos sociais (MARTINS, 2006, p 111).

Só que Mauss parece indicar vestígios de uma problemática na engrenagem social recuperando, a partir de Durkheim, o apelo de uma maior “humanização” dos grupos profissionais: *“humanizemos igualmente os demais grupos profissionais, aperfeiçoando-os ainda mais. Isso seria um grande progresso realizado, e que Durkheim amiúde preconizou”* (DURKHEIM, apud Mauss, 1974, p 168).

Com relação à dinâmica social do trabalho, Mauss parece reconhecer o problema da especulação e da usura, ao mesmo tempo em que adverte para a necessidade de se garantir os direitos pessoais e coletivos:

E seria preciso decerto que se encontrasse o meio de limitar os frutos da especulação e da usura. Entretanto, é preciso que o indivíduo trabalhe. É preciso que ele seja forçado a contar consigo, e não com os outros. Por outro lado, é preciso que ele defenda seus interesses, pessoalmente e em grupo. O excesso de generosidade e o comunismo lhe seriam tão nocivos e seriam tão nocivos à sociedade quanto o egoísmo de nossos contemporâneos e o individualismo de nossas leis (MAUSS, 1974, p 167-168).

Este problema, presente na obra de Mauss, permite-nos propor um caráter de denúncia em relação às desigualdades sociais provocadas pelas economias capitalistas.

Mesmo assim, há o reconhecimento de que na essência do ser humano são desencadeadas relações econômicas, cuja dinâmica ainda difere da racionalidade capitalista que se tem:

Foram nossas sociedades ocidentais que, muito recentemente fizeram do homem um “animal econômico”. Mas não somos ainda todos seres desse gênero. Em nossas massas como em nossas elites a despesa pura e irracional é prática corrente; é também característica de alguns fósseis da nossa nobreza. O “homo oeconomicus” não está atrás de nós, mas a nossa frente, como o homem da moral e do dever, como o homem da cidadania e da razão (Ibidem, p 176).

Para Godbout, a pessoa já teria uma tendência inata para a dádiva: *“Além de termos colocado em questão este postulado, apresentamos a proposta do postulado do dom, defendendo que há uma tendência natural para dar, uma espécie de pulsão de dom, assim como existe uma tendência natural para receber”* (GOLDBOUT, 2002, p 85).

Caillé irá sugerir o que ele denomina “dádiva das palavras”: (...) *“a sociabilidade primária alimenta-se da dádiva das palavras e que, reciprocamente, a linguagem, embora não seja vetor de informações ou ordens, deve ser analisada como instância da dádiva da palavra falada”* (CAILLÉ, 2002, p 103).

Dessa forma, a linguagem contém certa “ritualidade”, que é capaz de estabelecer vínculo entre as pessoas. Por isso, conteria em si os dois aspectos paradoxais da dádiva, que são o dom e a obrigação: *“A linguagem do agradecimento, ritualmente utilizada nesta ocasião, evoca por si só as duas dimensões paradoxalmente unidas no dom: a da graça e da gratuidade, por um lado, e, por outro, a da obrigação”* (Ibid, p 99).

Tarot introduzirá a ideia segundo a qual o cristianismo incorporaria os princípios da dádiva (TAROT, 2002, p 167). Dessa forma, se a dádiva, que é compreendida e vivenciada segundo a lógica do dom, no qual “dar” é “dar-se”, conforme Mauss (1974), tal ideia remeteria à experiência existencial de Jesus Cristo: *“Este é o meu mandamento: amai-vos uns aos outros como eu vos amei. Ninguém tem maior amor do que aquele que dá a vida por seus amigos. Vós sois meus amigos, se praticardes o que vos mando”* (João 15, 12-14) ¹⁶. Assim, na perspectiva cristã, o dom manifesta-se pelo amor recíproco, cuja reação esperada do crente é o contra dom.

¹⁶ As citações bíblicas foram retiradas da tradução Bíblia de Jerusalém.

Entretanto, o preceito bíblico recomenda o que poderíamos chamar de “incondicionalidade” do dom: *“Dá a quem te pedir e não reclames de quem tomar o que é teu” (Lucas 6, 30)*. Esta é uma relação de “gratuidade” (...) *“fazei o bem e emprestai sem esperar coisa alguma em troca” (Lucas 6, 35)*. Só que o dom deve suscitar a “obrigação” de se retribuir tal benefício: *“De graça recebestes, de graça deveis dar!” (Mateus 10,8)*. Assim, o viés religioso, aqui representado pela perspectiva cristã da doação gratuita e da reciprocidade, da qual provêm os valores anunciados pela Economia de Comunhão, parece abrir uma possibilidade de aproximação com a dádiva.

1.3 – “Economia Solidária é a outra economia que acontece”¹⁷

Ainda na perspectiva de se pensar a economia sobre um ponto de vista que extrapole a visão mais restritiva de um “economicismo”, é que se pretende abordar, mesmo que de forma sucinta, a chamada “Economia Solidária” (ES). Sendo assim, o esforço será de apresentá-la teoricamente, focalizando aí, sobretudo, os princípios que a caracterizam. Para facilitar a compreensão dessa abordagem, convém situar o contexto econômico frente ao qual a ES se originou.

Assim, vale salientar que a ES surgiu como forma de reação ao modo de produção capitalista, a notar, sobretudo, pela exploração intensa e marginalização de muitos trabalhadores nas fábricas. Em relação isso, afirma Singer: *“A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados no mercado de trabalho” (SINGER, 2003, p 13)*.

O capitalismo vem desencadear mudanças radicais na dinâmica dos bens e meios de produção. Se antes os trabalhadores tinham a posse do fruto do seu trabalho, assim como dos instrumentos de que se utilizavam para produzir, artesanalmente, a outra lógica econômica, celebrada pela Revolução Industrial, rouba-lhes os bens, inclusive, a própria força de trabalho, que passa também a ser uma “mercadoria” bastante rentável

¹⁷ Frase retirada da Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social intitulada: “Economia Solidária Outra Economia Acontece!” (2007, p 34)

nas mãos dos capitalistas. Singer vem explicitar essa ideia, emergindo daí uma extrema concentração da renda e consequente pauperização dos trabalhadores.

O capitalismo é o modo de produção em que os meios de produção e de distribuição, assim como o trabalho, se tornam mercadorias, apropriadas privadamente. Os meios de produção e distribuição tornam-se capital à medida em que se concentram nas mãos duma minoria, enquanto a maioria se limita à posse de sua capacidade individual de trabalho (Ibidem, p 11).

Esta forma de produção que se sobrepõe aos artesãos, ao pequeno comércio e à agricultura camponesa gerou numerosa mão de obra absorvida apenas parcialmente pela dinâmica capitalista. O que se pretende é uma produção industrializada de grande escala. Em decorrência disso, tem-se um numeroso contingente de trabalhadores ociosos, desempregados, em vista de uma acentuada concorrência para o emprego. Fazendo-se referência ao “exército industrial de reserva” (expressão marxista), composto pelos trabalhadores ociosos, que estão à margem do mercado de trabalho, tem-se aí, então, uma consequência típica do capitalismo (SINGER, 2003, p 12).

Endossando essa ideia, Santos e Rodríguez (2005, p 27-28) irão pontuar o que para eles constituem as características ou consequências marcantes do capitalismo. Em primeiro lugar, constata-se desigualdades sociais acentuadas – estratificação social – que são pontuadas, sobretudo, pela subordinação do trabalho ao capital. Em segundo lugar, é próprio dessa forma de produção sediar relações de concorrência em prol do benefício particular, só que, consequentemente, em detrimento da coletividade. Por último, tem-se uma forma de exploração desenfreada que não leva em consideração os danos aos recursos naturais, que são vitais para o planeta.

Em decorrência disso, inicia-se um processo de resistência dos trabalhadores industriais à exploração que recai sobre eles. Para tanto, buscaram “alternativas econômicas”. Como forma de se garantir os direitos trabalhistas, aos poucos, os trabalhadores foram organizando-se em torno de sindicatos ou através de uma prática cooperativista. É tanto que as primeiras cooperativas surgiram na Inglaterra, ainda na primeira metade do século XVIII (Ibidem, p 33).

Sendo assim, da mesma forma que se está diante de uma predominância capitalista, perante a qual parece não haver espaço para outras iniciativas, inclusive, contrárias aos seus critérios, podemos dizer que esta mesma dinâmica provoca resistências, através de outras possibilidades ou iniciativas de se vivenciar a dimensão

econômica e de mercado. Santos e Rodríguez vão falar das reformas radicais que se contrapõem ao próprio capitalismo:

(...) o predomínio do capitalismo não reduz a amplitude de possibilidades às referidas variações. Pelo contrário, essa amplitude de possibilidades inclui formas de conceber e organizar a vida econômica que implicam reformas radicais dentro do capitalismo, baseadas em princípios não capitalistas ou que apontam, inclusive, para uma transformação gradual da economia para formas de produção, intercâmbio e consumo não capitalistas (SANTOS E RODRÍGUES, 2005, p 26).

Aqui, parece oportuno recuperar a obra “Manifesto do Partido Comunista” de Marx e Engels, na qual se encontra a célebre frase *“Tudo que era sólido se desmancha no ar”* (2003, p 29)¹⁸. Isso para dizer que nenhum critério ou forma de articulação social, inclusive econômica, é absoluta. O que se tem é um cenário movido por contradições ocasionadas pelo capitalismo. Retomando essa ideia, Santos (2006, p 23) trata do “caráter revolucionário” das transformações decorrentes do capitalismo nos diversos setores da vida social, inclusive, econômico.

Mas, do que se trata afinal a Economia Solidária?

Segundo o “Documento Base Nacional Sistematizado”, a ES diz respeito *“(...) às formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva dos meios de produção, na cooperação e na autogestão”*¹⁹.

As características acima elencadas parecem sugerir como eixo identificador da ES a autogestão, em direção à qual, os demais atributos devem convergir. Para Singer, este ponto assegura a participação, decisão e colaboração equitativa de todos os associados nas decisões da empresa:

A autogestão duma empresa solidária é – ou deveria ser – totalmente diferente da gestão capitalista, em primeiro lugar porque os conflitos entre interesses seccionais devem ser muito menores e em segundo porque podem ser travados abertamente e resolvidos por negociações em que todos tomam parte. Numa empresa solidária todas as informações relevantes estão disponíveis aos interessados. A contabilidade e os demais sistemas de controle são desenhados para que a transparência impere, de modo que a participação de todos nas decisões possa acontecer (SINGER, 2003, p 20).

¹⁸ Embora o “Manifesto do Partido Comunista” tenha sido publicado, pela primeira vez, em alemão, em 1848, aqui utilizaremos a tradução, em português, de Marcos Aurélio Nogueira e Leandro Konder, em 2011.

¹⁹ Fragmento extraído da II Conferência Nacional de Economia Solidária realizada em junho de 2010, em Brasília – DF, intitulado *“Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável”*; p 09, Nº 01.

Isso permitirá a constatação de um empreendimento solidário. Entretanto, essa forma de organização deve ainda se somar aos seguintes elementos:

A unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperadores (Ibidem, p 13).

Aqui se pode perceber uma dinâmica de gestão empresarial que pede o protagonismo de uma coletividade, cuja organização se dá de forma comunitária, para que a empresa possa crescer. Isso em detrimento do capitalismo, cujos meios de produção e o capital estão nas mãos dos capitalistas, que perseguem obstinadamente os rendimentos do capital investido:

(...) na fábrica capitalista os empregados têm de produzir lucros proporcionais ao capital investido, obrigação que os cooperados não têm o que lhes permite se auto-explorar menos; além disso, os cooperados têm a liberdade de escolher quando e como trabalhar para tornar sua empresa competitiva, ao passo que os trabalhadores assalariados têm de obedecer a determinações da direção (SINGER, 2003, p 17).

Como resultado de uma prática autogestora, cada trabalhador associado adquire consciência de sua atuação junto ao empreendimento, bem como das possíveis implicações perante a sociedade e meio ambiente:

(...) A autogestão torna cada trabalhador (a) consciente do seu papel no todo em que atua; (...) há uma necessária vinculação ao território em que a atividade econômica solidária está inserida, acarretando no respeito às especificidades e culturas regionais e ao meio-ambiente em que está inserida²⁰.

Dessa forma, é possível apresentar a ES a partir do que parece sintetizar o desafio de se projetar esta experiência econômica como “paradigma” de desenvolvimento, em torno do qual devem se concentrar atenções e esforços em prol da sua concretização:

No entanto, a economia solidária não deve ser considerada apenas como um conjunto de políticas sociais ou medidas compensatórias aos danos causados pelo capitalismo, nem como responsabilidade

²⁰ Cf. Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social intitulada: “Economia Solidária: Outra Economia Acontece!” (2007; p 09)

social empresarial. Seu desafio é o de projetar-se como paradigma e modelo de desenvolvimento que tem por fundamento um novo modo de “produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e à segurança alimentar, preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos”²¹.

No Brasil, segundo relata Singer, a ES desponta na década de 1980 e ganha espaço de organização e adesão de muitos empreendimentos na década de 1990. Isso como forma de reação à crise econômica e consequente desemprego de muitos trabalhadores (SINGER, 2003, p 25)²².

No entanto, por que é que sugerimos a possibilidade de se estabelecer um diálogo entre a Economia Solidária e a dádiva?

Em relação a isso, para além das atividades econômicas realizadas conjuntamente, a ES pressupõe relações de afinidade entre seus participantes. Além dos incentivos econômicos, Santos e Rodríguez destacam os chamados “vínculos de sentimentos”, como forma de se estimular o entusiasmo e o fortalecimento dos propósitos a serem desempenhados:

As atividades econômicas fornecem o sustento e o incentivo material, enquanto o sentimento de vínculo e os processos de educação e integração sociais gerados em torno delas fornecem a energia e o entusiasmo necessários para que os participantes persistam e a alternativa não desmorone ou se desvirtue (2005, p 65-66).

Ora, se a ES tende a fixar relações de proximidade entre os associados a ponto de serem estabelecidos vínculos entre as pessoas, que tendem a interagir em vista do apoio mútuo e da troca de favores, não estaria aí uma possibilidade de interlocução com a perspectiva da dádiva, abordada anteriormente?

²¹ Cf. Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social intitulada: “Economia Solidária Outra Economia Acontece!”, 2007; nº19; p13-14.

²² Assim, vale ressaltar o surgimento da “Associação Nacional de Trabalhadores em empresas Autogestionárias e de Participação Acionária (Anteag); o “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que organiza diferentes tipos de cooperativas para viabilizar a dinâmica econômica dos assentamentos; as “Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), que são ligadas a universidades, cujo objetivo é de atingir as populações mais pobres através de cooperativas, orientando-lhes com o devido apoio; cabe também registrar a atuação, a partir de iniciativas solidárias, da “Cáritas” brasileira, que é um órgão ligado ao Conselho Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB (SINGER, 2003, p 25).

Mauss (1973, p 163) ao abrir uma possibilidade de que os princípios da dádiva sejam reconhecidos em nossas sociedades, sobretudo, a partir dos sentimentais que unem as pessoas, pode-se dizer, então, que não existe apenas uma moral de comerciantes. Nicolas (2002) reforça a possibilidade de coexistência entre os princípios do dom e a dinâmica do mercado.

Nesta perspectiva da dádiva, que aciona vínculos de sentimentos entre as pessoas mediante as relações, inclusive de mercado, Quintela e Arruda, parecem referir-se a isso ao discorrerem sobre a ES:

Não é loucura. Também não é utopia, que quer dizer “em lugar nenhum”. A economia a partir do coração é aquela que segue o caminho da “cooperatividade” em vez da competitividade, da eficiência sistêmica em vez da eficiência apenas individual, do “um por todos e, todos por um”, em vez do “cada um por si e Deus só por mim”. E esta economia já existe. Ela tem como centro o coração, cuja energia é o amor (2003, p 317).

Eis aí a subjetividade que tende a perpassar a “objetividade” das relações econômicas. É o que a perspectiva do dom nos permite considerar. A ES sugere um “sucesso econômico” que deve ser condicionado à realidade objetiva/subjetiva das relações interpessoais/comunitárias.

1.4 – A Economia de Comunhão (EdC): “(...) Um novo estilo de vida no campo socioeconômico”²³

É preciso que a Economia de Comunhão não se limite a exemplificações, criando empresas novas inspiradas nela, ilustradas por comentários de quem é mais ou menos competente. Ela deve tornar-se uma ciência, com a participação de economistas preparados, que saibam delinear a sua teoria e prática, confrontando-a com outras correntes econômicas, suscitando não só monografias, mas escolas que possam ajudar a muitos. Uma verdadeira ciência, que valorize quem deve demonstrá-la com os fatos e represente uma verdadeira “vocação” para quem, de alguma forma, a ela se dedica (LUBICH, 2004, p 45)²⁴.

²³ Frase extraída do discurso de Lubich, por ocasião do lançamento da EdC (Cf. LUBICH, 2004, p 16).

²⁴ Fragmento extraído do texto da aula proferida por Lubich na “Escola para agentes da Economia de Comunhão, realizada em Caltel Gandolfo, Itália, de 6 a 9 de abril de 2001.

O que se pretende realizar agora é uma abordagem acerca da Economia da Comunhão, a partir da qual será empreendido um esforço de se provocar uma interlocução com a teoria da dádiva. Para tanto, julgamos oportuno lançar mão das ideias de Lubich (2004), a partir de alguns dos seus pronunciamentos, sobretudo, o discurso de lançamento da EdC, proferido em maio de 1991.

Comecemos, então, pela análise do discurso de lançamento da EdC, no qual Lubich, num primeiro momento, expõe algumas motivações que a influenciaram na elaboração e sistematização desse plano econômico:

Pois bem, nestes dias nasceu uma idéia na Mariápolis Araceli: a idéia de que talvez Deus esteja chamando o nosso Movimento no Brasil – onde há uma participação de cerca de duzentos e cinquenta mil pessoas – a pôr em prática a comunhão de bens, enriquecida com todos os princípios da Doutrina Social da Igreja, globalmente, todo o Movimento junto (LUBICH, 2004, p 14).

Já nesta primeira citação, é feita referência à “comunhão de bens” e à “Doutrina Social da Igreja”, recuperando assim uma experiência religiosa específica, própria dos Focolares, que merece ser considerada.

A “comunhão de bens” praticada pelos Focolares, portanto, remete ao que teria sido uma vivência comunitária e fraterna dos primeiros cristãos, de acordo com os relatos bíblicos, não existindo entre eles nenhum necessitado²⁵. Em relação a isso, explica Lubich:

A idéia da comunhão de bens surgira em nós a partir da observação da primeira comunidade cristã. Os primeiros cristãos a praticavam de modo livre e, como consequência – assim relatam os Atos dos Apóstolos – não havia entre eles indigente algum. Posteriormente, à medida que a vivíamos, essa idéia ia enriquecendo-se com todas as outras contribuições que a Doutrina Social Cristã nos dava, principalmente por intermédio das encíclicas sociais (Ibidem, p 13).

Ao referir-se à “Doutrina Social da Igreja”, é posta em destaque a Carta Encíclica do Papa João Paulo II denominada “Centesimus annus” (1991)²⁶, segundo a qual, de acordo com a leitura de Lubich (2004), é feita uma “radiografia” da desafiante realidade socioeconômica da atualidade, sobretudo, na América Latina. Provém daí,

²⁵ Eis o texto bíblico referente à vivência dos primeiros cristãos: “*A multidão dos fiéis era um só coração e uma só alma. Ninguém considerava propriedade particular as coisas que possuía, mas tudo era posto em comum entre eles. (...) Entre eles ninguém passava necessidades* (Atos dos Apóstolos 4, 32; 34).

²⁶ Cf. Site: http://www.vatican.va/edocs/POR0067/_P2.HTM (consultado em 01 de março 2012, às 14h38min).

portanto, um “apelo” em prol de uma dinâmica econômica que assegure os direitos humanos e a liberdade de associação, salvaguardando também o direito à propriedade privada e tendo em vista relações de solidariedade.

Além disso, outra situação que teria motivado o surgimento da EdC, segundo Lubich (2004), diz respeito ao que a proponente teria observado em relação a uma antiga abadia suíça. O cenário era composto por uma igreja, onde os monges rezavam. Havia também o casario de sua moradia e estudos, além de uma escola e as terras onde trabalhavam. A partir disso, Lubich (2004) teria idealizado o protótipo de uma “pequena cidade” moderna composta por casas, pavilhões e indústrias, na qual seriam vivenciados os valores dos Focolares, a exemplo da partilha dos bens materiais (LUBICH, 2004, p 11-12). Mais tarde, então, essa imagem pôde ser concretizada através das chamadas “Mariápolis”.

Assim, a lembrança da abadia e a reflexão da “Centesimus annus”, sobretudo, teriam sido os fundamentos que deram origem à idéia da EdC (Ibidem, p 13). Daí se pode intuir a relação que o Movimento dos Focolares procura manter com a Doutrina Social da Igreja.

Para Lubich (2004), a EdC é a concretização do estilo de vida dos Focolares, sobretudo, no que se refere ao seu aspecto social. É tanto que, num terceiro pronunciamento acerca da EdC, é feita referência à situação de miséria de muitos adeptos desse grupo religioso, também aos contrastes sociais de países como o Brasil, estando aí também um grave problema social, em razão do qual, sobretudo, a EdC teve sua origem:

Esse estilo de vida se concretizou, depois de quase cinquenta anos, no projeto Economia de Comunhão. Ele surgiu em maio de 1991, em São Paulo (Brasil), durante um encontro meu com a comunidade local, no coração de um país onde se sofre de maneira dramática o contraste social entre poucas pessoas riquíssimas e milhões de pessoas paupérrimas. A pobreza estava presente também entre alguns milhares dos duzentos e cinquenta mil pessoas que aderem ao Movimento, e o que já se fazia com a comunhão de bens não era suficiente (Ibidem, p 31)²⁷.

Retomando o discurso de lançamento da EdC, podemos destacar a primeira formulação dessa ideia econômica:

²⁷ Pronunciamento realizado por Lubich num Congresso organizado pelo Conselho da Europa denominado “Comissão das Relações Parlamentares e públicas, em Estrasburgo, França, em 31 de maio de 1999. O título do referido Congresso era: “Sociedade de mercado, democracia, cidadania e solidariedade: espaço para o confronto?”

(...) deveriam surgir algumas indústrias, algumas empresas, pela iniciativa dos focolarinos casados e, em particular, dos voluntários. (...) Tais empresas, de diferentes tipos, deveriam ser apoiadas por pessoas do Brasil inteiro, constituindo sociedades em que cada um teria uma participação própria; participações talvez pequenas mas muito difundidas. A gestão, obviamente, deveria ser confiada a pessoas competentes e capazes, que fizessem essas empresas funcionar com a máxima eficiência, assim, obtivessem lucro delas (Ibidem, p 14).

Como é possível perceber, logo de imediato, poderíamos focar a atenção para o que se apresenta como o propósito dessas empresas: gerar lucros. Se bem que para o capitalismo, vale considerar, a obtenção dos lucros está acima de qualquer outro valor, inclusive, das relações interpessoais. Entretanto, Lubich anuncia uma “novidade” em relação aos lucros: *“E aqui está a novidade: esse lucro não deveria ser repartido entre todos os que participam do capital, mas deveria ‘ser posto em comum’. Disso haveria de nascer uma ‘Economia de Comunhão’, da qual a Mariápolis seria um protótipo, uma cidade-piloto (LUBICH, 2004, p 14).* A proponente ainda continua a exposição da sua ideia especificando os três propósitos para os quais seriam destinados os lucros obtidos:

O propósito pelo qual o lucro deve ser posto em comum é o mesmo a que se propunha a primitiva comunidade cristã: ajudar em primeiro lugar os necessitados, oferecer-lhes trabalho, estruturá-los, fazer com que não haja qualquer indigente. Depois, para desenvolver as empresas, pois se elas param, não produzem. E, finalmente, para desenvolver as estruturas da Mariápolis e, por conseguinte, a sua função de formar “homens novos”²⁸, porque, sem “homens novos”, não se forma uma sociedade nova (Ibidem, p 14).

A partir do que é apresentado como “novidade” por Lubich (2004) em relação aos lucros – serem colocados em comum, sobretudo, para a ajuda dos necessitados –, pensamos ser conveniente recuperarmos aqui a perspectiva de Mauss (1974, p 101) ao se referir ao dom, em razão do qual são “despendidas” e “transferidas” riquezas imbuídas de “generosidade”.

Ora, mas aqui poderíamos nos perguntar qual teria sido, de fato, a razão pela qual a EdC foi lançada aqui no país, quando havia tantos outros lugares da América Latina e do mundo, como na África, que enfrentavam e enfrentam dificuldades econômicas até bem maiores do que no Brasil? Ainda em seu discurso de lançamento da

²⁸ Segundo Lubich, o termo “homens novos”, conforme os preceitos bíblicos, estaria associado à expressão de São Paulo ao escrever uma carta à comunidade de Éfeso, dizendo: “(...) e se revistam do homem novo, criado segundo Deus na justiça e na santidade que vem da verdade” (Efésios 4,24), interpretado por ela como “pessoas renovadas pelo Evangelho” (cf.: LUBICH, 2004, p 14).

EdC, explica Lubich: *“A idéia foi acolhida com entusiasmo não só no Brasil e na América Latina, mas também na Europa e em outras partes do mundo (Ibidem p 25).* Então, isso parece indicar que tal proposta econômica repercutiu ao mesmo tempo nos cerca de 180 países onde os Focolares estão presentes, a ponto de também provocar o surgimento de empreendimentos também em outros lugares.

Lubich fundamenta a possibilidade operacional da EdC, fazendo alusão à existência de uma cooperativa que já funcionava mais ou menos de acordo com o referido plano econômico:

Podemos considerar precursora dessas empresas uma cooperativa que surgiu na cidade-testemunho de Luppiano, a “Loppiano Primeira”: uma cooperativa agrícola, composta por voluntários do Movimento que se transferiram com suas famílias para o Vale do Rio Arno, com o propósito de constituir-la, e que possui características semelhantes (LUBICH, 2004, p 15).

Assim, aqui já se está configurando um cenário em torno do qual Lubich, no seu segundo pronunciamento, sugere uma “relação” entre a EdC e a ES: *“Um projeto característico do nosso movimento é a chamada Economia de Comunhão na Liberdade, uma experiência peculiar de economia solidária (Ibidem, p 24).*

Poderíamos considerar, neste momento, o problema de saber como os propósitos da EdC, aqui explicitados pela considerada “novidade” em relação aos lucros, que devem ser postos em comum – isso, em alguma medida, poderia remeter-nos à forma de gestão da Economia Solidária, na qual existe uma divisão dos lucros (SINGER, 2003, p 20) –, podem coexistir numa empresa de cunho particular, cujos meios de produção e a força de trabalho estão concentrados nas mãos dos empresários? Em decorrência disso, vale indagar também a respeito da possibilidade que a EdC apresentaria de alienar o trabalhador, gerando relações nas quais o trabalho deixaria de ser uma atividade emancipadora.

Lubich reconhece a possibilidade da existência de empresas no mercado, cujas atividades vão além do objetivo de se perseguir o lucro, incondicionalmente, uma vez que se deve visar, em primeiro lugar, ao bem comum:

As empresas da Economia de Comunhão empenham-se, em todos os aspectos de suas atividades, em pôr em centro das atenções as exigências e as aspirações do homem e as instâncias do bem comum. Embora atuando no mercado e sendo, para todos os efeitos, sociedades ou firmas comerciais, elas se propõem, como sua razão de ser, a fazer da atividade econômica um lugar de encontro no sentido mais profundo do termo, um lugar de comunhão: comunhão entre que tem bens e oportunidades

econômicas e quem não os tem; comunhão entre todos os agentes envolvidos de diferentes maneiras nessa mesma atividade (LUBICH, 2004, p 33).

Por essa razão, Lubich considera a premissa segundo a qual o ser humano já teria em si uma tendência natural para vivenciar a prática da partilha, inclusive, em meio à dinâmica capitalista, concretizada pela lógica do “dar”:

Isso pode parecer difícil, árduo, heróico. Mas não é assim, porque o homem, criado à imagem de Deus, que é Amor, encontra a própria realização justamente no amor, em Dar. Essa exigência está no mais profundo do seu ser, quer ele tenha fé em Deus, quer não (Ibidem, p 40-41).

Essa percepção de Lubich sugere uma relação com o que Godbout (2002, p 85) diz a respeito do dom, em relação ao qual o ser humano já teria uma tendência inata para “dar” e receber benefícios.

A perspectiva do “dar”, que contrapõe veementemente os princípios da EdC à dinâmica hegemônica capitalista “*Ao contrário da economia consumista, baseada na cultura do ‘ter’, a Economia de Comunhão é a economia do ‘dar’*” (LUBICH, 2004, p 40), só é possível ser vivenciada pelas empresas mediante um processo de mudança/transformação da mentalidade dos que a compõem, sobretudo, dos empresários. Esclarece Lubich:

A Economia de Comunhão propõe comportamentos inspirados na gratuidade, na solidariedade e na atenção aos últimos não somente para atividades sem fins lucrativos, mas principalmente para empresas nas quais é conatural a busca do lucro; lucro que depois é posto em comum, numa perspectiva de comunhão (Ibidem, p 34)²⁹.

Aqui está se configurando um propósito empresarial de mercado, mediante a proposta da “comunhão”. Para tanto, a forma de gerenciamento de tais empreendimentos deve apresentar os seguintes critérios:

- instaurar relacionamentos leais e respeitosos, animados por um sincero espírito de serviço e de colaboração com os clientes, os fornecedores, o poder público e até mesmo os concorrentes;
- manter uma linha de conduta da empresa inspirada na “cultura da ética”;
- valorizar os empregados, informando-os e envolvendo-os, em variadas medidas, na sua gestão;
- reservar grande atenção ao ambiente de trabalho e ao respeito à natureza, ainda que arcando com investimentos de alto custo;

²⁹ Pronunciamento realizado por Lubich num Congresso organizado pelo Conselho da Europa denominado “Comissão das Relações Parlamentares e públicas, em Estrasburgo, França, em 31 de maio de 1999. O título do referido Congresso era: “Sociedade de mercado, democracia, cidadania e solidariedade: espaço para o confronto?”

- cooperar com outras entidades ou iniciativas empresariais e sociais presentes no território, atentos inclusive à comunidade internacional, com quem se sentem solidários (LUBICH, 2004, p 26).

O que se poderiam destacar em relação aos referidos critérios, além dos princípios morais e éticos nas relações da empresa com o mercado e a preocupação com a sustentabilidade, são as relações de trabalho/produção desencadeadas nas empresas da EdC. Primeiramente, isso implica que se está diante de um propósito de gestão empresarial, em cujas atividades possam ser incluídos, de alguma forma, os trabalhadores. Com isso, poderão ser evidenciadas relações de estima e de confiança no âmbito empresarial.

Guiando-se por esses critérios, as empresas devem dispensar grande atenção para as condições de trabalho, mesmo que isso implique em altos custos. Assim, deve ser proporcionado aos trabalhadores um ambiente que lhes seja favorável e propicie uma melhor realização das atividades. E aqui valeria retomarmos a questão de saber em que medida o trabalho passa a ser, realmente, uma atividade emancipadora do ponto de vista econômico e social.

Mas, para além da dinâmica/comunhão intra-empresarial proposta, convém retomar o critério previsto pela EdC, a ser realizado pelas empresas, da divisão dos lucros em três partes, dentre as quais gostaríamos de nos referir, mais especificamente, à fração que é destinada aos “pobres”. Estes, que correspondem aos donatários, segundo Lubich (2004), devem estar situados num mesmo patamar de dignidade dos doadores, que também podem assumir uma condição de donatários, em determinadas circunstâncias.

Desta forma, os benefícios doados aos “pobres”, os “dons”, vão além de uma atitude caritativa/assistencialista e filantrópica. Na verdade, o enfoque incide na “cultura da partilha”, suscitando uma reação de reciprocidade, incluindo as necessidades materiais dos necessitados, que também devem ser reconhecidas como “dom”³⁰. Com isso, o objetivo é de que os “pobres” admitam sua dignidade e valores perante a

³⁰ A respeito da prática do “dar”, especifica Lubich: “Dar aquilo que temos a mais, ou até mesmo o necessário, se assim sugerir o nosso coração. Dar a quem não tem, sabendo que esse modo de empregar os nossos bens produz um rendimento incalculável, pois o nosso ‘dar’ abre as mãos de Deus. E Ele, na sua Providência, nos cumula com superabundância, para podemos dar novamente e muito mais, e recebermos novamente e podermos, assim, ir ao encontro das desmedidas necessidades de muita gente” (Cf. LUBICH, 2004, p 41).

sociedade, bem como a capacidade de adquirir autonomia financeira, numa perspectiva de também interagir mediante a dinâmica do “dom”:

Aquelas pessoas que estão em dificuldade econômica, os destinatários de uma parte dos lucros, não são considerados simplesmente “assistidos” ou “beneficiados” pela empresa. São, isso sim, partes essenciais do Projeto, enquanto doam aos demais suas próprias necessidades. Eles também vivem a “cultura da partilha”. De fato, muitos deles renunciam ao auxílio que recebem tão logo recuperam um mínimo de independência econômica e, muitas vezes, partilham com outros o pouco do que possuem. Tudo isso é expressão do fato de o enfoque, na Economia de Comunhão, que também frisa a “cultura da partilha”, não estar na filantropia praticada por alguns, mas sim na partilha, na qual cada um dá e recebe, com igual dignidade, no contexto de uma relação de substancial reciprocidade (LUBICH, 2004, p 27).

O sentido que aqui está sendo conferido à partilha dos bens materiais, incluindo aí os “pobres” que participam deste processo, sobretudo, a consequente atitude de reciprocidade, permite-nos recuperar Mauss ao afirmar que o “dom” ultrapassa uma simples atitude de caridade:

A dádiva não retribuída ainda inferioriza aquele que a aceitou, sobretudo quando é recebida sem espírito de retribuição. (...) A caridade fere ainda aquele que a aceita, e todo o esforço de nossa moral tende a suprimir a patronagem inconsciente e injuriosa do rico “caridoso” (MAUSS, 1974, p 163).

Assim, o que foi idealizado por Lubich (2004) acerca da EdC parece indicar o propósito de uma “humanização” da economia de mercado atual, segundo a dinâmica da “comunhão”, que requer uma mentalidade e estilo de vida denominados “cultura da partilha”³¹. É essa proposta econômica que os empresários ligados à EdC se propõem a realizar em suas empresas.

A partir do que foi apresentado até aqui, em relação à EdC, poderíamos nos perguntar: qual desafio poderia ser destacado em relação a essa proposta econômica? Em relação a isso, Lubich faz a seguinte colocação: *“Entretanto, prevíamos que, um dia, a Economia de Comunhão poderia ultrapassar as fronteiras do nosso Movimento”* (LUBICH, 2004, p 41).

Então, aqui desponta uma expectativa de Lubich (2004) com relação à EdC, ao mesmo tempo em que isso sugere também um desafio: o de estender o então

³¹ No quarto pronunciamento acerca da EdC, Lubich explica o termo “cultura da partilha”: “Mas, o que é a cultura da partilha? É a cultura do Evangelho, é o Evangelho, porque foi no Evangelho que compreendemos o que é ‘doar’. Nele está escrito: ‘Dai e vos será dado; será derramado em vosso regaço uma boa medida, calcada, sacudida, transbordante’ (Lucas 6, 38). E é o que experimentamos todos os dias” (Cf. LUBICH, 2004, p 41).

considerado “projeto econômico” da EdC para além do grupo religioso que lhe deu origem, independentemente de raça ou religião, desde que se tenha o objetivo de pôr em prática tal plano econômico.

Dessa forma, segundo os que defendem os princípios da EdC no mercado, as pessoas com o qual interagem, devem estar abertas para estabelecer relações também com indivíduos que não estejam diretamente ligados à empresa ou ao círculo de afinidade do qual fazem parte. Em vista disso, é feita referência ao que se denomina de “universalidade de relações”, que devem ser “gratuitas” e “recíprocas”. Mas, isso será possível na prática? Para Lubich (Ibidem, p 40-41), vale reforçar, o ser humano já teria em si uma tendência natural para “doar”, independentemente da sua crença. É o que também nos vem sugerir Godbout (2002, p 85), ao defender a prática do “dom” como uma tendência inata do ser humano.

1.5 – Weber e a Economia de Comunhão, na perspectiva da dádiva

Ainda no contexto do “dom”, propomos, neste tópico, recuperar para o debate alguns elementos da teoria econômica comunitária e de vizinhança de Weber (1999), sugerindo aí um possível diálogo com o que está sendo apresentado na atualidade econômica enquanto Economia de Comunhão (EdC).

Primeiramente, convém partirmos da ideia weberiana acerca da ação econômica, que ocorre quando se tem uma ou mais necessidades, mediante as quais, existem meios e ações possíveis (embora consideradas escassas) para satisfazê-las:

Limitar-nos-emos aqui a falar de economia quando temos, por um lado, uma necessidade ou um complexo de necessidades e, por outro, uma reserva de meios e ações possíveis para satisfazê-las, considerada escassa pelos agentes tornando-se esta situação a causa de um comportamento específico que a tem em conta (WEBER, 1999, p 229).

A EdC parece indicar-nos uma aproximação com o que Weber (1999) concebe enquanto economia, isto é, têm-se necessidades, mediante as quais se perseguem os meios e ações possíveis para satisfazê-las. Dessa forma, as carências materiais dos “pobres”, segundo a EdC, serão supridas por uma fração dos lucros obtidos pelas empresas, quando colocados em “comum” (LUBICH, 2004, p 24).

A EdC, além de primar por valores éticos e morais, apresenta também uma proposta que valoriza o aspecto comunitário, mediante o qual se tem o propósito de “partilhar fraternalmente” com os “pobres” parte das riquezas que são produzidas por empresas ligadas a essa perspectiva econômica. Por essa razão, é definida a identidade desse projeto econômico: os meios e os fins de se obter determinado benefício devem ter como consequência principal a lógica do “dar”, enquanto “gratuidade”, diferentemente da dinâmica do “ter” prevista pelo capitalismo (LUBICH, 2004, p 40-41).

Essa dinâmica comunitária da partilha, a ser vivenciada por empresas, conforme a proposta da EdC, de certa forma, recupera a compreensão de Weber, segundo a qual as transações comunitárias têm relação com a economia: “*A grande maioria das relações comunitárias tem, de algum modo, relações com a economia*” (WEBER, 1999, p 229).

A própria etimologia da palavra “economia” remonta ao significado da palavra grega “οικονομία”, que significa “aquele que administra um lar”, derivada de “οικος”, “casa”, e da partícula “οὐκείνω”, “distribuir” (especialmente administrar). Assim, da partícula “οικονόμος” derivou-se “οικονομία”, que tinha não apenas o sentido de “administração de um lar ou família”, mas também de “frugalidade”, “direção”, “administração”, “acordo” e “renda pública de um Estado”. O primeiro registro do significado da palavra “economia”, encontrado em um trabalho possivelmente elaborado em 1440, diz respeito “a gestão de assuntos econômicos”, nesse caso, de um mosteiro religioso³².

Lançando mão do sentido etimológico do termo “economia”, Bruni (BRUNI, 2005, p 9)³³ sugere uma relação entre os termos “economia” e “comunhão”, já que este último, para o autor, refere-se à “administração da casa” e, com isso, à “família” em seu aspecto comunitário. Para ele, intui-se daí que as bases históricas do ser humano foram alicerçadas em relações econômicas e de “comunhão”, no sentido familiar e comunitário.

³² Cf. site: http://pt.wikipedia.org/wiki/Atividade_econ%C3%B4mica (acessado em 14 de junho de 2012, às 08h08min)

³³ Bruni é professor de Economia Política da Universidade de Milão-Bicocca (Itália) e membro do Centro Internacional de Estudos do Movimento dos Focolares.

Weber ao analisar a comunidade doméstica, destaca relações que são consideradas uma dinâmica econômica: *“Por isso, as tendências concretas da ação comunitária somente entram em consideração na medida em que, de per si, produzem formas estruturais específicas dessa ação que são, ao mesmo tempo, economicamente relevantes”* (WEBER, 1999, p. 243). Isso porque, no âmbito familiar, as relações essenciais ocorrem entre pai, mãe e filhos, constituindo assim, o que Weber irá chamar “comunidade sexual duradoura”, na qual ocorrerá o sustento necessário para a subsistência:

As relações sexuais e as estabelecidas entre os filhos, por terem em comum os pais ou um deles, assumem sua importância normal, para no nascimento de uma ação comunitária, somente pela circunstância de se tornarem um dos fundamentos normais, porém não único, de uma associação especificamente econômica: a comunidade doméstica (Ibidem, p 244).

Weber (1999) ainda chama a atenção, para o sentido da comunidade doméstica, fundamentando que dela provém o fundamento da “autoridade” e da “piedade”, enquanto dimensão solidária. Esta característica marca a identidade “econômica” familiar, uma vez que nela se dá o que Weber chama de “comunismo doméstico”, isto é, um tipo de relação mais flexível em que os indivíduos contribuem e usufruem dos benefícios familiares, sem que haja uma cobrança calculada em termos de equivalência. Em relação a isso, menciona o autor: *“O princípio do comunismo doméstico, de acordo com o qual não se ‘ajustam as contas’, mas o indivíduo contribui segundo suas forças e usufrui segundo suas necessidades* (WEBER, 1999, p 246)”.

Além disso, a cinética familiar, além de identificar sua composição interna ou particular através dos vínculos de sangue, rege-se por uma “solidariedade” que perpassa o seu grupo específico, estendendo-se os laços familiares ao patamar da hereditariedade. É o que Weber denomina “solidariedade para fora”: *“Solidariedade para fora e comunidade comunista na utilização e no consumo dos bens cotidianos (comunismo doméstico) para dentro, em forma de uma unidade indivisa e baseada numa relação de piedade estritamente pessoal”* (WEBER, 1999, p. 245).

Aqui parece se apresentar um tipo de “racionalidade econômica doméstica”, que é a base necessária e indispensável para se garantir os meios e bens de subsistência. Entre os membros da família, portanto, há um sentimento de pertença e de colaboração mútuas, oriundos da própria identidade familiar (laços de sangue), despertando em seus componentes uma mobilização em prol das necessidades. Não obstante a isso, Weber

ainda alarga seu raciocínio ao acrescentar que tais carências de sobrevivência são supridas por ações que vão além da comunidade doméstica particular, estendendo-se também ao que ele denomina “comunidade de vizinhança”:

A associação doméstica é a comunidade que supre as necessidades regulares de bens e trabalho da vida cotidiana. Parte importante da necessidade extraordinária de serviços em ocasiões especiais e situações de emergência e perigo é suprida, nas condições da economia agrária autárquica, por uma ação comunitária que vai além da comunidade doméstica individual: a ajuda da ‘vizinhança’ (Ibidem, p. 246)

A comunidade de vizinhança, segundo Weber (1999), que tem sua importância na modernidade, é dada pela proximidade de vizinhos em regiões rurais, aldeias ou ruas, apresentando, portanto, diferenças em relação à comunidade doméstica. As relações de vizinhança ocorrem com menos intensidade e de forma descontínua. Apesar de, segundo a impressão do autor, ainda existir um grau considerável de apoio mútuo entre pessoas pobres.

A partir daí, Weber (1999) analisa o perfil do vizinho, que é capaz de prestar serviços “gratuitos”, gerando uma dinâmica “fraterna” e de “reciprocidade”, mas pouco sentimental. Esta dinâmica não está fundamentada nos “princípios do mercado”, que se baseiam numa equivalência de custos/benefícios. Explica o autor:

O vizinho é o típico “prestador de socorro”, e a vizinhança, portanto, a portadora da “fraternidade”, ainda que numa acepção prosaica e pouco sentimental, predominantemente ético-econômica, da palavra. Na forma de ajuda mútua, em casos de insuficiência de meios da própria comunidade doméstica nascem em seu seio os “empréstimos de favor”, isto é, empréstimo gratuito e sem juros de bens de uso e de consumo, e “trabalho de favor” não-remunerado, isto é, prestação de serviços auxiliares em caso de necessidade urgente [ações de assistência], em virtude do princípio primordial da ética popular, pouco sentimental, divulgado no mundo inteiro: “Como tu comigo, assim eu contigo” (o que também insinua a designação romana *mutuum*, para o empréstimo sem juros). (...) Quando se realiza uma troca, rege o princípio: “Entre irmãos não se regateia”, que exclui o “princípio de mercado” racional para a fixação do preço (WEBER, 1999. p. 247)

As relações de vizinhança podem também expressar critérios reguladores de sua própria atividade econômica, quando há uma dinâmica produtiva, cuja exploração e desenvolvimento se dão de forma coletiva. É o que Weber vai identificar como “ação associativa” ou “cooperativista”:

A ação comunitária dos vizinhos pode estabelecer ela mesma uma ordem para regular o comportamento dos participantes, criando uma relação associativa (como, por exemplo, no caso da forma de utilização obrigatória de determinadas parcelas de terra), ou recebê-la por imposição de terceiros, indivíduos ou comunidades com os quais a comunidade de vizinhança como tal estabelece relações associativas de cunho econômico ou político (por exemplo, regulamento em prédios de apartamentos alugados, estabelecidos pelo proprietário) (WEBER, 1999, p 248).

Dessa forma, os vínculos familiares e de vizinhança, que sugerem um tipo de convivência comunitária, conforme nos sugere a percepção de Weber (1999), parecem recuperar, de alguma forma a perspectiva da dádiva (MAUSS, 1974, p 70), sobretudo, no que diz respeito às trocas de favores, dada a “gratuidade” e, em alguma medida, também uma “obligatoriedade” de se retribuir benefícios recebidos. Esta ideia parece se relacionar à percepção da EdC, ao sugerir a possibilidade de um comportamento fraterno e solidário, também no âmbito econômico empresarial. Em relação a isso, Lubich (2004, p 27) destaca o que seria a característica fundamental da EdC, isto é, o propósito de se estabelecer vínculos de relações entre as pessoas, gerando ao mesmo tempo uma troca de benefícios, à luz da gratuidade e reciprocidade.

Dessa forma, mediante os princípios da EdC, as pessoas devem estar abertas para estabelecer relações com outros indivíduos que não estejam relacionados a esta perspectiva econômica. Este propósito é denominado “universalidade de relações” (LUBICH, 2004) que devem ser “gratuitas” e “recíprocas”.

Então, diante da “viabilidade” dos princípios da EdC perante mercado, mediante os quais se deve vivenciar uma partilha fraterna e solidária dos bens materiais junto aos “pobres”, cuja origem da prática solidária e comunitária remete ao seio da própria família, como nos diz Weber (1999, p 246), não estaríamos, com isso, diante de uma “constatação” e “reconhecimento” dos princípios da dádiva, conforme Mauss (1974, p 163) nos indica esta possibilidade?

CAPÍTULO II

“VINTE ANOS DE EdC: UMA HISTÓRIA DE AMOR ENTRE O CÉU E A TERRA”³⁴

Ao mesmo tempo em que Mauss (1974, p 163) apresenta e sistematiza os princípios da dádiva enquanto embaixadores das sociedades humanas, sendo a condição para o seu “desenvolvimento”, também abre uma perspectiva para que tais “observações” sejam estendidas e reconhecidas na dinâmica das relações atuais, inclusive, as econômicas.

Por essa razão, julgamos oportuno continuar, neste capítulo, a discussão em torno da EdC, enquanto possibilidade de “atualização” dos princípios da dádiva, só que tendo como referencial a chamada “Assembleia Internacional da EdC”.

Para tanto, lançaremos mão do material teórico utilizado nos estudos de preparação da assembleia, como também buscaremos trazer para a reflexão elementos que foram apresentados e discutidos durante o evento, fruto de uma abordagem teórica realizada pelos considerados teóricos e adeptos da EdC.

O evento³⁵, cujo título era “ASSEMBLEIA INTERNACIONAL DA EdC: ‘PROTAGONISTAS HOJE DE UMA NOVA ECONOMIA’”, foi realizado entre os dias 25 a 28 de maio de 2011, na Mariápolis Ginetta. Para Araújo³⁶, ligada ao Movimento dos Focolares, a Assembleia constituiu-se uma oportunidade de se fazer “memória” aos 20 anos de existência da EdC. Segundo ela, a ocasião seria propícia para

³⁴ Este foi o título do discurso feito por Ferrucci, que é Presidente da Associação Internacional por uma Economia de Comunhão (AIEC) e diretor da revista Economia de Comunhão - Uma Nova Cultura, por ocasião da abertura da Assembleia Internacional 20 anos da EdC no Brasil (cf. www.edc-online.org acessado em 31/08/2011, às 12h:45min).

³⁵ Compareceu ao evento um público estimado em 650 pessoas oriundas de 37 países. Havia também representantes ligados a cerca de 800 empresas envolvidas com a Economia de Comunhão no Brasil e em outros países. A estrutura organizacional da Assembleia contou com uma série de contribuições teóricas, sobretudo, de pessoas ligadas ao Movimento, testemunhos de empresários, mesas redondas, estudos reflexões em grupos, além de uma visita realizada ao “Polo Industrial Spartacus”, localizado acerca de 4km do local do evento.

se recuperar as primeiras intuições que deram origem a essa proposta econômica que é apresentada na sua especificidade de gestão empresarial³⁷.

Falou-se, então, que a EdC é uma “forma de gestão empresarial peculiar” que se efetua no âmbito de uma rede de relações dentro e fora da empresa, numa perspectiva de inclusão e promoção sociais, evidenciando-se também relações de gratuidade e de reciprocidade. Esta ideia sugere uma relação com o pensamento de Singer (2003, p 11) ao afirmar que a Economia Solidária também tem o objetivo de resgatar os marginalizados, promovendo-os socialmente, à luz de uma perspectiva econômica “alternativa”.

Vale salientar que foi nesta assembleia que se deu continuidade à pesquisa de campo já iniciada junto à empresa Dalla Strada, em Igarassu, e que se estendeu até a empresa de São Paulo, localizada no “Pólo Industrial Spartacus”, que será abordada posteriormente.

Como se pôde depreender, de forma mais geral, a assembleia revelou-se uma “pregação” aos já “convertidos”, porém, ao mesmo tempo, e daí a importância de descrevê-la de forma mais analítica, tratou-se de uma demonstração de “força” – por isso algo tão expressivo numericamente – e também uma “vitrine” para exibir as experiências “bem sucedidas”, de forma a estimular e cooptar parceiros mais generosos e engajados.

No entanto, no que diz respeito à metáfora da “vitrine”³⁸, poderíamos nos perguntar até que ponto os organizadores do evento dispuseram deste recurso de “propaganda” enquanto “meio” ou “finalidade” de se obter o objetivo esperado?

Julgamos oportuno, então, iniciarmos a abordagem deste evento a partir do que ocorreu em termos de “preparação” para o mesmo, de forma particular, na região Nordeste, onde foram realizadas videoconferências, envolvendo algumas capitais.

³⁶ Vera Araújo é Advogada, socióloga e Coordenadora do grupo internacional de estudos e pesquisas em ciências sociais “SOCIAL ONE”. Para saber mais sobre “SOCIAL ONE”, cf. site: www.social-one.org

³⁷ Texto disponível para consulta no site: <http://www.edc-online.org/it/home/speciale-brasile-2011/1642-quale-antropologia-per-una-economia-di-comunione.html> (acessado em 13/09/2011, às 02h45min).

³⁸ Termo que logo nos remete à dinâmica do mercado capitalista e ao objetivo maior de exposição de produtos para a compra e venda.

Pretende-se também, com o exercício descritivo da realização da assembleia, “demonstrar” como se constrói e se reforça o sentido da prática econômica que se quer capaz de modificar a sociedade.

2.1– Preparação para a Assembleia

Bem, quando vai acontecer um evento, corremos o perigo de não ir porque a gente não sabia ou não tinha sido convidado. Então, agora, que ninguém diga que não sabia ou que não foi convidado. Todos e todas se sintam convidados para ir a São Paulo³⁹.

O fragmento em destaque é uma forma de se expressar o que parece ter sido uma preocupação recorrente de mobilizar pessoas ligadas ao Movimento Focolares para a Assembleia Internacional da EdC. Neste intuito, procurou-se motivar os empresários ligados à EdC, como também aquelas pessoas que tinham algum tipo de relação ou curiosidade acerca da Economia de Comunhão. Pudemos perceber que a ideia era de realizar uma “preparação” para o evento de São Paulo que pudesse atingir o maior número de pessoas possível, também aqueles que estão ligados à Economia Solidária.

Havia a intenção de serem convocados os estudiosos da EdC, sobretudo, pesquisadores que não estão ligados aos Focolares nem a essa perspectiva econômica, já que nessa categoria parecia não haver muitos disponíveis. Desta forma, supomos que os “valores” da EdC poderiam ser “conhecidos”, “legitimados” e “divulgados”, inclusive, através de trabalhos científicos.

Em relação ao texto estudado na primeira videoconferência, intitulado “*Economia de Comunhão: Identidade e características (carteira de identidade)*”⁴⁰, é destacada a amplitude da EdC, que envolve empresários, empresas, associações, instituições econômicas, trabalhadores, dirigentes, consumidores, poupadores, estudiosos, agentes econômicos, pobres, cidadãos e famílias.

³⁹ Apelo proferido por um dos responsáveis da preparação que antecedeu a Assembleia Internacional, durante uma das videoconferências (anotação do caderno de campo).

⁴⁰ Texto disponível para consulta no site: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CF8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.edc-online.org%2Fbr%2Fcomponent%2Fdocman%2Fdoc_download%2F1139-carteiradeidentidadedaedc.html&ei=pl3iT (acessado em 20 de Junho de 2012, às 20h:56min).

Como se pôde depreender do subsídio da primeira videoconferência, estamos diante de uma série muito díspare, na qual se pressupõe uma inter-relação, num patamar de “igualdade”, entre os diversos elementos acima encadeados, embora tal propósito não tenha sido demonstrado empiricamente.

Num contexto de mercado capitalista, o que comumente se observa na dinâmica das relações empresariais é uma hierarquia que pontua e opõe os diversos personagens: empresários, trabalhadores e pobres. Assim, originam-se relações de dominação, cujo poder maior emana do capital, que é capaz de conferir, “legitimar” e de impor um “poder simbólico”, subjugando a interesses particulares uma massa de dominados. É o que Bourdieu vem a explicar:

A classe dominante é o lugar de uma luta pela hierarquia dos princípios de hierarquização: as facções dominantes, cujo poder assenta no capital econômico, têm em vista impor a legitimidade da sua dominação quer por meio da própria produção simbólica, quer por intermédio dos ideólogos conservadores os quais só verdadeiramente servem aos interesses dos dominantes por acréscimo, ameaçando sempre desviar em seu proveito o poder de definição do mundo social que detêm por delegação... (1998, p 12)

Diante disso, poder-se-ia levantar o seguinte questionamento: as relações de “partilha” e de “reciprocidade” anunciadas pela EdC, a serem vivenciadas pelas empresas, estariam condicionadas ao capital por elas gerado?

Referindo-se à dinâmica empresarial, diz o texto: *“Desse modo especial se empenha mediante as idéias e a ação, para que a cultura da comunhão, da partilha e da reciprocidade penetre sempre mais no mundo da economia e o influencie em todos os níveis”*⁴¹.

Assim sendo, os lucros gerados pelas empresas devem estar “condicionados” pelos valores da chamada “cultura da comunhão”, o que implica que são “postos em comum”, através da vivência da “partilha”, suscitando “reciprocidade”. Eis aí, então, o que é anunciado enquanto “novidade” da EdC (LUBICH, 2004, p 14).

Esta “novidade” de mercado nos permitiria retomar a perspectiva de Mauss (1974, p 163), sobretudo, ao afirmar que numa dinâmica de mercado nem tudo está classificado em termos de compra e venda.

⁴¹Texto disponível no site:

http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CF8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.edc-online.org%2Fbr%2Fcomponent%2Fdocman%2Fdoc_download%2F1139-carteiradeidentidadedaedc.html&ei=pl3iT (acessado em 20 de Junho de 2012, às 20h44min)

Caillé (2002, p 196) reforça esta ideia ao sugerir a evidência dos princípios da dádiva, mediante os quais o vínculo de relação entre as pessoas está acima dos bens utilizados nas transações, junto às chamadas “sociabilidades secundárias”, que são representadas também por empresas de cunho privado ou público.

Com base na análise do texto da primeira videoconferência, podemos perceber que a EdC teria a “missão” de contribuir para a erradicação da miséria e da pobreza, sendo esta a razão maior que teria lhe dado origem, conforme defende Lubich (2004) no discurso de lançamento desse plano econômico, já analisado no primeiro capítulo. Neste propósito, então, Lubich faz referência ao cristianismo primitivo, remetendo-se às primeiras comunidades cristãs, segundo os relatos bíblicos, dentre as quais não havia nenhum necessitado (Atos dos Apóstolos 4, 32-34).

Com isso, estamos diante de uma proposta econômica que se diz capaz de intervir na realidade do mercado capitalista, à luz da “partilha” e da “reciprocidade”, ao mesmo tempo em que atua com o propósito de gerar lucros, sendo esta a lei principal do modo de produção capitalista. Existe realmente possibilidade para tanto?

A EdC se organiza em torno da chamada “prática de subsidiariedade” entre as empresas ligadas a esse plano econômico, havendo entre elas um tipo de inter-relacionamento e de ajuda mútua, a partir de comissões locais que estão interligadas a uma comissão central em nível internacional e com o Movimento dos Focolares, segundo retrata o documento estudado na segunda videoconferência⁴².

Aqui temos algo que faz pensar num movimento quase de pirâmide, pois só se mantém em pé se todos os participantes corresponderem ao mesmo “jogo”. É uma ideia que poderia fundamentar o esforço feito para se construir e realizar o encontro que agora aqui apresentaremos analiticamente: a necessidade de “pregar” e de “converter todos no mundo”.

Então, baseando-nos nas leituras e na experiência adquirida durante o trabalho de pesquisa, que nos permitiu conviver com alguns grupos na preparação das referidas videoconferências e depois em São Paulo, podemos dizer que uma das metas claramente expressas na prática da EdC é a construção de um núcleo financeiro, que deve dispor de recursos com o objetivo de realizar projetos sociais promovidos pela EdC, como

⁴² Ver anexo I, p 142-146.

também, de fornecer algum tipo de suporte e assessoria às empresas que enfrentam crises financeiras.

Entretanto, ao mesmo tempo em que isso pode remeter a um tipo de “condicionamento” que leva também a uma “interdependência” entre as empresas da EdC, poderíamos nos perguntar a respeito da “liberdade” e da “autonomia” que cada empreendimento tem em relação a sua gestão, a ponto de também beneficiar financeiramente seus funcionários, como também de promover outras possíveis iniciativas de cunho social.

Lubich parece fazer referência a essa questão quando anuncia que os empreendimentos da EdC devem colocar no “centro” das suas atividades as “exigências” e “aspirações” dos indivíduos, mediante o crivo da “comunhão”. Além disso, ainda destaca como sendo preocupação de cada empreendimento as boas condições de trabalho na empresa, mesmo que isso implique altos custos (LUBICH, 2004, p 26; 33). Isso, em alguma medida, pressupõe a ideia de que os empreendimentos ligados à EdC sejam capazes de provocar e suscitar iniciativas que visem ao bem comum, inclusive financeiro, dos que compõem a empresa ou através da promoção de algum projeto social.

Entretanto, o texto estudado na segunda videoconferência intitulado “Linhas para se conduzir uma empresa da EdC” traz a seguinte advertência: *“A cultura de comunhão jamais deve ser imposta. Para que seja verdadeiramente cultura, é necessário que se torne vida. Para isso, é necessário e sagrado que todos possam contribuir, tanto com críticas, quanto com sugestões”*⁴³.

A intenção aqui é que a proposta assim considera da EdC seja acolhida por todos, inclusive pelos empresários, de forma “espontânea” e na “liberdade”. Desta forma, os empresários devem incorporar o significado do termo “homens novos”⁴⁴, cujos princípios da partilha e da reciprocidade, além de serem vivenciados por todos os

⁴³ Texto enviado aos participantes da videoconferência através de email pessoal via correio eletrônico (consultar anexo I, p 142-146) Trata-se de um documento elaborado pelos participantes do “Bureau Internacional de Economia de Trabalho”, realizado em Roma, Itália, em 21/03/1997. Nesse evento, estavam presentes o Prof. Dr. Roberto Cintra Martins (PUC-RJ) e Alberto Ferrucci, empresário e presidente da Associação Internacional de Economia de Comunhão (coordenador do grupo). Informações obtidas através de solicitação ao “Centro Filadélfia” de estudos da EdC, em Vagem Grande Paulista, São Paulo, através do email: centrofiladelfia@terra.com.br

⁴⁴ De acordo com os relatos bíblicos, “Homens Novos” diz respeito à expressão de São Paulo (Efésios 4,24) quando diz “pessoas renovadas pelo Evangelho” (LUBICH, 2004, p 14).

que fazem a empresa, devem ser também estendidos ao dia a dia de cada um. Tudo isso, levando-se em conta a eficiência e desenvoltura da empresa frente ao mercado.

Aqui poderíamos retomar a ideia de Martins (2006, p 105) ao afirmar que os princípios da dádiva estão presentes e contribuem para o bom funcionamento de todos os segmentos da vida social, inclusive, no âmbito do mercado.

Segundo a EdC, a atitude de doação, que provoca a reciprocidade, é uma prática que envolve a pessoa, a ponto de tornar-se parte do benefício oferecido:

Na cultura da partilha, o homem é aquele que doa e sabe se doar. Ele é valorizado por aquilo que é capaz de doar, de colocar em circulação dentro dos ambientes em que vive. Ele é valorizado por aquilo que é, por ser pessoa em sua plenitude. Logo, não é importante ter ou não ter. É importante doar! Seja sua necessidade ou seja seus bens. O que adquire papel fundamental é a vida de comunhão que se estabelece entre todos⁴⁵.

Aqui, o gesto da doação de algum benefício, segundo a EdC, parece ser acompanhado também de um tipo de sentimento que propicia um “vínculo” entre o donatário e o doador, que, em alguma medida, torna-se parte daquilo que é doado.

Esta ideia nos provoca uma retomada da perspectiva da teoria da dádiva, sobretudo, pela constatação feita por Mauss (1974, p 56), segundo a qual o “presente” doado carrega em si algo do seu doador, estabelecendo-se nessa relação o que é chamado de “vínculo pelas coisas” que corresponde ao “vínculo de almas”.

Mas, a essa altura da análise, o que nos diria a teoria da EdC acerca da operacionalização dos seus princípios diante do mercado?

Em relação a isso, o texto referente à segunda videoconferência elenca dois elementos que parecem ser contraditórios: *“Lembrar que, no centro da empresa, está a pessoa humana, e não o capital; administrar a empresa com a finalidade de produzir lucros”*⁴⁶. A primeira parte da citação parece supor um tipo de gestão empresarial que visa a não “instrumentalização” das pessoas ou das relações dentro da empresa. Isso é possível? Esta percepção permite que se abram possibilidades de valorização dos funcionários, de tal forma que eles possam, de alguma forma, ser incluídos no processo de gestão do empreendimento através de uma “participação” também nas decisões da empresa, que também deve estar atenta para a sua sustentabilidade. Já o segundo elemento destacado na citação traz o objetivo dos lucros. Ora, se os liberais concebem o

⁴⁵ Consultar anexo II, p 142-143.

⁴⁶ Consultar anexo I, p 145.

lucro como a remuneração do capital e os marxistas como a expropriação do trabalho vivo, então, como poderíamos definir o lucro sobre o ponto de vista da EdC?

Em relação a isso, esclarece o texto estudado na segunda videoconferência:

O empresário da Economia de Comunhão tem como finalidade produzir lucros com eficiência. Deve perseguir a busca pelo lucro e deve tomar todas as decisões empresariais pensando na sustentabilidade de seu negócio. O que muda é o fundamento de suas ações e estratégias, é o modo como se conduz e decide. Deve investir “pesado” no aprimoramento de suas estruturas e ferramenta de gestão, para que possa gerar lucros legítimos e dignos. (...) Viver a economia com eficiência e competitividade não impõe que não se viva nela os valores humanos mais genuínos⁴⁷.

Segundo essa perspectiva econômica, o que definiria os “lucros” seria o seu propósito maior de doação e de reciprocidade, isto é, a possibilidade de se vivenciar, na dinâmica do mercado, “os valores humanos mais genuínos”. Aqui, poderíamos mais uma vez acionar a “novidade” mencionada por Lubich (2004, p 14) ao lançar a EdC: o apelo para que os lucros obtidos pelas empresas sejam colocados em comum. Este é um dos pontos que pretendemos investigar através da pesquisa de campo junto à empresa Dalla Strada.

Diante disso, o que dizer, então, do “êxito” e da “eficácia” das empresas que se propuseram a por em prática os princípios da EdC?

O “sucesso” dos empreendimentos, também daqueles que se encontram em crise, seriam atribuídos à chamada “Providência Divina”⁴⁸ ou “sócia invisível”. Aqui se retoma a intuição religiosa de Lubich, segundo a qual a “Providência Divina” consistiria na “intervenção de Deus” junto aos empreendimentos, amparando-os em momentos de dificuldades e garantindo o devido sucesso. De acordo com Lubich:

Todavia, não podemos esquecer outro elemento essencial: a Providência Divina, que acompanhou constantemente o progresso da Economia de Comunhão nesses anos. Nas empresas da Economia de Comunhão deixa-se espaço à intervenção de Deus, inclusive na atividade econômica concreta. E experimenta-se que,

⁴⁷ Consultar anexo I, p 145.

⁴⁸ Dado o propósito universal da EdC, que pretende extrapolar a barreira dos empresários que estão ligados aos Focolares, o documento estudado na segunda videoconferência faz referência a Bruni quando este afirma que o termo “Providência” já faria parte da história do pensamento social e econômico. Assim, teóricos como Vico, Galiani, Smith já teriam evocado o apoio da “Providência” para explicar certos mecanismos de mercado. Dessa forma, a “Providência” é um termo que já estaria em várias culturas, independentemente de se referir a uma religião específica (consultar anexo I, p 145)

após cada escolha contrária ao que aconselharia e praxe comercial, Ele não deixa faltar aquele “cêntuplo” que Jesus prometeu: uma receita inesperada, uma oportunidade imprevista, a oferta de uma nova colaboração, a idéia de um produto novo de sucesso (...) (LUBICH, 2004, p 28).

Aqui, poderíamos supor que a intuição religiosa seria um caminho “ótimo” para não ter que explicar e concretizar raciocínios. Daí, o senso crítico estaria sendo obscurecido pelo fator religioso? Com isso, poderíamos dizer que a religião exerceria um papel histórico, em força do qual poderia atuar em favor da transformação social?

Essa problemática nos remete ao sentido dialético da religião previsto por Marx (2010). Num primeiro nível de compreensão, acometida pelo senso comum, reside toda uma tradição fundada na suposta idéia radicalista “anti-religiosa” atribuída a Marx, que estaria fundamentada na “famosa” expressão “*A religião é o ópio do povo*” (2010, p 145). Daí sua “condição alienadora”.

Recuperando o sentido da religião para Marx (1843-1844), vale destacar a seguinte expressão da obra “Crítica da Filosofia e do Direito de Hegel”:

A miséria religiosa é, de um lado, a expressão da miséria real, e de outro, o protesto contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, assim como é o espírito de uma situação carente de espírito. É o ópio do povo (MARX, 2010, p 145).

Assim, a religião, idealizada pelo próprio homem, sendo produto da sua “alienação” e expressão do mundo real, também atuaria como um protesto contra as injustiças presentes na sociedade. Seguindo essa linha de percepção, esclarece Lesbaupin: “*É por isso que ‘a crítica do céu se transforma em crítica da terra’, porque aí está a raiz da alienação*” (LESBAUPIN, 2011, p 15). Nesta perspectiva religiosa, Engels afirma:

A história do cristianismo primitivo oferece notáveis pontos de semelhança com o movimento moderno da classe operária. Como este, o cristianismo foi em suas origens um movimento de homens oprimidos; ele apareceu no princípio como a religião dos escravos e dos libertos, dos pobres privados de seus direitos, de povos subjugados ou dispersos por Roma. Tanto o cristianismo como o socialismo dos operários pregam a próxima salvação da escravidão e da miséria; o cristianismo situa esta salvação numa vida futura, depois da morte, no céu. O socialismo a situa neste mundo, numa transformação da sociedade (ENGELS, 1974, p 403).

Aqui existe uma semelhança entre os primeiros cristãos e os socialistas, mediante o propósito de libertação da servidão e da miséria, uma vez que eram vítimas

de extremas perseguições. Nesta percepção, Luxemburgo denuncia a aparente contradição entre a prática religiosa dos cristãos primitivos e a pregação de muitos padres de seu tempo, que se contrapunham aos operários militantes:

Por conseguinte, quando o clero atual procura persuadir o povo de que não padece miséria nem humilhação por cauda das escandalosas relações sociais existentes, mas por mandato do céu ou por disposição da providência, o faz modificando e falseando os ensinamentos originários do cristianismo, os quais promoviam precisamente a felicidade terrena dos mais humildes (LUXEMBURGO, 1975, p 210).

Aqui se está diante da função prática e social a ser exercida pela religião, dada, substancialmente, pelo seu papel histórico diante da sociedade, podendo agir contra ou em favor da sua transformação. Em decorrência das considerações expostas até então, surge a seguinte questão: a de saber se a considerada proposta econômica da EdC, cuja justificativa é de cunho religioso e que prega a equidade social, fundamentada na prática do cristianismo primitivo, corresponderia ao propósito de transformação da sociedade. Em relação a isso, considera Lubich:

Uma espiritualidade comunitária como a nossa, por conter o “código” para transformar a realidade social, aplica-o inteiramente em todos os campos, do mundo da economia e do trabalho ao da política, no mundo da justiça, da saúde, da educação, das comunicações sociais, da arte, e assim, por diante (LUBICH, 2004, p 21-22).

Neste intuito, o texto estudado na segunda videoconferência⁴⁹ apresenta como uma das finalidades da EdC “sanar uma rachadura” ocorrida entre a “vida econômica” e a “vida civil”, numa perspectiva de “restauração” social. Com base em tal convicção, para além dos textos estudados nas videoconferências, vale recuperar para esta análise a perspectiva de Bruni e Zamagini quando procuram resgatar as origens históricas da chamada “Economia Civil”⁵⁰, cuja característica principal provém de uma concepção de mercado que está alicerçada na reciprocidade. A EdC também estaria fundamentada neste preceito econômico (BRUNI; ZAMAGNI, 2010, p 19-20).

⁴⁹ Consultar anexo I, p 149.

⁵⁰ A “Economia Civil” é oriunda da Itália, sendo consequência do humanismo civil na Idade Média e nos séculos XV e XVI. Tem suas raízes numa dinâmica econômica iniciada no cristianismo, a notar pela experiência de vida dos mosteiros medievais baseada no “Ora et labora” de São Bento. Aí teriam surgido as primeiras organizações econômicas, condicionadas também pela obrigação de socorrer os pobres e de conceder empréstimos aos necessitados. Neste propósito, destacam-se também os franciscanos, que teriam fundado, na segunda metade do século XV, as primeiras instituições financeiras (bancos), de cunho solidarista, cujo objetivo era de ajudar as pessoas mais necessitadas na luta contra a usura (BRUNI; ZAMAGNI, 2010, p 15; 36-37).

Em relação à terceira videoconferência, vale destacar o tema proposto para estudo “*A EdC hoje: desafios e perspectivas*”, cuja problemática abordada se mostrou de grande importância para justificar a assembleia realizada em São Paulo. A questão em torno da qual giraram as reflexões do texto foi a pobreza⁵¹. Em relação a isso, reconhece Bruni:

Partindo dessa perspectiva, temos que admitir que ainda estamos longe de ter realizado a vocação da EdC. O sucesso de tal projeto não pode ser medido, de fato, como base no número das empresas que nesses anos tornaram-se mais éticas, nem nos lucros recolhidos e doados (por sinal, ainda muito poucos), nem no desenvolvimento dos pólos industriais; A EdC estará plenamente em sintonia com a sua missão quando se tornar um modelo econômico e social que mostra aqui e agora uma economia com o perfil da Comunhão, e portanto, como um perfil realmente humano. (...) esse objetivo, que na realidade nunca será atingido porque a cada dia é posto em discussão pela nossa liberdade e responsabilidade⁵².

O reconhecimento de que a proposta da EdC é algo que está ainda em processo de consolidação abre possibilidade para que o então considerado projeto econômico seja “amadurecido”, “discutido” e “avaliado” por aqueles que buscam continuamente realizar e incorporar, em alguma medida, essa perspectiva econômica na dinâmica empresarial do mercado. Por essa razão, pensamos que o fragmento acima destacado parece está situado no contexto da utopia, que estimula o ser humano a buscar concretizar seus ideais (MANNHEIM, 1986, p 216).

As discussões em torno das ideias de Bruni, sobretudo, na terceira videoconferência, focalizaram o desejo e a disposição daqueles que procuram corresponder ao que a EdC apresenta enquanto proposta de atuação econômica.

⁵¹ Bruni recupera para reflexão a situação de pobreza das favelas de São Paulo, comparada por Lubich a uma “coroa de espinhos”. Segundo o relato, após ter retornado da viagem feita ao Brasil, no período em que lançou a EdC, Lubich teria relacionado a situação de miséria das favelas de São Paulo a uma “coroa de espinhos” que a “Virgem Maria” apertava sobre o peito. Tratava-se de um quadro, contendo essa imagem, que havia em seu escritório. Esta teria sido uma das razões que a motivaram a idealizar o projeto EdC. Segundo Bruni, estaria aí a razão maior do pretense balanço, realizado na assembléia de São Paulo, dos vinte anos da EdC: a relação entre empresa e exclusão. Consultar site: <http://www.edc-online.org/br/publicacoes/artigos-de/artigos-de-luigino-bruni/1284-ledc-oggi-sfide-e-prospettive.html> (consultado em 17 de julho de 2012, às 14h58mim).

⁵² <http://www.edc-online.org/br/publicacoes/artigos-de/artigos-de-luigino-bruni/1284-ledc-oggi-sfide-e-prospettive.html> (consultado em 17 de julho de 2012, às 14h58mim).

2.2 – Assembléia Internacional da EdC: “protagonistas hoje de uma nova economia”



Figura I: auditório onde foi realizada a Assembleia Internacional da EdC (foto: William Soares, maio de 2011)

2.2.1 – A EdC: “Efeito de uma bomba no campo econômico”⁵³

Inicialmente, vale salientar que o ambiente e a acolhida no local onde se realizou a assembleia se revelaram bastante organizados e descontraídos. Vimos pessoas chegando de vários países, sendo recepcionadas de forma bastante calorosa. Havia um clima de empolgação e de alegria naquelas pessoas, que deixaram transparecer expectativa em relação ao que estavam aguardando desde algum tempo: a assim chamada “Assembleia Internacional da EdC”.

⁵³ O termo “bomba” foi utilizado em uma mensagem que Ginetta e Volo (seguidores do Movimento dos Focolares) mandaram para Lubich após ela ter falado as primeiras ideias sobre o que seria a EdC aos responsáveis regionais do Movimento dos Focolares no Brasil, antes, portanto, do lançamento oficial da EdC. Assim, o termo “bomba” não teria sido utilizado por Lubich, mas sim por ela apropriado. Volo e Ginetta começam a mensagem assim: “Hoje explodiu a bomba!” referência para este texto: LUBICH, Chiara. 1991. *Diario di viaggio*. Vargem Grande Paulista, Movimento dos Focolares. (Mimeografado). E no texto do discurso de lançamento da EdC, assim falou Lubich: “É aquilo que – penso – Foco, do Céu, repete a todos aqueles que aqui, no Brasil, se empenharão por este projeto esplêndido, maravilhoso, que parece ser, a todos, no mundo, como uma bomba, como se explodisse uma bomba”. Referência para este texto: LUBICH, Chiara. 1991. *Svolta sociale della cittadella: Economia di Comunione*. Centro Mariápolis Ginetta. 29 maio 1991. n. SC 161. Arquivo Mariápolis Ginetta. 1 fita vídeo (27 min.) VHS, son, color. Material obtido por email, via correio eletrônico: centrofiladelfia@terra.com.br

A abertura oficial da Assembleia foi iniciada com a seguinte expressão: *“Este é um momento histórico. Essa semente (EdC) é a resposta de Deus para os graves problemas sociais. (...) A razão de ser da EdC remete ao Evangelho: ‘não havia necessitados entes eles’”* (Atos dos Apóstolos 4, 32-34)⁵⁴.

Retomando a perspectiva de Luxemburgo (1975), não estaria expresso neste fragmento o caráter histórico da religião, cuja função deve ser exercida em prol da transformação social? Ou ainda, remetendo-se à prática “comunitária” do cristianismo primitivo, numa perspectiva de se promover, na atualidade, a equidade social, não seria uma forma de se “denunciar” a miséria da sociedade, ao mesmo tempo em que se procura regenerá-la?

Ainda em relação à abertura do evento, chamou a atenção o fato de a EdC ter sido comparada a uma “bomba”, cujas “explosão” e “radioatividade”, segundo se relatou, havia contaminado a todos os presentes. Em relação a isso, pensamos ser oportuno destacar a seguinte expressão:

Há 20 anos, exatamente aqui nessa sala onde nos encontramos agora, algo de extraordinário e inteiramente novo, grandioso, acontecia na história da humanidade. Nós que estávamos presentes, naquele memorável dia, fomos atingidos por uma explosão: naquela ocasião, se falava de ‘bomba’. Nós fomos atingidos por sua radioatividade positiva e assistimos a sua irradiação e luminosidade expandir-se por todo planeta. Vocês são testemunhas disso! Ficamos maravilhados com tudo o que ocorreu e continua ocorrendo. Ficamos maravilhados com uma força extraordinária e transformadora que fazia nova todas as coisas, todas as empresas. A utopia se torna realidade (transcrição de uma gravação).

Este fragmento parece expressar um tom de “convencimento” acerca do “sucesso” da EdC, o que nos faz intuir certa “propaganda” em torno dessa perspectiva econômica. É tanto que é feita referência à “concretização” de uma ideia econômica – a EdC –, quando, na verdade, ainda é algo que está sendo posto em discussão. Trata-se de um projeto, cuja realização dos seus princípios pede um esforço contínuo de todos os que procuram realizar esse plano econômico. Bruni, no texto estudado na terceira videoconferência⁵⁵, como já fizemos referência, admite que ainda não se atingiram os propósitos da EdC. Mesmo assim, é reconhecida a existência desse propósito econômico na dinâmica do mercado:

⁵⁴ Anotações do caderno de campo, durante a Assembleia.

⁵⁵ Consultar nota 51.

A EdC está viva e cresce no hoje da história, nas crises e nas esperanças do nosso tempo. A proposta de Chiara de criar empresas e pólos produtivos, e depois (em maio de 1998) um movimento cultural que dê “dignidade científica” a prática das empresas, não caiu no vazio: ela foi acolhida por milhares de pessoas, na maioria dentro, mas recentemente também fora do Movimento dos Focolares, pessoas e instituições que estão tentando fazer frutificar aquela semente. Entretanto, isso não significa dizer que não existam “sinais” ou esforços em prol da efetivação dessa perspectiva econômica⁵⁶.

Em relação aos possíveis “sinais” e “esforços” que possam confirmar o “sucesso” da EdC junto ao mercado, Bruni, ainda no subsídio estudado na terceira videoconferência⁵⁷, introduz uma perspectiva qualitativa dos “resultados” obtidos através deste plano econômico, que devem estar para além dos dados quantitativos (também considerados importantes) indicados pelo número de empresas ou pela quantidade dos lucros recolhidos e “doados”. Para ele, o que deve prevalecer na EdC é o propósito de se ter um perfil econômico alicerçado na vivência fraterna da “comunhão”, numa perspectiva de se “humanizar” a economia, incluindo aí também os pobres⁵⁸.

Além disso, numa entrevista realizada com Bruni durante a Assembleia Internacional, o autor destaca o espaço que este evento dedicou para a discussão da temática da pobreza, incluindo, sobretudo, aqueles que estão atuando nas empresas da EdC. Isso como “sinal” do “esforço” para se pôr em prática os princípios desse plano econômico. Segundo Bruni, esse é um ponto de partida que sugere um vasto percurso a ser vencido:

Por exemplo, o dia de hoje: num congresso que dedica um dia inteiro a pobreza. É um fato novo! Há cinco anos atrás se falava só das empresas, empresários, ética e nos lucros. Aqui, é um dia em quatro em que se fala na pobreza. (...) Eis aí os sinais já vistos das experiências que incluem pobres dentro das empresas, não somente os pobres de fora que são beneficiados.

⁵⁶ <http://www.edc-online.org/br/publicacoes/artigos-de/artigos-de-luigino-bruni/1284-ledc-oggi-sfide-e-prospettive.html> (consultado em 17 de julho de 2012, às 14h58mim).

⁵⁷ Ver nota 51.

⁵⁸ A pobreza aqui é vista como um dos desafios mais importantes a ser enfrentado pela EdC. Em relação a isso, diz Bruni: “(...) a pobreza (que preferimos chamar mais propriamente e mais em linha com o evangelho, miséria ou exclusão) hoje deve ser entendida de outras maneiras: não pode ficar somente na pobreza material das favelas brasileiras do ano de 1991 (ainda que esta dimensão da pobreza seja sempre central e importante, pois normalmente está também aí a base das outras formas de pobreza. A exclusão, a solidão, a falta de sentido da vida, dos valores verdadeiros, das capacidades, dos direitos e liberdades, dos relacionamentos, hoje estão sempre mais se mostrando como formas de pobreza típicas do século XXI, que se colocam ao lado das formas não tradicionais. Cf. Site: <http://www.edc-online.org/br/publicacoes/artigos-de/artigos-de-luigino-bruni/1284-ledc-oggi-sfide-e-prospettive.html> (consultado em 17 de julho de 2012, às 14h58mim).

Entretanto, ainda se tem muito a trabalhar. A verdadeira EdC você vai ver daqui há vinte ou trinta anos, não nós. Se trabalharmos bem agora, vai se vir isso⁵⁹.

Na visão do micro empresário de Portugal o senhor Abraão⁶⁰, que foi entrevistado durante a Assembleia Internacional, o “sinal” de que a EdC pode realizar seu objetivo, melhorando, em alguma medida, as condições de vida dos trabalhadores das empresas ligadas a esta proposta econômica, provém do “testemunho”, sobretudo, dos empresários que procuram pôr em prática os princípios da EdC: *“E o próprio testemunho dos empresários pode garantir ou não os sinais”* (resposta do senhor Abraão, por ocasião da entrevista)

Aqui, tanto Bruni quanto o empresário parecem supor, como objetivo resultante da dinâmica empresarial que a EdC propõe, os vínculos das relações aí constituídas entre os que se dizem aderir e vivenciar os princípios da EdC. Nesta situação, Mauss (1974, p 56) pode ajudar a fundamentar este propósito quando se refere aos vínculos das relações que a dádiva proporciona.

Retomando a metáfora da “bomba”, isso nos põe diante de um paradoxo: de imediato, poder-se-ia supor a “destruição” de algo, quando, na verdade, se quer defender a possibilidade de “coexistência” entre os princípios do mercado e os valores anunciados pela EdC. Com isso, poderíamos nos perguntar se, neste tipo de “junção”, haveria espaço para alguma “destruição”?

Assim, a “História de Amor entre o Céu e a Terra”, protagonizada pela EdC, surgiu no contexto do mercado atual, em relação ao qual haveria certa “neutralidade”. A esse respeito, afirma Bruni:

A EdC perpassa todas essas palavras, mas é uma outra coisa, é uma criação nova; por isso, é considerada com fins lucrativos por aqueles que não são sem fins lucrativos, e sem fins lucrativos por aqueles que são com fins lucrativos; capitalistas pelos comunistas, e comunista pelos capitalistas; liberal pelos comunitaristas, e comunitaristas pelos liberais. (BRUNI, 2005, p 10).

Em face disso, quais elementos ainda poderíamos destacar, nas várias abordagens e discursos proferidos no decorrer deste evento, que poderiam nos ajudar a compreender melhor a perspectiva econômica da EdC?

⁵⁹ Fragmento extraído de uma gravação no momento em que Bruni estava sendo entrevistado.

⁶⁰ Aqui utilizaremos o pseudônimo “Abraão”, como forma de preservar a identidade da pessoa entrevistada.

2.2.2 – Empresa, pobreza e cultura

Logo no discurso de abertura das atividades da assembleia, Bruni destaca o caráter “dialogal” do evento. Por esse motivo, segundo ele, não seriam apresentadas elaborações ou documentos “conclusivos” em relação à EdC. Ademais, as exposições que aí foram realizadas teriam como objetivo contemplar os considerados e intercambiáveis três pilares da EdC: “empresa”, “pobreza” e “cultura”⁶¹.

Disso se depreende que estamos diante de uma perspectiva econômica – “projeto” –, para a qual as “fundamentações” e “demonstrações” visam ainda à consolidação de uma “ideia” e sua posterior “concretização”, vale reforçar.

De certa forma, nesta subseção, precisaremos retomar algumas ideias contidas nos subsídios estudados nas videoconferências, que, de certo modo, repetiram-se e foram postas à mesa para a análise e discussão junto a um público bem maior e diversificado, embora, em sua grande maioria, ligado ao Movimento dos Focolares e diretamente “comprometido” com a EdC.

Primeiramente, o professor de economia Ferrucci, ligado aos Focolares, a partir do seu discurso intitulado *“Vinte anos de EdC: uma história de amor entre o céu e a terra”*, reforça a ideia de que a EdC tem como eixo principal a pessoa, os relacionamentos, e não o capital gerado pelas empresas: *“Foi por isso que, o convite de se juntarem para criar novas empresas colocando a pessoa no centro e o capital como função de suporte”*⁶².

Para Ferrucci, este propósito de gestão empresarial⁶³ implica no desafio da vivência do que ele chama “valores humanizantes”, o que corresponderia a uma realidade celestial “assim como no céu”. Tudo isso em meio ao desafio do mundo

⁶¹Cf. Site: <http://www.edc-online.org/it/home/speciale-brasile-2011/1633-siamo-qui-dove-tutto-e-incominciato.html> (acessado em 13/09/2011, às 01h40min).

⁶² Texto disponível para consulta no site <http://www.edc-online.org/it/home/speciale-brasile-2011/1633-siamo-qui-dove-tutto-e-incominciato.html> (acessado em 13/09/2011, às 01h40min).

⁶³ E intenção da EdC, segundo Ferrucci, é que os Pólos Empresariais acolham outros empreendimentos, cujos diretores não estejam diretamente ligados ao Movimento Focolares, mas que tenham conhecimento da sua prática desenvolvida e acolham os princípios da EdC. Cf. site <http://www.edc-online.org/it/home/speciale-brasile-2011/1637-venti-anni-di-edc-una-storia-di-amore-tra-cielo-e-terra.html> (acessado em 13/09/2011, às 02h00min).

econômico capitalista, que retrataria as limitações terrenas, em alusão à expressão “como na terra”.

Mediante o propósito de se colocar a pessoa/relações em “primeiro lugar” nas empresas, em “detrimento” do capital, podemos aí sugerir uma aproximação com a dádiva, segundo a qual a dinâmica das relações na sociedade não está totalmente regida pela mera funcionalidade da compra e venda (MAUSS, 1974, p 163).

Ao ser destacado como desafio a vivência dos “valores humanizantes”, isso denota algo que ainda se espera concretizar na sua totalidade. Assim sendo, poderíamos aí recorrer ao sentido do termo “utopia”, em relação ao qual Brito (2006, p118) depreende uma aproximação em relação ao sentido da dádiva, já que a pessoa se sente motivada a buscar, de forma “gratuita”, a concretização dos ideais, mesmo que parcialmente.

Ainda na perspectiva de se fundamentar a possibilidade de concretização dos propósitos da EdC, Araújo, tendo em vista o referido sentido da “cultura do dar”, defende a ideia de que o ser humano é capaz de vivenciar nas suas relações tais princípios.

Para Araújo⁶⁴, isso é justificável porque a palavra “comunhão” indica relacionalidade, que é uma característica peculiar que satisfaz e completa cada pessoa:

Dizer pessoa significa falar de relacionamentos, de comunhão, porque a pessoa é a fonte da comunhão. Pessoa significa ao mesmo tempo identidade e sociabilidade. Identidade, que define a pessoa como ser único, irrepetível, insubstituível e insuprimível. A sociabilidade está presente no seu DNA, como constitutiva do seu ser, já presente inteiramente em cada pessoa e que desabrocha plenamente no encontro com o outro, como momento essencial. Daí resulta que, viver em comunhão, não é optativo, mas é uma exigência profunda de cada ser, sem ela estaríamos sempre insatisfeitos, em busca, incompletos⁶⁵.

Ainda numa atitude de fundamentar sua ideia, Araújo recorre a sociólogos, tais como: Sorokim, segundo o qual a relacionalidade está permeada pelo sentimento do “amor”; Bauman ao dizer que o sentimento do amor envolve a pessoa, fazendo-a doar-

⁶⁴ Ver nota 37.

⁶⁵ Texto disponível para consulta no site: <http://www.edc-online.org/it/home/speciale-brasile-2011/1642-quale-antropologia-per-una-economia-di-comunione.html> (acessado em 13/09/2011, às 02h45min).

se; Simmel quando este diz haver uma relação entre o “doar” e o “aceitar” a o benefício⁶⁶.

Em relação ao ponto de vista religioso, Araújo procura fundamentar o “dom” conforme a ótica cristã. Para tanto, é feita referência aos escritos bíblicos:

A verdadeira dádiva e a dádiva verdadeira têm características próprias: é gratuita [‘Gratuitamente receberam, gratuitamente doem’ (Mateus 10, 8)], altruísta (e não egoísta), desinteressada (e não utilitarista), alegre (‘Cada um dê segundo o que decidiu no seu coração, não com tristeza e por força, porque Deus ama a quem dá com alegria’ (2 Coríntios 9, 7)), abundante, generosa (e não calculada), simples e sincera (‘que dá, o faça com simplicidade...’ (Romanos 12,8))⁶⁷.

Araújo ainda recorrerá ao documento da Igreja Católica – a Carta Encíclica de João Paulo II “Solicitudo Rei Socialis (1987) – para defender que a expressão relacionalidade/comunhão tem sua razão maior em Deus que é “Uno” e “Trino” ao mesmo tempo. Neste propósito, também é feita referência à Carta Encíclica “Spe Salve” (2007), do atual Papa Bento XVI, recuperando uma reflexão acerca do amor/doação⁶⁸.

Nessa perspectiva de Araújo, poderíamos supor uma aproximação com Godbout (2002, p 85) ao expor que a pessoa já teria uma tendência inata para a Dádiva.

Entretanto, Araújo levanta a questão de se vivenciar os “valores da comunhão” numa sociedade que parece estar totalmente voltada para a individualidade. Em relação a isso, recorre à capacidade “criativa” do ser humano, que é capaz de superar e de transformar tudo o que é negativo em positivo⁶⁹. Neste contexto, poderíamos sugerir aqui uma “utopia”, capaz de motivar e estimular o indivíduo na busca pela concretização dos seus valores, mesmo que parcialmente (MANNHEIM, 1986, p285).

⁶⁶ Texto disponível para consulta no site: <http://www.edc-online.org/it/home/speciale-brasile-2011/1642-quale-antropologia-per-una-economia-di-comunione.html> (acessado em 13/09/2011, às 02h45min).

⁶⁷ Texto disponível para consulta no site: <http://www.edc-online.org/it/home/speciale-brasile-2011/1642-quale-antropologia-per-una-economia-di-comunione.html> (acessado em 13/09/2011, às 02h45min).

⁶⁸ Cf. site: <http://www.edc-online.org/it/home/speciale-brasile-2011/1642-quale-antropologia-per-una-economia-di-comunione.html> (acessado em 13/09/2011, às 02h45min).

⁶⁹ Em relação a isso, afirma Vera Araújo: “O verdadeiro problema, portanto, é compreender como viver a comunhão numa sociedade que parece ser feita sob medida para viver a individualidade. Esse problema é superado com a criatividade típica do ser humano, que é capaz de transformar com a sua vontade e com a sua inteligência o negativo em positivo ou vice-versa”. Cf. Site: <http://www.edc-online.org/it/home/speciale-brasile-2011/1642-quale-antropologia-per-una-economia-di-comunione.html> (acessado em 13/09/2011, às 02h45min).

Levando-se em consideração tal perspectiva, o presidente da “Mundell & Associates Mundell, também ligado aos Focolares, levanta o seguinte questionamento: “O nosso negócio é realmente uma empresa de Economia de Comunhão?”⁷⁰ Isso vem considerar a necessidade de se buscar sempre vivenciar os princípios da EdC, que devem, de alguma forma, estender-se para além do âmbito empresarial⁷¹.

Já que as colocações acima sugerem uma inter-relação, pois estão se referindo aos princípios da EdC, foi destacada e discutida, de forma mais detalhada, a problemática da pobreza, considerada de maior importância pelos que coordenavam a Assembleia Internacional. Esta temática foi abordada, de forma mais densa, por Geneviève Sanze⁷² no seu discurso intitulado “Os desafios do desenvolvimento e da pobreza a partir da perspectiva da comunhão”⁷³.

Em relação aos carentes de bens materiais, é considerada a dignidade de cada um, bem como sua inclusão na dinâmica da “comunhão” e da “reciprocidade”. Argumenta Sanze:

Os pobres – como aparecem no projeto EdC – não são uma massa indistinta de pessoas carentes que ajudamos para aplacar a nossa consciência. Mesmo se por um período, pertencem à comunhão mundial que nós experimentamos, e não tem outra alternativa senão a de partilhar as suas necessidades em plena dignidade, sabendo que dar e receber é sempre amor, não só para o destinatário, mas também para o doador⁷⁴.

⁷⁰ Cf. site: <http://www.edc-online.org/it/home/speciale-brasile-2011/1644-limportanza-di-lavorare-in-e-per-la-comunione-nelledc.html> (acessado em 13/09/2011, às 03h00min).

⁷¹ Em relação aos necessitados, diz Mundell: “Quando nós damos-lhes tempo para ajudar nos projetos sociais locais em nossos bairros, eles vêem que a empresa não existe só para o lucro e, assim, eles experimentam um mundo novo, onde todo mundo dá e recebe. Tornando-se parte da comunidade, mudam-se atitudes dentro da empresa, retornando à comunidade, evangelizam-se todos dentro da empresa. Estas mudanças são pessoais e em toda a empresa, e quando eles se tornam visíveis para a comunidade, é porque elas são reais e mútuas, eles podem mostrar a outros empresários e membros da comunidade uma nova forma que direciona a uma comunidade mais autêntica e muito unida”. Fragmento extraído do site: <http://www.edc-online.org/it/home/speciale-brasile-2011/1644-limportanza-di-lavorare-in-e-per-la-comunione-nelledc.html> (acessado em 13/09/2011, às 03h00min).

⁷² Geneviève Sanze é especialista em economia da República Centro-Africana.

⁷³ Confira site: <http://www.edc-online.org/it/home/speciale-brasile-2011/1650-la-parola-forte-dellafrica.html> (acessado em 12 de abril de 2012, às 22h09min).

⁷⁴ Confira site: <http://www.edc-online.org/it/home/speciale-brasile-2011/1650-la-parola-forte-dellafrica.html> (acessado em 12 de abril de 2012, às 22h09min).

Contrapondo-se à perspectiva desenvolvimentista⁷⁵ e etnocêntrica⁷⁶, que viabiliza uma nítida divisão entre pobres/subdesenvolvidos e ricos/desenvolvidos, Sanze, para além do ponto de vista material, concebe o sentido da “pobreza” enquanto “desapego” aos bens materiais, em prol da partilha recíproca. Quanto aos que perecem pela situação de miséria a que estão submetidos, a autora apresenta como “solução” o exercício dos princípios da “comunhão” e da “reciprocidade”:

A EdC propõe dois elementos: a reciprocidade e a comunhão como fundamentos para sair do flagelo da precariedade. É esta cultura que a EdC exalta: a lógica da comunhão, não a bondade de alguns para com os outros, mas a reciprocidade que a comunhão traz consigo, e que constitui seu típico caráter. Porque realmente é possível escapar das armadilhas da privação se você tem a luz para começar a amar, e se fizer do amor recíproco, do relacionamento, da fraternidade seu objetivo específico⁷⁷.

Entretanto, ao mesmo tempo em que Sanze alarga o significado de “pobreza” e pontua a importância da “comunhão” e da “reciprocidade” para superação da miséria, a autora problematiza suas ideias a ponto de questionar todos os participantes da assembleia em relação ao compromisso de tornar real e praticável o que se afirma ser o objetivo principal da EdC: a superação da pobreza em vista da “comunhão” e “reciprocidade”. Em relação a isso, problematiza Sanze:

Então eu me coloco a seguinte pergunta: nesta sala, nós somos pobres? Quem são os pobres aqui entre nós? E quem são os ricos? Ou ainda: nós temos algo para dar? Estamos prontos para sair de nós mesmos e, dirigindo-nos ao nosso vizinho, oferecer-lhe a riqueza que somos? A riqueza que nós temos? Mesmo que esta riqueza fosse somente um sorriso a ser doado, a partilha da própria vida, a reciprocidade, a comunhão? O que é então realmente ser pobres? E ser ricos? E o que significa a fraternidade e a unidade entre os povos, entre as pessoas? Entre nós aqui? Eu acho que se nós levarmos a sério o carisma da unidade muitas coisas começam a mudar: percebemos que a riqueza e a pobreza são principalmente uma questão de relacionamentos, e que, em qualquer caso, a

⁷⁵ Aqui o sentido do desenvolvimento está reduzido ao progresso tecnológico e ao acúmulo de riquezas, evocando assim uma dinâmica evolucionista, segundo a qual toda a humanidade estaria condicionada a sucessivas fases de “evolução”, cujos estágios se articulariam do mais simples ao mais complexo (MORGAN, 2005, p 28).

⁷⁶ Essa é uma forma de se compreender a dinâmica da humanidade, tendo como consequência a “superioridade” de uma determinada cultura, que tende a subjugar, avaliar e submeter os demais grupos humanos em função dos próprios padrões estabelecidos (ROCHA, 1988, p 5-30).

⁷⁷ Consultar site: <http://www.edc-online.org/it/home/speciale-brasile-2011/1650-la-parola-forte-dellafrica.html> (acessado em 12 de abril de 2012, às 12h09min).

riqueza torna-se vida boa e feliz quando compartilhada com outras pessoas⁷⁸.

A abordagem feita por Sanze acerca da “pobreza” nos permite depreender certo encadeamento entre a perspectiva da dádiva, sobretudo, ao referir-se à dinâmica da “comunhão” e consequente “reciprocidade”, e ao papel histórico que a religião, aqui representada pelo grupo religioso Focolares, dever exercer perante a “transformação” da sociedade.

O que se pode perceber a partir da discussão em torno da temática da pobreza e dos questionamentos acerca do empenho que se deve dispensar para superação desse desafio é um caráter de “denúncia”. Dessa forma, até que ponto fator religioso, aqui representado pelo Movimento dos Focolares, de onde surgiu a EdC, pode ser considerado uma forma de crítica e de protestando contra a “alienação” (termo marxista) contida na miséria social? Sendo assim, poderíamos acionar, mais uma vez, a importância do papel histórico a ser exercido pela religião, podendo agir contra ou a favor transformação social (LUXEMBURGO, 1975).

Retomando a perspectiva inquiridora de Sanze, Tortorella⁷⁹ questiona o propósito da EdC enquanto “modelo econômico alternativo” que está sendo apresentado à sociedade, cuja exequibilidade ainda está sendo posta em questão:

O que acontece pelo mundo nos questiona; a derrota dos modelos de desenvolvimento que dominam o planeta nos coloca um desafio: estamos em condições de propor um modelo alternativo? O problema, hoje, não é mais simplesmente de prover a certas necessidades, não é mais saciar a fome ou sarar, a história hoje nos pede mais do que isso: realizar e mostrar um novo modelo de desenvolvimento. Mas qual modelo de desenvolvimento podemos nós realizar e mostrar?

(...) Dissemos que queremos propor um modelo. O que é um modelo? É um protótipo, uma realização que funcione e acabada, que poderá ser replicada em situações diferentes, por pessoas diferentes. É um exemplo no qual qualquer um poderá se inspirar para realizar uma obra qualquer. Se tal exemplo não é comumente imitável, se somente quem o realizou poderá replicá-lo, então será mesmo só um exemplo, mas não poderá ser considerado um modelo. Nosso modo de enfrentar a pobreza e o desenvolvimento pode ser considerado um modelo? Pode ser replicado por outrem?

⁸⁰

⁷⁸ Confira site: <http://www.edc-online.org/it/home/speciale-brasile-2011/1650-la-parola-forse-dellafrica.html> (acessado em 13 de abril de 2012, às 10h09min).

⁷⁹ É diretor de Projetos de Desenvolvimento da EdC – Amu.

⁸⁰ Cf. site <http://www.edc-online.org/it/home/speciale-brasile-2011/1691-poverta-e-sviluppo-le-sfide-delledc-oggi.html> (acessado em 13/09/2011).

Daí, Tortorella reconhece que o “modelo econômico” sugerido pela EdC ainda não realizou, em sua plenitude, o propósito de “resolver” os problemas dos necessitados:

Para se poder realizar um modelo de desenvolvimento crível, deveremos poder demonstrar que este modelo resolve os problemas a que se propõe. Pois bem, nestes anos, fomos capazes de criar uma comunidade na qual não há mais necessidade alguma? A resposta correta é que não o sabemos; a impressão, é que ainda não a realizamos⁸¹.

Estas discussões em torno da EdC, sobretudo, a partir do que inquire Sanze e Tortorella, colocam-nos diante do que parece ser um dos desafios com o qual a EdC se depara: a “superação” da pobreza. Nesta situação, as questões levantadas parecem sugerir a perspectiva utópica (MANNHEIM, 1986), que move as pessoas em prol da concretização dos objetivos e valores.

⁸¹ Cf. site <http://www.edc-online.org/it/home/speciale-brasile-2011/1691-poverta-e-sviluppole-sfide-delledc-oggi.html> (acessado em 13/09/2011).

CAPÍTULO III

DALLA STRADA: POSSIBILIDADE OU CONCRETIZAÇÃO DA ECONOMIA DE COMUNHÃO – EdC? (Unidade de Igarassu)



Figura II: Entrada do Pólo Industrial Ginetta, onde está localizada a Dalla Strada
(Foto: William Soares)



Figura III: galpão onde funciona a Dalla Strada
(Foto: William Soares)

Até agora, perseguimos o propósito de fundamentar e discutir os possíveis elementos que põem em questão a proposta econômica da Economia de Comunhão (EdC), cujos princípios da “comunhão”, justificados pela partilha dos bens materiais e da “reciprocidade”, parecem coexistir, ainda que teoricamente, com a dinâmica empresarial do mercado capitalista.

Para isso, foi considerado como suporte teórico o sistema da dádiva, para compreensão e debate acerca da EdC, a partir do qual foi possível provocar um diálogo entre estas duas perspectivas.

Então, a partir da abordagem realizada nos capítulos anteriores, pressupondo também o sentido da utopia, consideramos pontos de aproximação entre a EdC e a dádiva, sobretudo, no que diz respeito ao dom/gratuidade e reciprocidade.

Ora, se Mauss (1974), como já foi apresentado e discutido no primeiro capítulo, abriu a possibilidade de que os princípios da dádiva fossem reconhecidos em nossas sociedades, cujas relações ultrapassam a mera instrumentalidade da compra e venda, isso nos faz debruçar agora sobre a seguinte questão: até que ponto a EdC seria uma “atualização” da dádiva?

O presente capítulo será pontuado pelo exercício etnográfico, a cujo método já fizemos algumas referências na Introdução deste trabalho. Nossa aposta em voga é de “demonstrar”, através da pesquisa de campo junto à empresa Dalla Strada, como a operacionalidade desse empreendimento, em alguma medida, deixa transparecer os princípios (“valores”) defendidos pela EdC.

Pretendemos, com isso, a partir do exercício etnográfico e apoiados na observação participante, romper a armadura do senso comum que se apresenta através de ideias mais generalizadas e vulgarizadas em relação ao objeto de estudo, que, de certa forma, tendem a ser incorporadas e naturalizadas em determinadas situações (BOURDIEU, 1999, p 23-25).

Isso implica inferir que a tarefa do pesquisador vai além da mera reprodução de informações previamente estabelecidas, quando, na verdade, o esforço realizado deve ter a finalidade de revelar o “inédito”, assim como defende Laplantine:

A escrita descritiva, em particular no caso da pesquisa etnográfica, não consiste em “comunicar informações” já possuídas por outros, nem a exprimir um conteúdo preexistente e previamente dito, mas em fazer surgir o que ainda não foi dito, em suma, em revelar o inédito (2004 p 38).

É tanto que Elias vai comparar a missão do pesquisador ao trabalho de um pintor, cuja arte contida nas suas pinceladas deverá comunicar e provocar certa emoção, a ponto de despertar uma “interação” entre a obra e seus admiradores. Isso só é possível mediante uma dinâmica capaz de agregar o envolvimento e a alienação/distanciamento, a exemplo do que ocorre quando o artista expressa a sua arte:

Um pintor que almejasse esse tipo de realismo não poderia mais confiar apenas nas convenções da pintura, na imagem fantasiosa do objeto a ser representado e em seu senso estético. Tinha que ser alienado o suficiente para permitir a seus objetos falarem sua própria linguagem pictórica, recolher seus motivos desses objetos com existência independente, e, então, envolver-se na tarefa de selecionar e compor as formas observadas, as linhas e as cores, de tal modo que se ajustassem, que formassem juntas a unidade de um quadro que falasse sua própria linguagem e se comunicasse com os espectadores deles, obtendo uma resposta emocional, gratificante e, talvez, excitante (ELIAS, 1998, p 76).

Frente a isso, vale dizer que a Dalla Strada constitui o universo sociológico, no qual os sujeitos sociais em questão interagem em vista das múltiplas relações estabelecidas com o meio do qual fazem parte. Daí, inevitavelmente, a ocorrência dos “conflitos sociais”, que puderam ser percebidos durante o período em que a pesquisa foi realizada e que serão analisados mais adiante.

É pertinente inferir que a dinâmica social expõe um processo denso e contínuo de organização e de reestruturação. Por esse motivo, julgamos ter sido um “curto” espaço de tempo para a realização desta pesquisa, em razão da qual gostaríamos de ter disposto de um maior período para execução dessa tarefa, a fim de que fosse retratada, de forma mais nítida, a conjuntura do universo empresarial que nos propomos a estudar.

No entanto, Velho, ainda que considerando a importância da quantidade de tempo destinado para a abordagem e realização da pesquisa etnográfica, sugere como problemática e desafio fundamentais, em relação à observação participante e que está além de uma delimitação de tempo, a capacidade de o pesquisador mergulhar na realidade com a qual se depara e extrair daí a experiência interacional do grupo estudado:

A observação participante, a entrevista aberta, o contato direto, pessoal, com o universo investigado constituem sua marca registrada. Insiste-se na idéia de que para conhecer certas áreas ou dimensões de uma sociedade é necessário um contato, uma vivência durante um período de tempo razoavelmente longo pois existem aspectos de uma cultura e de uma sociedade que não são explicitados, que não aparecem à superfície e que exigem um esforço maior, mais detalhado e aprofundado de observação e empatia. No entanto, a idéia de tentar pôr-se no lugar do outro e de captar vivências e experiências particulares exige um mergulho em profundidade difícil de ser precisado e delimitado em termos de tempo (VELHO, 1978, p 36-37).

Como forma de assegurar uma maior imparcialidade em relação ao que foi observado, dito e vivenciado pelos sujeitos e ainda numa perspectiva de se obter informações que pudessem ser confrontadas com o que a empresa apresenta enquanto

proposta, bem como no que diz respeito à sua dinâmica relacional, procuramos alargar um pouco nosso horizonte de observação e de interlocução.

3.1 – Negociações

O que possibilitou nosso ingresso na Dalla Strada foi o contato que mantivemos com o Movimento dos Focolares desde 1997, como já foi especificado na Introdução deste trabalho. Tendo iniciado o mestrado, no primeiro semestre de 2010, comunicamos a alguns membros dos Focolares de Recife o desejo de pesquisar e estudar a Economia de Comunhão.

Assim, a negociação para a pesquisa de campo iniciou com uma mensagem, via correio eletrônico, enviada à equipe responsável pela EdC no Nordeste, em 14 de abril de 2011. Escrevemos solicitando autorização para realizar a pesquisa junto a uma empresa da EdC, cuja indicação deixamos a critério da equipe. Para isso, apresentamos-nos como mestrando do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG (Campina Grande). Dissemos, então, que a proposta era de realizar um estudo teórico e prático do universo no qual se diz possível um empreendimento econômico que se realiza mediante a dinâmica da doação/partilha e da reciprocidade, coabitando num mundo em que imperam as regras do modo de produção capitalista.

Para atingir esse objetivo, tencionamos conversar com os componentes do empreendimento: empresário, gerente e operários. Para tanto, seria necessário observar o cotidiano no interior de uma fábrica.

No dia 21 de abril de 2011, recebemos a autorização para a pesquisa de campo, contendo a sugestão de que fosse realizada junto a uma empresa da EdC em João Pessoa, já que seria mais próximo ao local onde residimos. Respondemos informando que estaríamos dispostos a acolher tal sugestão. Entretanto, fundamentamos que Recife (Igarassu) parecia ser um núcleo mais denso e favorável para realizar a pesquisa, uma vez que lá se concentrava um número maior e mais diversificado de empreendimentos da EdC, sobretudo, porque já está montado o Pólo Industrial Ginetta com algumas unidades empresariais funcionando.

Explicando melhor o objetivo do trabalho de campo, esclarecemos que nossa proposta para a dissertação de mestrado era de realizar uma pesquisa que classificamos de qualitativa. Isso significa que se vai valorizar, preferencialmente, o método de coleta de dados de forma subjetiva e vivencial, dando menos ênfase ao uso de questionários e à procura de informações quantitativas, embora, possivelmente, necessite lançar mãos das mesmas.

Com isso, nossa intenção era de investigar como a experiência da Economia de Comunhão se constitui para os seus diferentes participantes: teóricos, empresários e funcionários.

Por último, expressamos a necessidade de hospedagem nas proximidades da empresa a ser pesquisada. Isso certamente facilitaria em termos de tempo, de custos e também de ambiência, pois assim poderíamos compartilhar as condições de vida dos empregados.

No dia 03 de junho de 2011 recebemos uma mensagem, via correio eletrônico, contendo a indicação da empresa Dalla Strada como local da pesquisa de campo.

Após essa decisão, pediram-nos para entrar em contato com a gerente da Dalla Strada de Igarassu, explicando o processo de realização da pesquisa, bem como a maneira pela qual se daria a convivência do pesquisador junto aos que compõem a empresa, sobretudo, entre os funcionários. Além disso, pediram-nos para entrar em contato com o voluntário do Movimento dos Focolares João⁸², que havia se disposto a nos acolher em sua casa, gratuitamente, durante o tempo da permanência junto à empresa.

Após realizar os devidos contatos, viajamos para Igarassu no dia 09 de Junho de 2011, onde permanecemos por um período de duas semanas na casa de João, localizada próxima à empresa.

⁸² Como forma de preservar a identidade das pessoas que foram pesquisadas, propomos aqui utilizar o pseudônimo “João”.

3.2 – A Dalla Strada e sua proposta de profissionalização de jovens vindos da “rua”

Em campo, o “pontapé” inicial que nos fez despertar algumas inquietações em torno da Dalla Strada foram os primeiros relatos acerca dessa empresa, durante uma conversa que tivemos com o voluntário João, na casa onde fui hospedado.

Apresentou-se como novidade e despertou nossa atenção o fato de que estava sendo aberta uma filial da Dalla Strada no Polo Industrial Spartacus, em São Paulo. De imediato, isso nos fez imaginar que estaríamos diante de uma empresa “bem sucedida”, cuja produção deveria ter atingido um elevado índice de rentabilidade, para que outra unidade fosse instalada. Em vista disso, questionamos a respeito da coerência de tal hipótese. Isso nos motivou a refletir sobre a possibilidade de também estender a pesquisa até essa filial, como de fato aconteceu e sobre a qual debateremos mais adiante.

Segundo relatos de João, a Dalla Strada surgiu de uma conversa entre Paulo⁸³ e padre Renato Chiera⁸⁴, ambos atuantes do Movimento dos Focolares, por ocasião de encontro desse grupo religioso em Maceió.

Mediante essa referida conversa, surgiu a ideia de formarem uma parceria com o objetivo “profissionalizar” jovens oriundos “da rua”, sobretudo, os rapazes que estavam morando na Casa do Menor, através de um curso de fabricação de bolsas e acessórios femininos⁸⁵, cuja duração era de seis meses, juntamente com estágio, contando com uma ajuda de custo. Esse curso lhes daria condições de engajamento no mercado de trabalho ao deixarem a instituição, podendo tornar esses jovens futuros empreendedores. Além disso, a intenção era de que os jovens carentes da região onde está localizada a

⁸³ Aqui será utilizado o pseudônimo “Paulo”. Ele era dono de uma pequena empresa chamada “Santa Fiora”, cujo nome faz referência à cidade italiana onde ele permaneceu algum tempo fazendo um curso de fabricação de bolsas.

⁸⁴ Pe. Renato Chiera é o fundador da “Casa do Menor”, cuja sede está localizada em Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro. Trata-se de uma instituição que tem o objetivo de acolher, recuperar e de profissionalizar menores de rua. Atualmente, existem 06 unidades da Casa do Menor no estado do Rio de Janeiro, 02 unidades no Ceará, 01 unidade em Igarassu – Pernambuco, e 01 unidade em Alagoas (CHIERA, 2008, p 238).

⁸⁵ Vale salientar que o curso de fabricação de bolsas proporciona o aprendizado de todas as etapas do processo de confecção das bolsas e acessórios, tais como: corte, costura e montagem final.

Dalla Strada também tivessem acesso a esse curso/estágio com a possibilidade de contratação.

No que diz respeito à parceria entre a Casa do Menor e a Dalla Strada, Paulo teria entrado na sociedade com a capacitação técnica da mão de obra e Pe. Renato Chiera financiaria as despesas necessárias do curso, inclusive, no que diz respeito aos recursos para a compra das máquinas que foram utilizadas para esse fim.

A Dalla Strada também apresenta como meta a utilização de lonas recicladas de caminhão, que é a principal matéria-prima das bolsas, além de retalhos de tecidos doados por algumas fábricas da região. Materiais que comumente seriam jogados no lixo.

Segundo o que pudemos apreender, a Dalla Strada constitui-se uma empresa, cujas mão de obra e matéria prima utilizadas nas suas atividades são oriundas da “rua”, numa perspectiva de “transformação” social, sendo esta a razão da escolha do nome “Dalla Strada” (“da rua”) ⁸⁶.

Mas, em meio a estas informações acerca da Dalla Strada, dentre as quais podemos destacar sua proposta de profissionalização de jovens “vindos da rua”, chamou nossa atenção, principalmente, o fato de a parceria entre a Dalla Strada e a Casa do Menor ter sido desfeita. Em relação a isso, informou João: *“os meninos da Casa do Menor foram embora, mas a empresa continua exercendo seu papel”*.

A partir destes relatos acerca da Dalla Strada, que se mostraram naturalizados em vários pronunciamentos que pudemos presenciar a esse respeito, persiste uma das questões que nos guiou durante a pesquisa de campo: a proposta de profissionalização de jovens vindos “da rua”, que a filosofia da EdC, por meio da empresa, afirma realizar.

Isso aponta para outras questões: se os meninos da Casa do Menor “foram embora”, que tipo de público a Dalla Strada estará atingindo no momento? Qual a razão de ter sido desfeita a sociedade entre a Dalla Strada e a Casa do Menor? Debruçaremos mais detalhadamente sobre estas questões na seção que segue.

⁸⁶ O nome oficial da Empresa é “Pinto e Santana”, em referência aos sobrenomes de Paulo e sua esposa, enquanto proprietários do empreendimento. Porém, o segundo nome “Dalla Strada” constitui a razão social da empresa (nome fictício).

3.3 – A Casa do Menor e a Dalla Strada

Neste tópico, levaremos em consideração Pe. Renato, enquanto personagem que “desenhou”, juntamente com Paulo, a origem da Dalla Strada, mas que, por alguma razão, o quadro foi “quebrado”. Assim, julgamos oportuno dispensar atenção para este problema.

Por esta razão, entramos em contato com o religioso em vista da proposta de pesquisar a EdC, cujo trabalho de campo já estava sendo realizado junto ao empreendimento Dalla Strada. Dissemos também que estávamos ligados ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG (Campina Grande) e lhe propusemos uma entrevista, que foi aceita e seria realizada numa das unidades da Casa do Menor no Rio de Janeiro, logo após a realização da Assembleia Internacional da EdC.

No entanto, devido a alguns imprevistos de ordem pessoal, tivemos a necessidade de passar alguns dias em Fortaleza, onde, coincidentemente, padre Renato estava visitando uma das unidades da Casa do Menor. Lá, houve condições de conversarmos com ele a respeito da sua “experiência” junto à Dalla Strada.

Com base em tal conversa, a sociedade estabelecida entre a Casa do Menor e a Dalla Strada surgiu da ideia de redimensionar as atividades da então empresa Santa Fiora, que passaria a profissionalizar jovens em situação de risco vindos da Casa do Menor. E assegura Pe. Renato: *“A idéia original era essa”*.

Só que este propósito se deparou com o impasse de se lidar convenientemente com duas realidades bastante distintas: os rapazes “vindos da rua” (oriundos da Casa do Menor) e os jovens carentes da região. Eis aí, então, o que se apresenta como desafio e que põe em questão o propósito maior do empreendimento, vale reforçar: a profissionalização de jovens vindos “da rua”.

A Dalla Strada iniciou suas atividades mediante o objetivo a que estava se propondo realizar, ostentando, com isso, o “sucesso” cabível para os que acreditam e se esforçam para pôr em prática os princípios da EdC. A “rua”, portanto, torna-se a questão fundamental da empresa. Em relação a isso, Pe. Renato faz a seguinte afirmação:

EdC não é apenas dar algo, mas chamar para a EdC os excluídos. A EdC começou com pessoas da classe média. Agora tem o desafio de começar com esses meninos que “geram problemas”. Essa é a exclusão. É isso que Chiara queria: uma economia que incluísse os excluídos (anotação do caderno de campo).

O religioso ainda tenta fundamentar essa convicção, ao destacar um diálogo que teve com Bruni, quando este lhe fazia a seguinte recomendação: *“Renato, essa é a EdC que queremos. Porém tu encontrarás dificuldades nessa nova perspectiva, que é a perspectiva de Chiara. É uma perspectiva estrutural que não se refere a uma esmola, mas sim a novos relacionamentos econômicos”*(anotações do caderno de campo).

Em vista da importância e repercussão desse propósito da Dalla Strada para a EdC, gostaríamos de recuperar agora uma das conversas que tivemos com Paulo, mais precisamente quando ele se referiu ao que Bruni lhe teria dito em relação ao curso de profissionalização que estava sendo ministrado para os jovens vindos “da rua”: *“Paulo, vocês nem sabem o que está acontecendo aqui nessa sala e que servirá para a EdC do Polo, do Brasil e do mundo. Ao falar isso, Bruni disse que via ali o arco-íris da EdC”*.

Segundo pudemos perceber quando conversávamos com padre Renato, a Dalla Strada era uma atitude louvável perante a dura realidade da exclusão social, sobretudo, daqueles que se encontravam nas “ruas”, e, com isso, uma alternativa de vida “regenerada”, em contraposição às drogas, ao tráfico e à prostituição.

É tanto que, mediante a percepção do religioso, o que os jovens estavam vivendo na empresa, sobretudo, na capacidade de trabalhar e de “transformar” o material “vindo da rua” em algo diferente e novo, estaria também aí a possibilidade de “transformação” e de regeneração das suas vidas. Considera Pe. Renato: *“Da mesma forma que era transformada a lona de caminhão em bolsa bonita, os jovens podiam ver nelas a capacidade de transformação também das suas vidas.”*

Só que em relação ao propósito da Dalla Strada, que se estava procurando realizar e obter sucesso, mobilizando para esse fim todos os envolvidos no empreendimento, não se obteve o êxito desejado – a parceria foi desfeita. Em relação a isso, admitiu Pe. Renato: *“a experiência de Igarassu não germinou em sua primeira intenção”*.

Aqui o leitor poderia se perguntar de imediato: mas, qual a causa do “insucesso” dessa parceria?

De certa forma, o que expusemos até aqui sobre a empresa, que diz respeito ao seu maior propósito e consequente problemática – “a rua” –, apresentou-se como o

principal motivo do “insucesso”: a incompatibilidade que se instaurou nas relações entre as duas realidades que compunham a mão de obra adversa da empresa.

E agora nos deparamos com uma situação em que se constata um conflito social, motivo pelo qual a parceria entre os sócios da Dalla Strada foi desfeita, dando espaço para que outras configurações sociais fossem instauradas.

Desta forma, para além do sentido negativo que geralmente é atribuído ao conflito, este é um importante elemento que faz parte das interações sociais, visto que tende a transformar, reordenar e apresentar um outro quadro social. É o que vem fundamentar Simmel:

Admite-se que o conflito produza ou modifique grupos e interesse, uniões, organizações. (...) é uma forma de sociação. (...) O próprio conflito resolve a tensão entre contrastes. (...) Essa natureza aparece de modo mais claro quando se compreende que ambas as formas de relação – a antitética e a convergente – são fundamentalmente diferentes da mera indiferença entre dois ou mais indivíduos ou grupos. (...) o conflito contém algo de positivo (SIMMEL, 1983, p 122-123).

Essa situação de conflito vivenciada pela Dalla Strada nos provoca a retomar o sentido da penúltima questão do tópico anterior: desfeita a primeira articulação em torno da realização do propósito da empresa, que “rosto” ela poderia nos apresentar agora? E aqui entra o esforço de identificar, descrever e discutir, nos tópicos posteriores, esse “outro” rosto da Dalla Strada, levando em consideração também a recém-aberta filial em São Paulo.

Ainda com relação ao impasse enfrentado pela Dalla Strada, vale destacar o desejo de tornar real o propósito da empresa, perseguindo assim, possivelmente, “valores” ou “ideais”.

E aqui valeria retomar o significado da utopia, conforme a percepção de Mannheim (1986, p 285), segundo a qual o ser humano é impulsionado a buscar a realização daquilo em que se acredita, mesmo que obtenha resultados parciais.

Nesta intenção, vale considerar a conversa que tivemos com um dos componentes que atua na administração do Polo Ginetta, que, ao referir-se à EdC, acionava a perspectiva utópica ao dizer: “*querer ser dar espaço para você ser um dia*”.

Enfatizando essa ideia, ainda destacamos o sentido utópico que pudemos perceber durante uma conversa que tivemos com Maria⁸⁷, esposa de Paulo, mais

⁸⁷ Aqui utilizaremos o pseudônimo “Maria”.

precisamente, quando lhe perguntamos se a Dalla Strada poderia ser considerada uma empresa de “comunhão”, ao que ela nos respondeu: *“Eu diria que a Dalla Strada mira a comunhão”*.

Diante dessas primeiras interlocuções, indagações e reflexões expostas, que valores ou situações poderíamos destacar enquanto princípios da EdC, mesmo diante do impasse enfrentado pela Dalla Strada?

Para nós, mesmo diante do conflito, a impressão é de que persistiu uma preocupação (“a generosidade”), entre os envolvidos na administração do empreendimento, de reforçar uma dinâmica dos relacionamentos que levasse à inclusão social. Neste sentido, a proposta da EdC (LUBICH, 2004) dirigida a todos os seus adeptos vela pela prioridade dos relacionamentos dentro da empresa, onde a pessoa deve ser o eixo. Isso sugere uma aproximação com a teoria da dádiva, que nos permite perceber e apreender vínculos de relacionamentos nas sociedades.

3.4 – A Dalla Strada sem a parceria com a Casa do Menor

A partir de agora, o que se vai realizar é uma tentativa de retratar o “rosto” da Dalla Strada sem a presença da Casa do Menor. E aqui temos uma questão: tal mudança teria alterado o propósito da Dalla Strada?

Perseguindo, então, esse objetivo a que nos propomos realizar, dando continuidade a nossa pesquisa de campo, é que foi lançado, primeiramente, um olhar em torno do espaço geográfico onde está localizada a Dalla Strada, da mesma forma que também procuramos perceber um pouco como se constitui sua estrutura física e as disposições materiais em prol da realização das suas atividades.

A empresa está localizada no Polo Industrial Ginetta, há uns 4 km da BR101, mais precisamente na Estrada do Monjope, no bairro Cruz de Rebouças, Igarassu – Pernambuco –, numa área rural das proximidades. Nas vezes em que nos dirigimos à empresa, no carro que conduzia os funcionários, apesar de ser um percurso relativamente curto, deparamo-nos com um problema: as precárias condições da via de acesso até ao empreendimento, como podemos visualizar nas figuras abaixo.



Figura IV: A entrada que leva até a Dalla Strada fica na BR 101
Foto: William Soares



Figura V: as precárias condições de acesso até a empresa
Foto: William Soares



Figura VI: outro trecho da via de acesso até a empresa.
Foto: William Soares.

Os buracos na estrada eram bastante salientes a ponto de causar danos nos carros que para lá se dirigiam, sobretudo, em veículos maiores, podendo aumentar assim os custos de sua manutenção. Esse problema tinha se agravado ainda mais devido à época chuvosa na região.

Essa era uma dificuldade que as pessoas da região enfrentavam, sobretudo, aqueles que precisavam se locomover ou fazer o transporte de mercadorias para os pequenos comércios da região.

Ao conversarmos com pessoas ligadas a Dalla Strada, inclusive, com alguns funcionários do Polo Ginetta, percebemos que o problema da via de acesso era algo

recorrente, motivo pelo qual notamos grande preocupação em todos para solucionar tal problema.

Este assunto já havia sido levado para as autoridades responsáveis, inclusive, segundo relatos de algumas pessoas ligadas à administração do Polo Ginetta, a obra seria solucionada em breve. Estavam aguardando a ordem da prefeitura para o início das atividades. Este seria um dos desafios enfrentados pela Dalla Strada e pelo Polo Ginetta, conseqüentemente. Afirmavam o seguinte: *“Este é o motivo principal que levou muitos empresários a desistir de abrir suas empresas no Polo”*.

Considerando que esta é uma problemática que repercute na empresa, pudemos deparar esta colocação acima com a percepção da gerente da Dalla Strada quando afirmava: *“Mas, para o empresário da EdC, este é um desafio que pode ser enfrentado, pois ele acredita nos valores da EdC”*.

Em geral, algumas pessoas ligadas à administração do Polo ainda argumentava a favor da sua viabilidade econômica e comercial, pelo menos daqui a algum tempo, em razão, sobretudo, da sua proximidade ao Recife e, com isso, das opções portuária e aérea para a comercialização de produtos.

Em relação à Dalla Strada, conforme podemos observar nas figuras abaixo, deparamo-nos com um galpão recém-construído, amplo, arejado e que exibia alguns exemplares das bolsas que eram fabricadas pela empresa. Apesar de estarem trabalhando na produção sete funcionários, percebemos que a estrutura da empresa comportava um maior número de trabalhadores e de máquinas. Mas se tratava de um empreendimento relativamente recente e que agora não estava mais dispondo da parceria com a Casa do Menor.



Figura VII: vista interna da empresa
Foto: William Soares



Figura VIII: Diretoria (Foto: William Soares)



Figura IX: as bolsas fabricadas na Dalla Strada, que estavam no estoque
Foto: William Soares

Ali pude observar algumas fragilidades no decorrer do trabalho de pesquisa que estava sendo realizado. Havia um frequente e abundante uso de cola de sapateiro, cujo cheiro forte se espalhava por toda a área de produção, podendo causar danos posteriores à saúde, sobretudo, de quem lida diretamente com esse produto, caso não haja os devidos cuidados. Em vista disso, percebemos apenas alguns funcionários fazendo uso de máscaras, no momento em que era manipulada a cola por mais tempo. Além disso, em alguns momentos do dia, havia um barulho excessivo das máquinas de costura, sem que houvesse o uso de protetores de ouvido, apesar de as atividades da produção terem sido reduzidas pela falta das lonas, que ainda estavam para chegar de São Paulo.

No que diz respeito à alimentação dos funcionários, notamos que apenas alguns deles traziam de casa sua “quentinha”. Outros passavam o dia sem o almoço, apenas participavam dos momentos de lanche pela manhã e à tarde.

Estas fragilidades que o ambiente de trabalho da Dalla Strada apresentou, põe em risco a boa operacionalidade da empresa. Isso demonstrou uma desatenção dos responsáveis pelo empreendimento em relação a questões básicas de segurança no ambiente de trabalho

Tais constatações me fizeram retomar os princípios da EdC, sobretudo, quando Lubich (2004) afirmava e defendia, dentre os princípios a serem postos em prática pelas empresas, a valorização do trabalho, o que implica numa atenção mais pormenorizada ao ambiente onde são realizadas as atividades, mesmo que isso exigisse altos custos.

3.5 – Uma empresa que não produz?

Aqui, nosso foco de atenção ainda continua sendo a estrutura operacional do empreendimento. Por essa razão, destacamos o que consideramos, no mínimo, curioso: as bolsas não estavam sendo montadas pela falta das lonas de caminhão, matéria prima mais importante para esta atividade, que estavam para chegar de São Paulo.

Por esse motivo, os funcionários se encarregavam de aprontar outros acessórios e adereços que eram utilizados na montagem final das bolsas, de forma que as atividades não estavam completamente paradas.

Vimos que isto, do ponto de vista empresarial e de mercado, significava um prejuízo considerável para a empresa. Em vista disso, consideramos a suposição de que outras medidas poderiam ter sido tomadas, de imediato, para que não houvesse atraso na produção, como, por exemplo, a compra, na própria região, de lonas similares que pudessem substituir provisoriamente o material de São Paulo, mesmo que isso, de certa forma, implicasse numa alteração da qualidade e originalidade do produto. No entanto, a decisão tomada primou pela espera do material. Vale ressaltar que já havia uma encomenda de bolsas que seriam comercializadas na Itália. É bom reforçar que a espera pelas lonas estava se prolongando por mais de duas semanas.

Havia também uma preocupação da gerente Isabel⁸⁸ em dinamizar as vendas das bolsas no comércio da região do Recife. Disso, pudemos intuir o desafio enfrentado pela empresa de procurar conquistar espaço e credibilidade no mercado, consolidando-se enquanto empreendimento.

⁸⁸ Aqui utilizaremos o pseudônimo “Isabel”.

Por essas razões, a Dalla Strada estaria enfrentando problemas financeiros, inclusive, para manter a contratação dos funcionários. Segundo o que a gerente relatou, ainda não havia lucros que pudessem ser “partilhados”, conforme as três finalidades previstas nos princípios da EdC.

Esse quadro nos fez confrontar duas perspectivas que se apresentam como distintas: primeiramente, a EdC, que embora se proponha a perseguir o lucro como meio, teria como finalidade as pessoas; a segunda perspectiva é a capitalista, em torno da qual tudo deve concorrer para os lucros, inclusive, as pessoas e suas relações.

Em relação a isso, pudemos perceber que por diversas vezes era verbalizada a intenção de se “priorizar” a pessoa na empresa, em atenção ao propósito de inclusão social dos “excluídos”. Esta ideia estava presente na percepção de Maria, esposa de Paulo, quando se referia à Dalla Strada. Ela colocava como desafio unir os princípios da comunhão e a eficiência empresarial: *“Caminhar com a mesma largura de passos no aspecto da eficiência da empresa e no aspecto da comunhão. Como fazer uma empresa ser fortemente eficiente, sem perder a característica da comunhão? Esse é o maior desafio (anotação do caderno de campo)!”*

No entanto, em meio ao que se percebe como esforço de se “harmonizar” a dinâmica do mercado conforme os princípios da comunhão, a Dalla Strada, ao produzir bolsas, estaria também abrindo espaço para que “verdadeiros relacionamentos” também fossem “produzidos”, sobretudo, entre os considerados “excluídos”. É também essa convicção que Maria expressou em relação à empresa:

É uma empresa que não produz produtos. Ela produz também um produto chamado bolsas. Ela oferece possibilidades de relacionamentos verdadeiros e oferece possibilidade de optar por uma mão de obra não pronta no mercado, mas de formar a própria mão de obra, priorizando a pessoa dos excluídos (anotação do caderno de campo).

Não estaríamos aqui diante do propósito de se priorizar os relacionamentos dentro da empresa? E nesta situação, valeria retomar Martins (2006), sobretudo, quando o autor destaca na dádiva o valor fundamental que as relações, e o simbolismo que daí emana, exercem perante a vida social.

Mas, a essa altura da análise poderíamos nos perguntar ainda: que “novo” rosto a Dalla Strada apresenta agora sem a parceria com a Casa do Menor?

A evidência que despontou para nós é que os funcionários, pelo menos da empresa de Igarassu, não são mais “oriundos da rua”, como na época em que havia a

parceria com a Casa do Menor. Apesar de os jovens serem carentes, todos moram com suas famílias.

E agora se instala outro problema: o que dizer, então, da propaganda que é feita na ocasião das vendas das bolsas, quando se afirma que os jovens “profissionalizados” na empresa são oriundos “da rua”?

Levantamos esse problema em vista de termos presenciado alguns momentos em que as bolsas foram apresentadas para as vendas. Nisso havia uma proposta diferenciada em sua “propaganda”, quando se enfatizava que os jovens funcionários da empresa tinham “vindos da rua”.

Conversando com algumas pessoas envolvidas no processo de venda das bolsas, uma delas expressou seu incômodo em relação ao que se dizia aos clientes a respeito dos funcionários que fabricavam as bolsas, havendo aí uma incoerência entre a propaganda realizada e a origem atual dos funcionários que fabricavam as bolsas. Dizia-se, então: *“Os jovens de hoje são mais fáceis de trabalhar. São gente daqui de perto mesmo. Não são mais aqueles jovens vindos da Casa do Menor de Padre Renato”* (anotação do caderno de campo).

E agora, estamos diante de uma propaganda enganosa? Seria esta uma estratégia tipicamente de mercado para se obter o lucro a qualquer custo? Daí, há necessidade de se recorrer também à análise feita na unidade de São Paulo, que será realizada posteriormente, numa perspectiva de se ter uma visão mais apurada em relação ao “outro rosto” da Dalla Strada, só que sem a parceria com a Casa do Menor.

3.6 – As relações na Dalla Strada

Aqui nos esforçaremos para retratar, de forma mais direcionada, o espaço social que se desenhou no dia a dia dos funcionários e da gerência do empreendimento, durante a pesquisa de campo.

A primeira vez que chegamos até a empresa foi em companhia da gerente Isabel. A partir de então, já pudemos apreender algumas inquietações acerca das disposições humanas da empresa.

Primeiramente, chamou-nos a atenção o fato de Isabel ter iniciado há poucos dias seu trabalho na empresa. Isso porque já havia algum tempo que Paulo, juntamente

com o professor de bolsas Bartolomeu⁸⁹ (prestador de serviço temporário) e o funcionário Tiago⁹⁰, que tinha vindo da Casa do Menor, sendo o único que havia permanecido na empresa e que se destacou no processo de fabricação de bolsas, tinham ido até São Paulo, com o objetivo de ministrar mais um curso de bolsas, propiciando, com isso, a abertura de uma nova filial da empresa no Polo Empresarial Spartacus.

No entanto, isso implicava na necessidade de se proporcionar apoio técnico e administrativo para a nova unidade. Desta forma, Paulo e o professor de bolsas permaneceriam em São Paulo por mais algum tempo e o funcionário Tiago havia sido contratado pelo recém inaugurado empreendimento. Discorreremos sobre isso, de forma mais detalhada, nos tópicos posteriores.

Daí, como ficou a jurisdição da empresa de Igarassu sem a presença do seu gestor? Esse foi justamente um dos problemas com o qual nos deparamos.

Tomamos conhecimento de que a matriz de Igarassu ficou por um tempo praticamente ao encargo dos sete funcionários, até a chegada da gerente Isabel. Mas, em vista dessa situação emergencial enfrentada pela empresa, tinha-se a justificativa de que, num empreendimento da EdC, os empresários e funcionários deveriam estabelecer relações de confiança recíproca, mediante a qual todos devem somar forças para superar as dificuldades de cada um em particular e da própria empresa, que, por sua vez, deve estar a serviço de cada um.

Daí, o motivo pelo qual se defendia a ideia de uma gestão empresarial que se leve em consideração a “participação” dos funcionários. Em relação a isso, afirmava a gerente: *“Nesse momento de urgência da empresa, os jovens são conscientes das suas responsabilidades perante a empresa e a eles mesmos. Dão conta do recado”*.

O que essa situação parece sugerir são vínculos de confiança que se evidenciam nas mais variadas formas de relações, inclusive no mercado. E aqui vale retomar a perspectiva de Martins (2006), sobretudo, ao defender o sentimento de confiança, fator simbólico que emana das relações, como elemento constitutivo do dom, que é indispensável para a sociedade, inclusive, para o bom funcionamento do mercado.

No que diz respeito, mais especificamente, a nossa inserção na empresa, bem como na convivência que procuramos ter com os que dela fazem parte, percebemos, de

⁸⁹ Aqui utilizaremos o pseudônimo “Bartolomeu”.

⁹⁰ Aqui utilizaremos o pseudônimo “Tiago”.

forma geral, que os funcionários nos tinham acolhido. A gerente, inclusive, dizia o seguinte:

Olha, William, assim como você, também estou chegando agora aqui nesta empresa e no Nordeste. Venho de São Paulo do Centro Mariápolis Ginetta, onde trabalhava numa loja de confecção também ligada à EdC, lá próximo. Também estou procurando conhecer esta empresa. Vamos conhecê-la juntos, não é?

Embora apresentássemos timidez e apreensão em relação à convivência e aceitação na empresa, Isabel inspirou-nos confiança ao sugerir a ocupação do espaço da gerência ou noutro local da empresa que fosse conveniente para a pesquisa. E ainda expressou sua disposição para ajudar no que fosse possível.

Em vista disso, conjecturamos que seria conveniente e estratégico alternar os locais da nossa permanência na empresa. Vimos que poderia ser importante dedicar tempo ao espaço da gerência, embora minha intenção fosse de priorizar o setor de produção, de forma que isso não interferisse no andamento das atividades.

Pensamos que assim poderíamos ter uma maior proximidade com os funcionários, observando como se dava sua rotina de trabalho e as relações aí desencadeadas.

Logo de início, percebemos que se dava algum destaque para o momento do lanche, que era servido pela manhã e durante a tarde na empresa. O que ocorria, então?

Em torno das nove e das quinze horas, uma funcionária deixava suas atividades com o objetivo de preparar o lanche. Assim, uma pequena mesa, rodeada de cadeiras, era forrada, sobre a qual eram dispostos os biscoitos, suco, café e, às vezes, algumas frutas. Tinha-se ali um ambiente simples, mas que se apresentava convidativo para todos, inclusive para gerente, que também participava da ocasião.

Logo durante à tarde do primeiro dia em que chegamos ao empreendimento, participamos do lanche juntamente com todos na empresa. Apesar de termos percebido simpatia e acolhimento em relação à gerente, despertou-nos curiosidade aquele momento, pois este foi o contato inicial que tivemos com os jovens funcionários. Além disso, nossa presença constituía um elemento desconhecido, novo, que poderia causar simpatia ou provocar uma recusa do grupo, condicionando assim a eficácia da pesquisa.

Encontráva-mos em um ambiente que tem suas peculiaridades, inclusive, um âmbito de relações já constituídas entre os funcionários, com os quais devíamos buscar entrosamento e estabelecer relações, de confiança, inclusive. Em relação à chegada do pesquisador em campo, fundamenta Berreman:

O etnógrafo surge diante de seus sujeitos como um intruso desconhecido, geralmente inesperado e freqüentemente indesejado. As impressões que estes têm dele determinarão o tipo e a validade dos dados aos quais será capaz de ter acesso, e, portanto, o grau de sucesso de seu trabalho. Entre si, o etnógrafo e seus sujeitos são, simultaneamente, atores e público (BERREMAN, 1980, p 141).

No momento em que fomos apresentados para todos na empresa, ainda na hora do café da tarde, notamos ali um clima de certa expectativa. Em linhas gerais, explicamos que estávamos realizando um estudo sobre a EdC, motivo pelo qual faríamos um trabalho junto à Dalla Strada. Em vista disso, era necessária a nossa permanência durante alguns dias na empresa, convivendo um pouco com todos. Falamos do nosso objetivo de presenciar o dia-a-dia de um empreendimento ligado à EdC, sobretudo, no que diz respeito às relações que se estabelecem entre todos. Ainda os advertimos dizendo que nosso interesse não era de “fazer fofocas”. Por isso, não usaríamos nenhuma informação que pudesse prejudicar alguém na empresa.

Dito isto, notamos que alguns sorriam como que expressando satisfação e acolhimento ao que estava sendo dito. E aqui pudemos evidenciar um outro aspecto do primeiro contato que tivemos com o grupo de pesquisa: o confronto que ocorre entre o pesquisador e sua própria apresentação diante do grupo. Em relação a isso, considera Berreman:

Ao chegar ao campo, todo etnógrafo se vê imediatamente confrontado com a sua própria apresentação diante do grupo, que pretende aprender a conhecer. Só depois de tê-lo feito, poderá passar à sua confessada tarefa de procurar compreender e interpretar o modo de vida dessas pessoas (BERREMAN, 1980, p 125).

Naquela ocasião, negociamos a possibilidade de frequentar diariamente a empresa, acompanhando os funcionários desde o início do expediente até o final do horário de trabalho. Aceita nossa proposta, contamos com o apoio do transporte da empresa para esse fim. Assim, toda manhã, acordávamos às 05h30min e aprontávamos a “quentinha” para almoçar com os funcionários. As atividades da empresa iniciavam às 07h30min e terminavam às 17h30min.

Imaginamos que, dessa forma, poderíamos ter uma maior aproximação com os funcionários, tornando-nos uma figura “comum” para eles, a ponto de ser facilitado um intercâmbio entre os diferentes, e, com isso, um diálogo mais sincero e espontâneo. Em relação a isso, eis o que expõe Clifford Geertz:

Tentar formular a base na qual se imagina, sempre excessivamente, estar-se situado, eis no que consiste o texto

antropológico como empreendimento científico. Não estamos procurando, pelo menos eu não estou, tornar-nos nativos (em qualquer caso, eis uma palavra comprometida) ou copiá-los. Somente os românticos ou os espões podem achar isso bom. O que procuramos, no sentido mais amplo do termo, que compreende muito mais do que simplesmente falar, é conversa com eles, o que é muito mais difícil, e não apenas com estranho, do que se reconhece habitualmente (GEERTZ, 1978, p 23-24).

O diálogo que é instaurado na espontaneidade é o ponto de partida para se penetrar no universo pesquisado, que se desvela de forma mais nítida mediante as entrelinhas contidas na multiplicidade das relações e conflitos que a realidade nos expõe.

3.7 – O “lanche” e sua função de interação social

No tópico anterior procuramos desenhar a “porta” pela qual conseguimos adentrar no universo dos jovens funcionários. O “lanche”, portanto, constitui-se o cenário decisivo para isso, já que através dele foi possível estabelecer os primeiros contatos com os que fazem parte do empreendimento e de negociar nossa frequência na empresa durante os dias da pesquisa. Agora, focalizaremos nossa atenção para os intervalos de “lanche”, procurando perceber e analisar a utilização desse espaço pela empresa. Mas, para além desse foco, também serão levadas em consideração as conversas que tivemos com alguns funcionários e pessoas ligadas à Dalla Strada, vale reforçar.



Figura X: a hora do “lanche”
Foto: William Soares

Primeiramente, podemos dizer que o “lanche”, conforme vemos na figura acima, significava um “locus” para o qual convergiam várias dinâmicas: os funcionários traziam alimentos para serem colocados em comum; eram realizadas reflexões espirituais (de cunho ecumênico); havia desabafo e discussões em torno dos problemas relacionados à empresa; havia uma atenção voltada para a partilha da vida dos funcionários, incluindo aí os problemas de relacionamento ocorridos na empresa e em suas famílias.

Em relação aos alimentos que eram servidos na hora do “lanche”, a ideia era de que os jovens também tivessem alguma participação e se sentissem responsáveis no processo de partilha de alimentos. Vimos que tinha importância para a empresa e para os jovens a “arrumação da mesa”, em torno da qual todos se reuniam.

Diante disso, perguntávamos se não era obrigação da própria empresa patrocinar tal momento, sem que isso implicasse em gastos extras para os funcionários, já que todos eram assalariados. E aqui também retomamos o problema das precárias condições do almoço, quando existiam funcionários que sequer traziam sua quentinha para a refeição. Em relação ao “lanche”, gostaríamos de apresentar uma das notas de campo que registramos quando nos dirigíamos certa vez até a empresa, juntamente com os funcionários:

Descontraidamente, disse para os que estavam no carro que tinha achado muito interessante o lanche preparado na tarde anterior. A partir disso, quis saber de quem teria sido a ideia daquele “café comunitário”. Ela falou que isso era uma proposta da empresa, segundo a qual todos deveriam se sentir responsáveis por aquele momento.

Em vista disso, a situação me pareceu oportuna para contar uma experiência semelhante que tive na escola onde trabalhava. Falei que os professores procuraram organizar um lanche, fazendo uma escala, contendo o que cada um traria em cada dia da semana. Essa ideia foi bem acolhida no início, mas depois muitos ficaram reclamando dos gastos, sobretudo, porque alguns não contribuíam. Em suma, conclui dizendo que a ideia do lanche entre os professores havia sido suspensa. Cada um comia por sua conta. E ainda acrescentei, em tom de brincadeira, que o salário mal dava para cobrir as despesas mais urgentes de cada professor.

Apesar do que contei, não houve reação de ninguém. Todos permaneceram calados por alguns instantes.

Na ocasião em que houve essa conversa, o “silêncio” dos funcionários parecia denotar obediência e submissão a uma suposta ordem imposta pela empresa. No entanto, com o decorrer dos dias, pudemos perceber que o “silêncio”, de certa forma, havia sido “quebrado” em vista da satisfação com que todos se empenhavam para que o

momento do café ocorresse sempre de forma agradável. Na verdade, o “lanche” da empresa havia tornado-se um instrumento que favorecia as relações.

Com isso, tinha-se uma dinâmica que ultrapassava os limites de uma simples pausa de descanso para se comer algo. Com efeito, umas das funcionárias, ao referir-se ao “lanche”, dizia: *“Eu vejo que a gente é muito unido, sabe. Se alguém tiver passando alguma dificuldade e magoado o outro, tenta resolver... Pergunta e tenta se aproximar”*.

Ainda em relação à hora do “lanche”, uma pessoa que prestava serviço à empresa de forma voluntária afirmava: *“Tem espaço na empresa para que as condições de trabalho e da convivência no dia-a-dia sejam discutidas”*.

Nesta situação, têm-se relações sociais instituídas, mediadas pelo “lanche”, despontando daí sentimentos de “confiança” e de estima. É o que parece corresponder aos chamados “bens simbólicos” dos quais nos fala Martins (2006), vale reforçar. Isso é o que torna possível aproximar as pessoas umas das outras a ponto de serem estabelecidos vínculos sociais. Esse é o objetivo principal do dom, retomando Caillé (2006), quando sugere a perspectiva da dádiva.

Apesar do interesse dos funcionários da empresa pelo momento do “lanche”, pudemos observar também que alguns eram bastante tímidos. Falavam pouco nos momentos das discussões e na hora dos intervalos.

Sempre que buscávamos uma aproximação junto a algum funcionário para conversar a respeito da sua experiência de trabalho junto à empresa, notávamos que se instalava certo desconforto na interlocução, pois evitavam falar, de forma mais detalhada, sobre esse assunto. Às vezes, chegavam mesmo a desconversar. Aqui se deixava transparecer um receio em relação aos assuntos da empresa e do trabalho, como forma de se proteger de alguma possível penalidade. Nesta situação, aflora a questão do “segredo” entre os sujeitos pesquisados, a respeito do qual vem discorrer Berreman:

As impressões, que o etnógrafo e os sujeitos procuraram mutuamente, são portanto, as que julgam ser favoráveis à consecução de seus objetivos respectivos: o etnógrafo procura obter informações sobre a região interior; os sujeitos procuram proteger seus segredos, já que representam uma ameaça a imagem pública que desejam manter. Nenhum deles poderá ter sucesso absoluto (BERREMAN, 1980, p 142).

Numa das reflexões ocorridas durante a hora do “lanche”, pela manhã, a gerente iniciou sua fala, abordando o seguinte tema: “A dinâmica do trabalho na empresa”.

Diante de algumas ideias oriundas dessa conversa, a gerente perguntou ao grupo o que seria mais importante na empresa. Uma funcionária respondeu dizendo que as pessoas eram mais importantes. Por isso, precisava ter união e empenho entre todos, para conseguir superar os problemas de cada um e ter um bom desempenho no trabalho. Ela também se referia à importância de todos poderem se ajudar, quando houvesse necessidade.

Ao término dessa conversa realizada na hora do “lanche”, pudemos formular a seguinte hipótese: se ao investir no zelo pelo “bem estar” dos funcionários, através da hora do lanche, não se estaria, na verdade, buscando ampliar o seu desempenho, gerando uma maior produção, o que implicaria numa preponderância do capital sobre o humano.

Diante dessa questão, poderia ser recuperado para a análise o que Maria (a esposa de Paulo) expressou como maior desafio a ser enfrentado por uma empresa da EdC: *“Caminhar com a mesma largura de passos no aspecto da eficiência da empresa e no aspecto da comunhão”*⁹¹.

O que as reflexões feitas na hora do “lanche” pareciam propagar era o “valor” que as inter-relações precisavam ocupar na vida da empresa e dos funcionários, podendo também ser estendidas para a vivência familiar.

Frequentemente, alguns funcionários diziam que enfrentavam problemas de relacionamento em casa e que a empresa representava para eles uma “segunda família”, pois tinham a motivação de expressar o que sentiam. Diziam também que havia entre eles uma “combinação”, que gerava laços de afinidade e de amizade, permitindo-lhes partilhar a vida e os problemas uns com os outros. Em relação a isso, dizia Isabel: *“Aqui a gente vive numa família, se ajudando. Então, a gente pode se sentir uma família, né William? Assim podemos nos ajudar”*.

Um detalhe que gostaríamos de registrar no setor de produção é que não havia ninguém fiscalizando ou fazendo cobranças durante os horários de trabalho, apesar de as bolsas não estarem sendo montadas por falta de material. A gerente chegava à empresa por volta da nove horas e saía ao meio dia para o almoço, retornando a partir das quatorze horas. Às vezes, quando ia realizar alguma atividade extra, só comparecia à empresa em um dos turnos. Diante disso, percebemos que a presença da gerente não

⁹¹ E aqui vale reforçar que a empresa ainda não estava montando as bolsas, pois as lonas ainda não tinham vindo de São Paulo.

causava maiores alterações no comportamento e no desempenho das tarefas realizadas pelos funcionários. Certa vez, escutamos a gerente afirmar: *“Estes meninos são conscientes das suas responsabilidades”*.

Noutro momento, achei interessante a resposta de um dos funcionários, quando lhe perguntei se no futuro pretendia arrumar um trabalho mais próximo a sua casa. Ele respondeu:

Pra mim num tem esse negócio de dinheiro não, o que importa é que tô fazendo o que gosto. Antes trabalhava com meu pai de vendedor ambulante. Aqui tenho a segurança. É carteira assinada. Já recebi duas propostas de emprego. O salário era até melhor. Mas num quis não.

Pudemos perceber, com isso, que aquele jovem, de alguma forma, parecia ter estabelecido “laços de afinidade” com os que compõem a empresa, inclusive os colegas de trabalho. Para ele isso estaria acima de uma proposta de salário melhor. Esse mesmo funcionário, noutra ocasião, havia partilhado a respeito do acolhimento que teria tido pela direção da empresa, quando a ela veio pela primeira vez pensando em fazer o curso de bolsas. Dizia ele: *“Eu vim aqui mais por curiosidade, nem tinha muita intenção de ficar. Fiquei porque me senti bem acolhido por todos. Aí tomei gosto!”*.

A partir da análise aqui realizada, poderíamos destacar o aspecto da “confiança” e dos laços de amizade/afinidade vivenciados pelos funcionários, sobretudo, a partir de uma interação com a gerente da empresa. Nestas circunstâncias, valeria para nós retomarmos a idéia anunciada por Mauss (1979, p 163) ao fundamentar que nas relações nem tudo está condicionado pela lógica da compra e venda. Para além da moral dos comerciantes, fruto de costumes e tradições, ainda existe um valor sentimental desencadeado pelas pessoas e que as uni, em força dos vínculos que são consolidados nas relações do cotidiano.

Até aqui foram apontadas pistas que expressam o esforço da Dalla Strada para concretizar os princípios do dom/partilha e da reciprocidade anunciados pela EdC, embora os jovens carentes que compõem o quadro de funcionários da unidade de Igarassu não sejam oriundos da “rua”, como, de fato, ocorreu na época em que havia a parceria com a Casa do Menor. No entanto, o que temos aqui é uma visão parcial da empresa, quando, na verdade, consideramos também em nossa análise a filial recém aberta em São Paulo, da qual falaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO IV

DALLA STRADA E O CAPITALISMO

(Unidade de São Paulo)

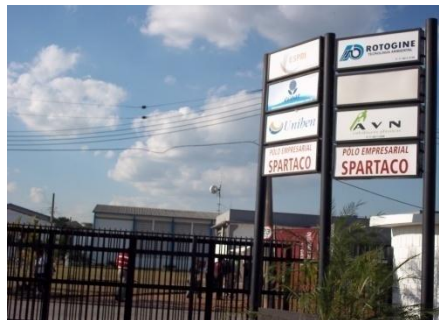


Figura XI: entrada do Polo Spartacus onde está localizada a Dalla Strada
Foto: William Soares



Figura XII: prédio onde funciona a Dalla Strada, no 1º andar (Foto: William)



Figura XIII: visão interna da empresa (Foto William Soares)

Ainda no intuito de obter características que nos permitam “desenhar o rosto” da Dalla Strada, propomos, neste capítulo, debruçar nossa atenção sobre a “filial” desse empreendimento em São Paulo, cujas figuras acima nos retratam a estrutura física da

empresa. Trata-se, então, de outro espaço, cujas disposições físicas e interacionais, que envolvem os vários sujeitos, apresentam peculiaridades que merecem nossa atenção.

Por essa razão e pressupondo as ferramentas etnográficas já referenciadas no capítulo anterior, é que pretendemos aqui alargar nosso “locus” de pesquisa, levando em consideração, neste “novo” universo de análise, os elementos que tornam possível uma aproximação ou distanciamento entre os dois empreendimentos em questão. É isso que nos possibilitará ter uma visão mais nítida em torno da descrição da Dalla Strada. Para isso, estendemos o raio da nossa pesquisa para além do âmbito da empresa, considerando também os vários diálogos estabelecidos com pessoas que têm relação, mesmo que indiretamente, com este empreendimento.

Isso, de certa forma, ajudou na análise das situações sociais vivenciadas pelos sujeitos pesquisados, sendo por nós acompanhados e que exprimiram suas reações, também de forma implícita, em determinadas situações. Em vista disso, faz-se necessário considerar, no decorrer desta análise, a importância das micro-relações através das quais os indivíduos interagem e a elas se contrapõem. Em relação a isso, Van Velsen apresenta-nos as seguintes considerações:

A diferença, como já indiquei, pareceria estar, antes, no fato de que as descrições estruturais não nos fornecem uma série de eventos inter-relacionados que mostram como, numa estrutura específica, indivíduos lidam diante das escolhas com as quais são confrontados (VAN VELSEN, 1987, p 360).

Ao expor na nossa pesquisa o cotidiano da empresa de Igarassu, bem como as discussões ocorridas na Assembleia Internacional da EdC e, posteriormente, o trabalho realizado junto ao empreendimento de São Paulo, retomamos a seguinte questão: é possível um empreendimento da EdC nos moldes propostos por esta perspectiva econômica? É justamente aí que incidirá nossa aposta, vale reforçar: a de saber até que ponto os princípios da EdC podem coexistir num contexto de mercado capitalista, sem que por ele seja cooptados. Daí, o desafio e a necessidade de se continuar “desenhando o rosto” da Dalla Strada.

No entanto, ao destacarmos o capitalismo neste capítulo, não significa dizer que tal problemática não tenha perpassado todo este trabalho. Aqui, de forma mais contundente, essa dinâmica pôde ser constatada.

De imediato, merece atenção o fato de a empresa de São Paulo apresentar um corpo gestor composto por três sócios, motivo pelo qual decidimos investigar como interagem, inclusive, em relação aos funcionários, essa configuração de governo da

empresa. Com isso, de antemão, já nos deparamos com uma das diferenças que julgamos de relevância em relação ao empreendimento de Igarassu, que não tem influência dessa sociedade. Apesar de serem “independentes”, as duas unidades têm o mesmo nome e se dizem guiadas pela mesma dinâmica e princípios da EdC. Desta forma, foi aguçado ainda mais nosso interesse de procurar vencer o desafio de elaborar um perfil da Dalla Strada.

4.1- A Dalla Strada

O propósito agora é de apresentar como se deu nosso primeiro contato com a empresa de São Paulo, sobretudo, procurando registrar algumas situações ou fatos que já nos despertam curiosidade e atenção.

Assim sendo, no mesmo dia em que foi encerrada a Assembleia Internacional da EdC, fomos acolhidos, gratuitamente, juntamente com o sócio Paulo e sua esposa Maria, na casa da senhora Marta, que é uma das sócias da Dalla Strada.

Ainda na empresa de Igarassu, havíamos negociado com o sócio Paulo, através de um telefonema, a possibilidade de permanecer em São Paulo por mais duas semanas, com o objetivo de dar continuidade à pesquisa de campo.

No dia seguinte, fomos até a empresa junto com o sócio Paulo e sua esposa Maria, bem como um grupo de italianos que havia participado da Assembleia Internacional da EdC, dentre os quais havia um professor de economia e uma pesquisadora da EdC.

Já havíamos tido um contato anterior com a Dalla Strada, juntamente com os participantes da assembleia, através de uma visita realizada à empresa durante a realização desse evento. Esta segunda visita à empresa representava o início do meu processo de inserção no universo social desse empreendimento.

Segundo pudemos constatar, neste segundo momento em que estivemos junto à empresa, foi realizada uma reunião⁹², na qual houve um esforço para que todos os membros pudessem se apresentar e falar um pouco sobre sua experiência de trabalho

⁹² Na sala da reunião estavam presentes os oito funcionários da empresa de São Paulo (a faixa etária dos jovens oscilava entre 15 e 20 anos), inclusive sua gerente, três funcionários da empresa do Recife, um instrutor de fabricação das bolsas e cinco italianos.

junto à Dalla Strada. Aqui se tornou perceptível a intenção de que a empresa pudesse causar uma boa impressão para o grupo de italianos que ali se encontrava, sobretudo, uma cooperativa italiana “Equiverso”, cuja representação também se fazia presente, que comercializava parte das bolsas produzidas pela empresa na Itália. Nesta reunião, estavam ausentes as outras duas sócias.

Ora, já que se tratava de um encontro que deixou transparecer uma significativa importância para o empreendimento, que estava sendo retratado e apresentado para um grupo de estrangeiros, julgamos um tanto curioso não ter havido uma participação interativa entre os componentes que formam o núcleo gestor da empresa de São Paulo. A partir daí, intuímos a seguinte questão: a de saber como se dá o contato entre os três sócios, sobretudo, a percepção de cada um em relação à Dalla Strada.

Diferentemente do que ocorreu no empreendimento de Igarassu, nosso contato com a empresa de São Paulo, a partir dessa reunião, não causou maiores preocupações em relação a nossa aceitação no grupo. Possivelmente, isso pode ser justificado pelo fato de a reunião ter sido composta por outras pessoas que não faziam parte do universo cotidiano dos membros da empresa.

A sensação que tivemos junto a este público tão diversificado, mas ao mesmo tempo “familiar”, inclusive, porque já havíamos tido um contato com a maioria durante a realização da assembleia, além de ter convivido, de forma mais próxima, junto aos funcionários de Igarassu, foi de proximidade e de certa espontaneidade. Certamente, isso concorreu em favor do nosso trabalho de pesquisa. É o que a observação de Velho vem reforçar:

Embora familiaridade não seja igual a conhecimento científico, é fora de dúvida que representa também um certo tipo de apreensão da realidade, fazendo com que as opiniões, vivências, percepções de pessoas sem formação acadêmica ou sem pretensões científicas possam dar valiosas contribuições para o conhecimento da vida social, de uma época, de um grupo (VELHO, 1978, p 44).

Entretanto, nesse espaço de reunião que agora se constitui a “porta de entrada” para a segunda etapa da minha pesquisa junto à empresa, pudemos atinar para a necessidade de cautela em relação aos “dados” daí extraídos, pois, em algumas situações específicas, estes podem ser apenas discursos que não revelam a realidade de fato. Em relação a isso, adverte Augras: “*O informante não nos oferece dados, ele nos fornece um discurso*” (AUGRAS, 1997, p 135).

Naquela ocasião, portanto, pude perceber grande entusiasmo na forma como a empresa estava sendo apresentada aos italianos, que, por sua vez, encontravam-se ali para escutar os relatos sobre as “experiências de comunhão” vivenciadas pelos funcionários da Dalla Strada, incluindo também a empresa de Igarassu. Esse objetivo foi anunciado por Maria mais ou menos nestes termos:

Nós estamos aqui juntos e precisamos crescer na comunhão! Estamos reunidos aqui para contar um pouco as “experiências de comunhão” que vivenciamos na empresa, também lá em Igarassu. (...) Os italianos estão aqui e querem escutar as experiências de vocês, que são vivenciadas nos momentos de reflexão da empresa, que são os “instrumentos de comunhão”.

A Dalla Strada parecia representar para os adeptos da EdC e, de certa forma, para o Movimento dos Focolares, um dos exemplos de “concretização” e de “sucesso” em relação aos princípios defendidos por esta perspectiva econômica.

Desta forma, tiveram grande destaque na reunião os chamados “instrumentos de comunhão”. Trata-se de um espaço de tempo diário, de mais ou menos meia hora, promovido pela empresa, em que são realizadas reflexões, partilha de problemas e avaliações de autoajuda. Essa atividade destina-se a todos os que compõem a empresa, inclusive, à direção. Por essa razão, várias vezes durante a reunião, o sócio Paulo e sua esposa Maria conclamavam os funcionários para que contassem suas “experiências de vida”. Em relação a isso, vale destacar uma nota do caderno de campo:

(...) Dito isso, a esposa de Paulo pediu para outra funcionária contar como o grupo de Recife se mobilizou para que três deles pudessem participar da “Jornada Mundial da EdC”. A funcionária interpelada falou que os sete membros da empresa organizaram feirinhas com roupas usadas e confeccionaram aventais de cozinha para serem vendidos. Em suma, todos se mobilizaram, segundo ela, como forma de ajudar a pagar as despesas dos colegas em São Paulo.

(...) A esposa de Paulo continuou intervindo ao perguntar ao grupo de São Paulo: *“Vocês brigaram alguma vez? Houve discussões? Digo isso para que não se tenha a impressão de que se está em outro planeta, né?”*.

Paulo, então, tomou a palavra e disse que, logo quando a empresa começou a funcionar, houve uma discussão entre dois funcionários. Foi um conflito bastante acirrado, mas que tinha havido a superação desse impasse.

(...) Paulo interfere reafirmando que a empresa é um ambiente de família. E diz para todos que, no momento em que a funcionária envolvida no conflito falava, uma outra, que estava próximo a ele, falava baixinho que a empresa era a família que ela não tinha.

(...) Paulo pediu para que outras pessoas também contassem algum fato vivenciado.

(...) Uma funcionária de Igarassu falou que leva a experiência vivida na empresa para a sua vida. Procura respeitar mais as pessoas, pedir sempre desculpas quando está errada, cumprimentar

as pessoas. Em suma, diz querer sempre o bem do outro. E conclui sua fala dizendo: *“Posso dizer que a Dalla Strada é uma empresa que realiza sonhos”*.

Nesse momento, Paulo perguntou para ela que sonhos seriam esses. Ela falou: *“Primeiramente, realizei meu sonho de comprar minha moto e depois realizei o sonho de estar aqui. Queria muito estar aqui em São Paulo para participar da Jornada da EdC e estar com vocês aqui”*.

(...) Paulo disse: *“Somos iguais”*. E acrescenta: *“Enquanto vocês estão falando, alguém cutucava perto de mim, dizendo que gosta de trabalhar na Dalla Strada porque ela é igual a mim”*.

Toda a conversa que se instaurou naquela ocasião, de certa forma, parecia impedir que as intervenções e relatos dos funcionários, embora que se levando em consideração o possível estado de timidez de alguns deles, transcorressem com naturalidade. É como se os pontos que foram tratados na conversa concorressem para a “legitimação” de uma determinada imagem de “sucesso” a ser repassada para os presentes. E aí está o nosso desafio: procurar ir além do que se apresenta para nós, numa perspectiva de se revelar os “bastidores ocultos”. Em relação a isso, Berreman (1980) faz a seguinte recomendação:

O controle das impressões constitui um aspecto de qualquer interação social. Trata-se aparentemente, de uma condição necessária à continuidade da interação social. Para uma pesquisa etnográfica competente, é essencial compreender a sua natureza e os desempenhos resultantes. Devem ser empregados procedimentos metodológicos que revelem não só o desempenho montado para o observador, mas também a natureza dos esforços empregados na sua produção e a situação de bastidores que oculta (BERREMAN, 1980, p 174)

Ainda em tom de “bom êxito”, Paulo reporta-se à experiência empresarial de Igarassu, na qual ele faz referência ao que Bruni lhe teria dito em relação ao empreendimento, quando ainda estava iniciando com a participação dos jovens vindos da Casa do Menor, ao afirmar que via ali o “arco-íris” da EdC.

Isso pareceu suscitar uma reação extremante positiva entre os italianos, a ponto de haver uma confirmação do sucesso da Dalla Strada. Alguns deles reagiram através de colocações, dentre as quais destacamos as seguintes:

Esta experiência que vocês estão fazendo é muito especial. Está nos ensinando muito! Quando se procura viver desse modo, vocês têm uma característica particular: vocês têm uma coragem imensa! Coragem de fazer a “hora da verdade” e no modo como vocês a estão fazendo. Coragem de uma grande qualidade! Tem que lembrar a natureza do homem. Coragem livre e rica de respeito e amor pelo outro. Eu gostei demais das experiências de vocês!

(...) Queremos ter essa experiência, com essa característica, com essa vida nos vários Pólos, que é o futuro da EdC, é este “arco-íris”. Que se possa concretizar isso na experiência na Itália (transcrição de uma gravação).

Contudo, em momento algum, os responsáveis pelas empresas, que estavam na reunião, fizeram referência à parceria com a Casa do Menor, que deu origem a Dalla Strada e o seu propósito de “formação” e de profissionalização de jovens “vindos da rua”, e que, posteriormente, foi desfeita tal sociedade. E aqui nos perguntamos a respeito do motivo pelo qual esta informação não foi referida pelos responsáveis da empresa.

Tudo leva a crer que o esforço da reunião se deu na direção de uma apresentação que garantisse uma adesão e um trabalho de equipe, nos moldes que apresenta Goffman (1975), no qual o conflito, que é inerente ao mundo social, é cuidadosamente evitado.

4.2 – As disposições da empresa

Agora, convém que lancemos nosso olhar, de forma mais específica, para a estrutura da Dalla Strada, com o propósito de situar e contextualizar o espaço, em torno do qual vivenciamos uma rotina de pesquisa. Vale ressaltar também que procuramos contextualizar as disposições físicas e humanas da empresa, à luz da percepção de outras pessoas ligadas à tessitura da EdC e do Polo Industrial Spartacus e que, de alguma forma, contribuíram com esta abordagem acerca da Dalla Strada.

Com a finalidade de se estabelecer uma convivência com os que fazem esse empreendimento, nossa inserção nesse ambiente se deu na mesma trajetória cotidiana dos funcionários. Acordávamos às seis horas e nos dirigíamos até o ponto, próximo da residência onde estávamos hospedados, para pegar o transporte que conduzia os funcionários até a empresa, todos os dias.

Era um percurso relativamente rápido, de aproximadamente 4 km, até a empresa. Porém, pudemos notar que essa distância era acrescentada, pelo fato de o carro ir pegar algumas funcionárias em suas casas. As atividades da empresa iniciavam às sete horas com o momento de reflexão, que durava entre quinze minutos ou meia hora (às vezes, estendia-se um pouco mais).

Diferentemente das disposições geográficas do empreendimento de Igarassu, a localização da empresa de São Paulo é bastante favorável do ponto de vista comercial.

A via de acesso até o Polo Industrial Spartacus conta com uma pavimentação em bom estado de conservação, sendo um ponto favorável para o transporte e comercialização dos produtos que são fabricados.

Apesar de ainda não ser o espaço definitivo de ocupação da Dalla Strada, suas instalações provisórias pareciam suficientes e adequadas para o número de funcionários. Era um ambiente agradável e arejado, que estava correspondendo às necessidades básicas da empresa, que há quase dois meses havia iniciado ali suas atividades.

No entanto, a exemplo do empreendimento de Igarassu, alguns problemas ainda eram recorrentes na empresa de São Paulo, como o cheiro excessivo de cola que se espalhava por todo o ambiente de trabalho, fazendo-se notar, inclusive, no espaço da gerência. Percebemos que os funcionários não utilizavam máscaras adequadas nem proteção para a manipulação da cola, que era constante todos os dias, podendo implicar em danos futuros para a saúde. Com efeito, numa das conversas que tivemos com a sócia Marta, em cuja residência estávamos hospedados, ela expressava a seguinte preocupação: *“É uma dificuldade fazer aqueles meninos fazerem uso das máscaras. Eles resistem! Eles nem querem usar essas máscaras fininhas, imagina só o que eles vão fazer com máscaras apropriadas”*

Também pôde ser constatada uma situação precária no que diz respeito à alimentação dos funcionários. Havia a possibilidade de serem compradas quentinhas, mas este serviço era pouco requisitado. Notamos que alguns não traziam sua refeição de casa, ficando limitados apenas aos lanches que eram servidos na empresa.

Dadas estas condições, é que, mais uma a vez, poderíamos nos reportar aos princípios da EdC anunciados por Lubich (2004), dentre os quais as boas condições de trabalho devem ser zeladas e valorizadas pelos empresários que aderem a essa proposta econômica, de forma ainda mais intensa do que comumente ocorre nas demais empresas do mercado.

A partir destas constatações e também das discussões realizadas durante a Assembleia Internacional da EdC, julgamos necessário dedicar uma peculiar atenção à convivência entre funcionários e gestores das empresas. A partir disso, perguntamos se aí estaria incluso, para além dos critérios trabalhistas a serem observados pelas empresas do mercado, conforme a lei, uma preocupação de fornecer aos funcionários condições dignas de alimentação e de saúde?

Em relação ao quadro de funcionários, podemos declarar que era quase exclusivamente feminino. Havia apenas um rapaz, único remanescente da Casa do Menor, que tinha sido deslocado de Igarassu para São Paulo, para prestar um serviço de suporte técnico no processo de fabricação das bolsas. Ele era responsável pelo setor de produção da Dalla Strada. Duas funcionárias ainda moravam num abrigo para menores, cuja saída estava prevista para o ano seguinte, quando atingissem a maioridade. As outras residiam com suas famílias.

A partir destes dados, poderíamos retomar a questão de saber qual “rosto” a Dalla Strada apresenta, após ter sido desfeita a parceria com a Casa do Menor. E aqui já poderíamos inferir uma situação bem peculiar, levando-se em consideração os dois empreendimentos: a Dalla Strada ainda apresenta um quadro de funcionários, cuja procedência diz respeito aos que “moram nas ruas”, apesar de ter sido desfeita a parceria com a Casa do Menor.

Com isso, poderíamos dizer que a Dalla Strada continua correspondendo ao seu propósito de profissionalizar jovens “vindos da rua”, numa preocupação de inseri-los socialmente, a partir do mercado de trabalho.

Em relação às atividades de produção da empresa de São Paulo, deparamo-nos com uma situação que a diferencia, sobremaneira, do empreendimento de Igarassu: a empresa estava produzindo bolsas. E aqui despontou outro desafio: investigar a dinâmica das relações numa empresa, que se diz da EdC, em atividade de produção. Daí há necessidade de se analisar a maneira pela qual funcionários e diretores estabelecem suas relações e possíveis vínculos. No que diz respeito à produção da empresa, tem-se outra questão: a de saber como as bolsas eram apresentadas para a venda no mercado.

Em relação a isso, poderíamos destacar a estratégia da representante de vendas Ana⁹³ e a percepção da gerente Ester⁹⁴.

Embora a empresa de São Paulo trabalhe com o aproveitamento de retalhos de tecidos, que são doados por indústrias da região e que seriam jogados no lixo, com os quais são feitas as “mantas”, que eram utilizadas na fabricação das bolsas, as lonas também empregadas para esse fim não eram recicladas, diferentemente do que foi constatado na empresa de Igarassu. A partir disso, como, então, esses produtos estavam sendo apresentados ao mercado para a comercialização?

⁹³ Aqui utilizamos o pseudônimo “Ana”.

⁹⁴ Aqui utilizamos o pseudônimo “Ester”.

As bolsas confeccionadas na empresa de Igarassu e de São Paulo continham a mesma etiqueta, contendo uma frase que assegurava o diferencial de reciclagem das lonas. Propaganda enganosa? Em vista disso, é que poderíamos recorrer aos critérios da EdC previstos por Lubich (1984, p 26), sobretudo, ao destacar enquanto prioridade indispensável para as empresas o exercício dos princípios éticos e morais.

A representante de vendas, a quem tivemos a oportunidade de acompanhar em alguns momentos de sua função, assegurava para os clientes que as lonas eram recicladas, da mesma forma que era fortemente enfatizado o cunho social da empresa ao dizer que os jovens funcionários tinham “vindo da rua”. Isso, de certa forma, sensibilizava os comerciantes e estimulava as compras das bolsas.

Contrapondo-se a esta estratégia de vendas, a gerente defendia a ideia de que a boa qualidade dos produtos, bem como o seu “preço justo”, é que deveriam sobressair diante do mercado. Dizia, então: *“A empresa precisa eficiência, produto bom, preço justo. Agora, se depois de mais alguns contatos a pessoa vê algo diferente, aí sim, tem a oportunidade de falar no diferencial da empresa. Eu não concordo com essa forma de vendas que tá acontecendo, sabe”*.

Para a gerente, o cunho social da empresa seria uma consequência “espontânea” do processo de vendas. Por essa razão, as bolsas não deveriam ser vendidas em vista de um condicionamento sentimental, dado pelo cunho social da empresa, pois isso seria uma forma de se “instrumentalizar” a EdC.

4.3 – A Dalla Strada e os “instrumentos de comunhão”

Já que os chamados “instrumentos de comunhão” foram referenciados com tanta veemência na primeira reunião em que estivemos presentes na empresa, juntamente como o grupo de italianos, este foi o motivo pelo qual nos despertou o interesse em direcionar, de forma mais atenta, nosso olhar para tais “ferramentas”, levando em consideração também, quando oportuno, outras situações ou pessoas, como forma de ampliarmos nosso horizonte de investigação acerca da empresa.

Podemos indicar um fato que nos chamou a atenção: ao mesmo tempo em que constatamos a presença do sócio Paulo nos diversos momentos de convivência e de reflexão proporcionados pelo empreendimento, a sócia Marta não compareceu a

nenhuma dessas ocasiões, embora frequentasse a empresa diariamente. Em relação à terceira sócia, não presenciamos nenhum momento em que ela estivesse na empresa junto aos funcionários, nos dias em que passamos realizando a pesquisa.

Por essa razão, começou a se configurar a impressão de uma certa “desarmonia” e distanciamento das outras duas sócias em relação ao dia-a-dia da empresa e, sobretudo, no que diz respeito ao propósito da “comunhão” anunciado por Lubich (2004, p 26), segundo o qual devem ser estabelecidas relações de maior proximidade e de “familiaridade” entre empresários e funcionários. Em relação a esse critério, vale destacar a percepção de uma das pessoas ligadas à administração do Polo Spartacus quando dizia:

O perfil do empresário da EdC é aquele que consegue aliar a capacidade empresarial de risco com a EdC no seu dia-a-dia. Na lógica da EdC, existe uma diferença na relação patrão/empregado. O empresário precisa tomar consciência de que está lidando com parceiros e não simplesmente com empregados que vestem a camisa da empresa (anotação do caderno de campo)

Os chamados “instrumentos de comunhão” que eram utilizados pela empresa pareciam propiciar um espaço de grande importância para os seus participantes, que demonstravam disposição e empenho em prol da realização desse encontro.



Figura XIV: Momento de convivência (Foto: William Soares)

Toda manhã, as atividades da empresa iniciavam com o “momento de convivência”, conforme podemos visualizar na figura acima. Chamava nossa atenção o comportamento dos funcionários ainda no transporte, antes da chegada ao ambiente de trabalho, quando comentavam algum fato ou problema que havia sido “partilhado” no dia anterior, durante o referido momento. Diziam mais ou menos assim: *“Olha, ontem eu estava sentindo muita raiva, só vendo! Depois da ‘comunhão de almas’, fiquei melhor. Até tirei nota boa na prova da noite”*. Ou ainda: *“É... hoje eu vou desabafar um pouco”*; *“Tu tá com raiva de mim, daqui a pouco vamos conversar, viu!”*

Quando os funcionários chegavam à empresa, notávamos que a atenção de todos estava voltada para a arrumação das cadeiras em forma de círculo, para assim dar início ao “momento de convivência”, no qual iriam falar a respeito das suas vidas. Por essa razão, aquele espaço havia adquirido um significado “simbólico”, no qual seriam “solucionados” problemas da empresa e superadas rixas nos relacionamentos, numa perspectiva de ser restaurada a interação social.

De fato, durante uma das conversas, o funcionário Tiago expressou seu sentimento em relação a todos: *“Aqui na empresa eu vivo realmente com minha família”*. Como forma de se retratar um pouco a interatividade que havia nos momentos de convivência, é que destacamos alguns fragmentos de uma conversa realizada durante um dos momentos de convivência, que foram gravados e registrados no diário de campo:

(...) Retomando a reflexão do grupo, a proposta era de que cada um partilhasse um fato da vida positivo e outro negativo, caso houvesse motivação para tanto. Nem todos falaram. Destaquei a colocação de dois funcionários quando disseram que a vida é algo importante para eles.

(...) A gerente declarou que tudo em sua vida estava em função de Jesus. É tanto que havia alcançado uma graça por ter melhorado de um problema de saúde.

(...) Outra funcionária destacou um ponto negativo do dia anterior, pois havia esquecido o aniversário da mãe

(...) Neste momento de reflexão, estava presente a representante comercial da empresa, que logo partilhou como havia se dado seu envolvimento no mundo das drogas e a forma encontrada para superar esse desafio. (...) Após ter contado sua experiência falou que tinha sido muito importante para ela ter conquistado a confiança e o carinho do padrasto, com quem firmou laços de amizade e de “paternidade”. Disse ainda que naquele momento ela estava muito emocionada, pois o mesmo havia morrido no sábado passado.

(...) Depois disso, outra funcionária também se referiu a sua família, dizendo que, infelizmente, enfrentava conflitos com os irmãos e o companheiro da sua mãe. Continuou falando que o seu pai não queria que ela nascesse, pois desejava que em seu lugar tivesse nascido um menino. Mesmo assim, ela lembrou com muito afinco o que sua mãe havia lhe dito a respeito de um beijo que seu pai teria lhe dado quando ainda era um bebê. Ele já estava no leito de morte, disse a funcionária. Confidenciou que, mesmo assim, sente falta da convivência com o seu pai. Por esse motivo, existe um vazio em sua vida familiar. E concluiu sua fala dizendo que na empresa ela sente um ambiente fraterno, comunitário, pois todos têm proximidade uns com os outros. Na ocasião, vi que algumas meninas se emocionaram de alegria e se abraçaram, inclusive, com a gerente.

(...) O sócio da empresa Paulo retoma a palavra contando como havia se dado seu envolvimento com os Focolares. Ele tinha 16 anos de idade. Nessa época, sentiu vontade de fazer algo que contribuísse, de alguma forma, para melhorar a sociedade. Da sua família, destaca uma frase do seu pai ao dizer: *“Deus é pai, Deus é amor”*. Isso, diz ele, despertou o desejo de também procurar amar as pessoas, sobretudo, aquelas mais carentes. Embora não tivesse recebido amor do seu pai, sentia-se feliz por ter a oportunidade de expressar esse sentimento aos jovens e adolescentes com quem convive.

É claro para quem acompanha o cotidiano da empresa que o esforço se faz ampliando os espaços e as práticas de convivência. Então, temos a proposta de se “motivar” os funcionários a “exporem previamente” os seus problemas ou realizações, a exemplo das conversas a esse respeito que presenciamos no transporte quando nos dirigíamos até a empresa. Mesmo assim, poderíamos sugerir aí a dinâmica da dádiva formulada por Mauss (1974, p 70), uma vez que os presentes oferecidos tinham a função de criar vínculos de relações e de sentimentos entre as pessoas, suscitando a reciprocidade. No que se refere à empresa, os próprios funcionários poderiam corresponder aos “presentes doados” através das colocações partilhadas. Estas, por sua vez, eram acolhidas pelos demais, suscitando aí uma “obrigação” de reciprocidade entre os componentes da reunião, que retribuía os “presentes” através do “apoio mútuo” e também da partilha de suas vidas. Entre eles, então, a partir dessas relações, eram originados vínculos de sentimentos que os aproximavam uns dos outros. Uma dinâmica semelhante a que é realizada nos grupos de autoajuda como os Alcoólicos Anônimos (AA), por exemplo.

De alguma forma, os “laços consolidados” nessas reuniões eram fortalecidos no dia a dia da empresa e da vida dos funcionários. Poderíamos citar como exemplo o problema de moradia que duas funcionárias, ainda residindo num abrigo para menores,

iriam enfrentar em breve, tão logo atingissem a maioridade. Esse era um assunto e preocupação sempre recorrentes durante as conversas que tivemos com a gerente Ester. Ela dizia:

Tem um problema aqui na empresa que está nos preocupando muito: as duas meninas que moram no abrigo terão que sair de lá em breve. E agora? Temos de ver um jeito pra essas meninas morarem em algum lugar com dignidade. Elas não tem ninguém, só a nós mesmos. Semana passada, tive lá no abrigo. Quis saber como elas viviam.

(...) O ambiente era limpinho e organizado, mas era “frio” de relações. Falta ali amor de família que elas não têm. Paulo e Marta estão vendo como vão ficar as coisas (anotação do caderno de campo).

O “cuidado” com que este problema era tratado pela gerente e pelos dois sócios que frequentavam a empresa denotava que, para além dos interesses comerciais do empreendimento, aquele impasse era motivo de preocupação para os gestores da empresa, indicando aí a presença de elementos mais específicos em relação aos que são enfatizados comumente nas empresas mais tradicionais. Estaria aí, então, uma das marcas peculiares de uma empresa da EdC? Conversando com a sócia Marta, ela explicava: *“Tem também o problema das meninas que vão sair do abrigo. A gente tem que dar um jeito! Outras duas também estão para ser despejadas lá do Jardim Margarida, aqui perto, e eu estou vendo um jeito na justiça para que as famílias dali não sejam despejadas, inclusive elas”*.

Outra situação que merece destaque aqui diz respeito ao almoço. Mesmo que alguns funcionários não trouxessem sua “quentinha” para a refeição, os que tinham alimentos dividiam com todos, de forma que ninguém ficava sem comer. Nesta dinâmica, a gerente destacou a atitude de uma das funcionárias, denominando-a “fato de solidariedade”:

Nossa, aquela menina é surpreendente! Ontem eu comprei uma quentinha para dividir entre duas meninas que não trouxeram nada para o almoço. Hoje, ela notou que outra amiga não teve condições de preparar sua quentinha para o almoço. Logo, essa menina fez uma ‘vaquinha’ entre as outras colegas, inclusive, veio pedir ajuda a mim, para comprar uma outra quentinha para a que não trouxe comida. Imagino só a revolução que esta menina não deve fazer em casa, na escola e onde esta estiver. Isso é um fato de solidariedade (anotação do caderno de campo).

Esse “fato de solidariedade”, assim interpretado pela gerente, que pareceu “espontâneo” e “desinteressado”, sugere-nos um diálogo com a perspectiva da dádiva. Em relação a isso, Caillé (2006, p 31) irá utilizar os termos “generosidade” e

“desinteressamento” para esclarecer que, embora haja uma expectativa de retorno em relação ao dom oferecido, não se tem a garantia de que existirá uma reciprocidade, cuja retribuição será equivalente ao benefício doado. Desta forma, a dádiva admite a possibilidade de falha na reciprocidade

Voltando ao teor da interlocução instaurada com a gerente, em relação ao almoço, havia nela uma preocupação de que todos tomassem consciência da responsabilidade que tinham perante a própria refeição. Mesmo diante de uma situação financeira ainda precária do empreendimento, ela expressava o desejo de, no futuro, a empresa proporcionar um almoço comum para todos. Referindo-se aos funcionários, destacou o comportamento de Tiago, em relação ao qual especificou:

Aquele menino é o único que recebe dois salários. No momento ele não gasta nem com água, nem com luz, nem com aluguel. Gasta bastante com roupas, cigarros e diversão. E ainda não se deu conta das suas próprias responsabilidades. Ele é alguém que veio da Casa do Menor. Teve problemas de família, com drogas. Realmente, a vida dele não foi fácil. Mas aos poucos precisamos consertar isso, né?

Esta constatação da gerente em relação ao “desleixo” do funcionário está relacionada à problemática da chamada “formação para a vida”, que foi abordada por uma das funcionárias ligadas à administração do Polo ao mencionar:

Um dos maiores desafios enfrentados pelas empresas da EdC é de favorecer aos funcionários uma formação para a vida. Dar a essas pessoas as condições de se desenvolver, pelo menos de se enxergar enquanto pessoas. Uma das empresas aqui do Polo conseguiu melhorar o salário dos funcionários e dar cesta básica e ticket alimentação. Um dos funcionários continuou trazendo uma marmita com arroz e ovo para o almoço. É preciso criar condições para que a pessoa entenda que tem dignidade (anotação do caderno de campo)!

Retomando a perspectiva da dádiva, aqui parece reincidir a ótica de Marins (2006, p 90), ao argumentar que a maior contribuição de Mauss para a sociologia foi demonstrar que o valor das coisas não pode ser superior ao valor das relações. É o que o fragmento acima nos faz deduzir ao expressar uma preocupação com o ser humano e sua dignidade em meio à dinâmica do trabalho.

Ainda no que diz respeito à visão da funcionária do Polo, acima referida, os empresários ligados à EdC devem proporcionar melhorias de vida aos funcionários, mas sem colocar em primeiro lugar a intenção do retorno financeiro que isso lhes poderá render. Dizia ela: *“Eles precisam ver as pessoas não pelo que elas podem retornar para*

eles. O objetivo é alcançar a melhoria da sociedade como um todo. O que se deve fazer é tentar resolver a miséria como um todo”.

Embora não tenha sido verbalizado por esta funcionária, suponhamos que este seu raciocínio pede um tipo de dinâmica empresarial, cujas relações aí desencadeadas suscitem, em alguma medida, um vínculo entre as pessoas. Neste sentido, parece ser possível recorrer mais uma vez à dinâmica da dádiva, mais precisamente segundo a ótica de Caillé (2006, p 30), na qual o dom efetuado sem garantia de retorno visa estabelecer um elo entre as pessoas.

Em relação à empresa, podemos perceber que está se desenhando um cenário onde é possível notar a influência e o destaque da gerente Ester em relação aos funcionários. Para além da sua função administrativa, parecia que, em alguns momentos, ela encarnava a figura de uma “mãe”. O que nos leva a questionar se a pessoa, ao ser “escolhida” para determinada função na empresa, precisa demonstrar ter as qualidades necessárias ao projeto da EdC de se distinguir do capitalismo, onde o “maternal” se opõe ao mundo individualista e competitivo.

Vale salientar, então, o dia em que uma das funcionárias sentiu fortes dores de estômago e foi conduzida pela gerente, por duas vezes, até o hospital. Este episódio foi amplamente destacado no dia seguinte, no “momento de convivência”. A jovem que havia enfrentado problemas de saúde dizia o seguinte: *“Nossa, vocês nem imaginam como eu me senti filha da Ester. Senti muito amor dela comigo. Brigado mesmo!”*

Vale salientar que no dia em que ocorreu esse problema com a funcionária, outras duas, as que moravam no abrigo para menores, precisaram ausentar-se em função de um compromisso no abrigo onde moravam. Em vista disso, a produção de bolsas naquele dia foi bastante comprometida. Observei que o sócio Paulo, que esteve presente o dia inteiro na empresa, inclusive, ajudando na fabricação das bolsas, não expressou nenhuma reação adversa em relação à considerável diminuição da produção. A partir disso, em alguma medida, poderíamos nos perguntar se esta postura do sócio denotaria a supremacia das pessoas que compõem a empresa em relação ao processo de produção de mercadorias.

Assim, o comportamento do sócio em relação à problemática enfrentada pela empresa naquele momento parece sugerir o propósito da EdC defendido por Lubich (2004, p 33) quando a proponente preconiza que as empresas devem colocar no centro das suas atenções e atividades o bem comum dos funcionários. Nesta mesma

perspectiva, pensamos ser oportuno retomar a convicção de Mauss acerca da dádiva (1974, p 163), segundo a qual as coisas ainda têm um valor sentimental e não estão exclusivamente classificadas em termos de compra e de venda. Por esse motivo, as relações que se estabelecem ultrapassam a instrumentalidade de uma moral de comerciantes.

Retomando o “momento de convivência”, ainda vale ressaltar uma reflexão que foi realizada em torno do trabalho. Foi lida, então, uma mensagem, da qual destacamos o seguinte fragmento:

O trabalho é a maior das bênçãos
A vida humana não faz sentido se é apenas para existir. A vida só tem valor quando se trabalha. Só estamos verdadeiramente vivos quando estamos trabalhando. O dia que passamos sem fazer nada, ao léu, é um dia que passamos mortos.
Nada é mais desconfortável do que termos que ficar parados. Nenhum momento é mais maçante do que aquele que não temos trabalho. Muitas pessoas falecem logo que deixam de trabalhar, porque se desanimam achando que não tem mais o que fazer.

A discussão realizada em torno do fragmento chamava a atenção de todos para a importância do trabalho que faz parte do ser humano. Parece também que se desenhava aí um modelo em que todos são “iguais” e devem, igualmente trabalhar, sobretudo, como forma de se vivenciar a dignidade. Essa parecia ser a idéia chave.

A partir disso, era chamada a atenção dos jovens para a responsabilidade que deveriam ter na execução das suas tarefas. Isso porque havia muitas conversas e brincadeiras paralelas durante as atividades, minando assim o rendimento produtivo durante o expediente. Esta também era uma das preocupações da gerente quando dizia o seguinte:

Olha, esses meninos são muito jovens ainda. Estão despertando para o mundo do trabalho. Precisam ainda amadurecer suas responsabilidades. Tem dias que não produzem nem a metade do que deveriam. O que fazer com isso? Tem que ver... São muito castigados pela vida. É preciso paciência, mas também disciplina (nota do caderno de campo).

E aqui despontou uma questão: a de saber até que ponto a dinâmica do trabalho, aqui teorizada, poderia corresponder a uma prática de emancipação social ou, ao contrário, se isso incorreria numa forma de exploração do trabalhador mediante a “mais-valia”, recuperando a perspectiva marxista (MARX, 2003). Disto, poderíamos supor

que existe um embate entre os princípios da EdC e a dinâmica capitalista, que ainda será referenciada, de forma mais detalhada, na próxima seção.

No que diz respeito às tensões ocorridas nos relacionamentos da empresa, fazendo referência, de forma específica, aos funcionários, percebemos que não havia um confronto direto entre a gerente e os que haviam cometido alguma infração. Na maioria das vezes, essas questões eram discutidas no “momento de convivência”. De que forma? Fundamentava a gerente mais ou menos nestes termos:

Sabe, há pouco nós enfrentamos um problema de comportamento muito sério entre as meninas. Soube que elas estavam se insinuando para os rapazes do Pólo, na hora do trabalho. Aquilo causou uma confusão. Eu não estava na empresa naquela ocasião. Quando me disseram, tive vontade de reagir à altura. Mas me contive. Optei por trazer um texto para ser refletido na hora da partilha. Aquilo surtiu o efeito desejado: elas mesmas viram seu erro, se desculparam e se abraçaram.

Eis o fragmento do texto:

O encontro

A vida é um contínuo encontro: De pessoas, de caminhos, de opiniões; Encontro de sentimentos e de corações. De cores que se confundem em harmonia. E de sons que se transformam em sinfonia.

Quero também encontrar na escuridão o meu caminho, sentir a emoção e dar o meu carinho para construir com amor e sentir a emoção, e dar o meu carinho para construir com amor e sinceridade um mundo repleto de amizade.

Quero que o encontro seja eterno, De mãos dadas e alegria no coração, numa vida de contínua integração, Onde os homens encontrem solução para construir um mundo de compreensão.

Aqui nos deparamos com as tensões vivenciadas pelos funcionários da empresa, mediante as quais despontava o espaço do “momento de convivência”, onde eram discutidas e avaliadas, numa perspectiva de superação de tais problemas. E aqui temos representada a cinética do conflito, cujo confronto entre partes divergentes, além de “destruir”, abre uma perspectiva para a reestruturação e harmonia do espaço social. É o que nos vem inferir Simmel (1983, p 122).

4.4 – O embate: EdC X Capitalismo

Neste tópico, debruçaremos-nos mais detalhadamente sobre o problema que pontuou todo este trabalho: os princípios da EdC em meio à dinâmica do mercado capitalista. De forma mais contundente, no empreendimento de São Paulo é que nos deparamos com certas ocasiões em que foram evidenciados conflitos e tensões, demarcando assim, posturas diferenciadas entre os dois sócios que frequentavam a Dalla Strada.

Primeiramente, pude constatar certa “insatisfação” da sócia Marta em relação a algumas visitas que eram realizadas na empresa, inclusive, por pessoas do próprio Movimento dos Focolares. A nossa presença na condição de pesquisadores também lhe causava certo incômodo, já que isso, segundo ela, poderia causar algum tipo de atraso na dinâmica de produção da empresa. A justificativa para isso, é que o empreendimento precisaria atingir a meta de fabricação de trezentas bolsas mensais, para que pudesse honrar todos os seus compromissos, tornando-se um negócio economicamente viável. Como forma de se elucidar esta situação, é que destaco uma nota do diário de campo:

No dia seguinte, acordei e desci às 06h00min para ir pegar a condução até a empresa. Quando passei pela cozinha, vi que estavam à mesa, tomando café, Paulo, a sócia Marta e o seu esposo. Aproximei-me e fui convidado para participar daquele momento.

Enquanto eu tomava o café, a sócia perguntou-me até quando eu iria permanecer na empresa, pois ela precisava entender algumas coisas... Falou que nos últimos dias muitos visitantes foram à empresa e que isto havia comprometido o ritmo da produção.

Reagi a isso dizendo que, caso eles concordassem, eu precisaria permanecer na empresa por mais uma semana. Paulo logo interveio e disse que minha presença entre eles não estava atrapalhando em nada a produção.

Após sairmos da mesa, ele me disse que eu poderia ficar na empresa o quanto quisesse para realizar a pesquisa e me pediu desculpas pelo constrangimento.

E aqui começa a ser desenhado, de forma mais explícita, um cenário controverso, no qual se encontram em cena, sobretudo, os dois sócios, cujas posturas se apresentam bem diferenciadas.

Essa situação se refletia também na empresa. Em relação à sócia Marta, podemos mencionar que sua presença no ambiente de trabalho causava apreensão de todos os que ali estavam. Eram constantes as suas reclamações pela falta de organização do material de trabalho, além de se contrapor diretamente a funcionários que estivessem desatentos ou com alguma conversa paralela. Existia ali um clima de tensão. Isso parecia atrapalhar o ritmo da produção.

Este tipo de comportamento parecia reproduzir a postura de um chefe bastante exigente e sem paciência com os seus subordinados. Em algumas situações, a sócia exigia insistentemente maior empenho e organização dos funcionários, dizendo: “*um ambiente organizado, produz mais*”.

Para além da preocupação que se deve ter em relação à sustentabilidade da empresa, tal comportamento um tanto desmedido da sócia em relação aos funcionários sugere também uma “racionalidade capitalista”, que está alicerçada na dominação dos trabalhadores em favor de uma produção e lucro sempre crescentes, sem que se levem em conta as condições e limitações da força de trabalho. No caso específico da Dalla Strada, sua mão de obra ainda estava sendo preparada, pois se tratava de jovens oriundos de situações adversas da sociedade. Portanto, o que estava se apresentando como uma “racionalidade capitalista” nos sugere relações de poder, a respeito das quais discorrerá Foucault:

Uma relação de poder, ao contrário, se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis por ser exatamente uma relação de poder: que “o outro” (aquele sobre o qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como o sujeito de ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis (FOUCAULT, 1995, p 243).

Só que, como ainda nos reforça Foucault, “*A partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência*” (1979, p 241). Como, então, isso ocorria no ambiente de trabalho?

O comportamento da sócia diante de todos os que estavam na empresa, inclusive, do sócio que fazia parte da gestão, gerava um silêncio que só era quebrado quando alguém reagia para responder a possíveis perguntas ou para “concordar” com alguma ordem. Esta situação deixava transparecer um tipo de resistência, cuja reação direta/verbalizada e imediata estava contida. Esse tipo de conflito, cujo confronto direto

está imerso num determinado contexto, é considerado e fundamentado por Van Velsen, a partir da seguinte colocação:

Uma das suposições na qual a análise situacional está baseada é a de que as normas da sociedade não constituem um todo coerente e consistente. São ao contrário, freqüentemente vagas e discrepantes. É exatamente este fato que permite a sua manipulação por parte dos membros da sociedade no sentido de favorecer seus próprios objetivos sem necessariamente prejudicar sua estrutura duradoura das relações sociais. Por isso, a análise situacional enfatiza o estudo das normas em conflito (VAN VELSEN, 1987, p 369).

No que se refere ao “clima” de apreensão e de silêncio que se instalava na empresa, no momento em que a sócia estava presente, Paulo defendia o seguinte ponto de vista: *“Sabe, o mais fácil seria eu reagir de imediato àquele tipo de postura, que é contrária à EdC. Só que tem um esforço muito maior quando a gente procurava ouvir o outro e ajudar o indivíduo a entender seus próprios erros. Se constrói amando e ajudando o outro a dar passos”*.

Outra situação que merece ser referida, segundo foi relatado pelo sócio Paulo, diz respeito a uma reunião realizada entre os sócios. Lá havia uma pessoa de negócios que se fazia impor através de ideias e propostas, cujo objetivo era de estender a parceria da unidade de São Paulo até a empresa de Igarassu, que enfrentava dificuldades financeiras, acelerando assim os seus rendimentos.

Diferentemente dos princípios da EdC, segundo o sócio, o que a reunião deixou transparecer foi a lógica capitalista, que relegava ao segundo plano o processo de “formação” e de convivência entre os funcionários e gestores. Por esse motivo, o sócio Paulo e sua esposa Maria teriam recusado tal proposta. Em relação a isso, afirmou Paulo: *“Se a empresa agora está em São Paulo, foi por amor aos jovens. Não vejo sentido nesta proposta”*. A percepção que se tem a partir desse impasse sugere um confronto direto entre os princípios da EdC e a “lógica” capitalista.

Desta forma, supondo que o motivo principal da instalação do empreendimento em São Paulo fosse “o amor pelos jovens”, conforme a ideia do sócio, não estaria aí representada, a partir da figura idealizada da própria empresa, uma “dádiva” que estava sendo oferecida aos jovens, mesmo diante dos impasses constatados? No entanto, não podemos deixar de considerar também, como suposta razão da abertura deste empreendimento em São Paulo, o que aparentou ser um forte propósito de “legitimação” do “sucesso” da EdC, através da Dalla Strada.

A esta altura, poderíamos reforçar como um dos problemas a ser enfrentado por esta empresa o comportamento diferenciado dos sócios em relação aos princípios da EdC. Frente a isso, a gerente expressava a seguinte percepção em relação à sócia: *“Ela não tem diálogo! Tem dificuldade de comunicação! Sabe, vejo que esta empresa não se destina só para a recuperação e formação de jovens, deve regenerar também os adultos que aqui convivem. Olha, grava esta frase, tá”*.

Entretanto, ao mesmo tempo em que era apontada essa dificuldade de relacionamento em relação à gestora, o sócio reconhecia nela certa capacidade de pedir perdão quando estava errada e de recomeçar. Em relação a isso, dizia: *“Marta é uma pessoa de temperamento difícil, mas tem a capacidade de pedir perdão quando está errada e de recomeçar sempre. Isso é positivo!”*

Houve também um impasse que poderia comprometer a moral de uma das funcionárias ou da representante de vendas: um suposto furto de parte do dinheiro das vendas das bolsas, por elas comercializadas, durante a Assembleia Internacional da EdC. Na opinião da sócia, a funcionária estaria envolvida nesta ocorrência. Entretanto, a gerente Ester discordava veementemente dessa possibilidade, argumentando o seguinte:

Acho que não foi nenhuma das duas. Isso é coisa da cabeça da Marta. Eu fiz mais ou menos meus cálculos e bateu com o número de bolsas que elas estavam vendendo. O grande desafio que temos aqui é reconhecer esses jovens, acreditar neles e dar uma chance para eles (anotação do caderno de campo).

Esse problema se instaurou a partir de um embate entre uma suspeita e sua consequente acusação, e os benevolentes sentimentos de estima e confiança defendidos pela gerente em relação às funcionárias envolvidas. Ora, diferentemente da postura da sócia Marta em relação aos que faziam parte da empresa, a gerente havia desencadeado um contato de maior proximidade junto aos funcionários, cujos vínculos, afetivos inclusive, além da sua previsão matemática em relação à venda das bolsas, parecia conferir-lhe maior credibilidade em relação ao seu ponto de vista.

O que gostaríamos de destacar aqui é a “confiança” enquanto elemento essencial e indispensável nas relações, tanto no plano das sociabilidades primárias quanto nas secundárias, a exemplo do mercado, como já analisamos no primeiro capítulo. A confiança, portanto, faz referência à perspectiva do “dom”. É precisamente isso que vem sugerir a percepção de Martins (2006, p 105).

Diante do exposto, podemos dizer que as tensões provocadas pelo comportamento da sócia não correspondiam aos princípios da EdC. Isso influenciava

negativamente as atividades da empresa, sobretudo, porque também repercutia na convivência entre os jovens. Em contraposição a isso, dizia a gerente: *“E preciso falar com esses jovens com a linguagem do amor”*.

Isso nos indica a possibilidade de retomarmos a perspectiva de Quintela e Arruda (2003, p 317) ao se referirem à Economia Solidária, sobretudo, quando defendem a possibilidade de serem estabelecidos vínculos nas relações em razão dos sentimentos, expressando, com isso, uma “economia do amor”.

Mediante as considerações aqui dispostas e em razão dos princípios da EdC, que foram discutidos de forma mais ampla no segundo capítulo, inclusive, por diversos empresários que se dizem adeptos dessa proposta econômica, vale reforçar, é que desponta o desafio de serem vivenciados os princípios da EdC, embora se perceba, em diversas situações, um esforço e “boa vontade” para tanto. E aqui vale considerar a percepção da funcionária ligada à administração do Polo Spartacus quando explicava: *“Tem empresários aqui no Polo que ainda não vivem a EdC. Bem, pelo menos estão abertos para isso. Os princípios da EdC não podem ser uma imposição, mas parte de uma sensibilização, é um processo...”*.

Com isso, então, persiste o desafio para os que procuram vivenciar os princípios da EdC, conforme a intenção de Lubich (2004, p 41), que é de também incluir nessa perspectiva econômica pessoas que não estejam envolvidas diretamente com o Movimento dos Focolares.

Em alguma medida, a Dalla Strada aparenta ser um exemplo desse propósito, sobretudo, quando os resultados nem sempre estão de acordo com a proposta econômica da EdC. Assim, vale recuperar a perspectiva da utopia, que é capaz de suscitar no indivíduo motivação e empenho pela concretização, mesmo que parcialmente, dos valores em que se acredita (MANNHEIM, 1986).

Podemos dizer, com isso, que existe um esforço de se praticar os princípios da EdC, sobretudo, entre os adeptos do Movimento dos Focolares, como também, há o propósito de que esta perspectiva econômica seja estendida para a sociedade, mesmo que os “resultados” estejam aquém do esperado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos aqui, a este lugar, para nos deixar questionar pela história, pela geografia, pelo “genius loci”, por aquele daimon que não é só individual, mas também comunitário, dos lugares, dos povos⁹⁵.

Este fragmento extraído do discurso de Bruni, por ocasião do encerramento das atividades da Assembleia Internacional da EdC, reforçou o nosso intuito de investigar o que está se apresentando na atualidade enquanto “Economia de Comunhão – EdC”, a partir de uma abordagem teórica e empírica, cuja pesquisa de campo foi realizada junto ao empreendimento Dalla Strada. Isso porque o próprio fragmento nos abre possibilidades para que sejam levantadas questões, mediante as quais possa ser instaurado um debate acerca dessa perspectiva econômica.

É justamente nisso que consiste a tarefa do pesquisador ao propor uma abordagem científica, que é pontuada pela dúvida em relação ao que comumente se adota enquanto pré-noções, isto é, ideias e conceitos que são incorporados por uma maioria de pessoas, sem que haja uma investigação mais apurada em torno de sua veracidade, tornando-se assim conhecimento vulgar ou senso comum. A dúvida metodológica, portanto, é um requisito essencial e indispensável, em relação à qual bem nos recomenda autores como Bourdieu (1999) e Durkheim (2003).

Esta abordagem sobre o campo da EdC, sobretudo, no primeiro capítulo, permitiu-nos galgar uma trajetória, em cujo percurso nos foi possível (re)encontrar e

⁹⁵ Fragmento extraído do site: <http://www.edc-online.org/it/home/speciale-brasile-2011/1696-l-edc-verso-il-2031.html> (acessado em 13/09/2011, às 04h45min).

(re)conhecer alguns elementos que nos sugerem uma “economia alternativa”, mesmo em meio à dinâmica do mercado capitalista.

O esforço teórico aqui realizado teve como ponto de referência a teoria da dádiva (MAUSS, 1974), em relação à qual analisamos as características do que se apresenta na atualidade de mercado enquanto “Economia Solidária” (ES) e, sobretudo, a “Economia de Comunhão” (EdC).

Em relação à dádiva, pontuamos o fenômeno dos “vínculos das relações” entre os indivíduos, mediante a concessão de benefícios como favores, gentilezas e p₁ – “dons” –, que são retribuídos de forma “espontânea”, mas ao mesmo “obrigatória” (MAUSS, 1974, p 41-42). Sendo esta a base “normativa” e regula conduta das economias antigas, Mauss (1974) ainda sugere o desafio de se reconhecer os princípios da Dádiva na sociedade atual, ao dizer que nem tudo está classificado em termos de compra e venda. Martins (2006, p 105) reforçará essa ideia ao “condicionar” o bom funcionamento da sociedade, inclusive da economia de mercado, ao exercício da dádiva.

Instigados, então, pela tarefa de se reconhecer os princípios da dádiva na sociedade atual, propomos como exemplo a EdC enquanto objeto de estudo da nossa abordagem. No entanto, se a EdC é um tipo de Economia Solidária (LUBICH, 2004), julgamos necessário estender um pouco nossa análise para o âmbito da ES, de onde foi possível sugerir alguns pontos de aproximação entre as duas perspectivas econômicas.

No que diz respeito à ES, em linhas gerais, vimos que se trata de um tipo de organização econômica, cuja dinâmica é apresentada como forma de resistência à exclusão e marginalidade sociais, em vista de uma produção e distribuição “alternativas” do capital, sobretudo, através das cooperativas de produção, como nos indica Singer (2003).

A ES, portanto, caracteriza-se pela autogestão econômico-solidária, conforme nos é apresentada. Por esta razão, está para além do objetivo das transações comerciais aí evidenciadas, por meio das quais sobressaem os chamados “vínculos de sentimentos”, conforme nos indicam Santos e Rodríguez (2005). É isso, de certa forma, que a perspectiva da dádiva supõe ao se referir às relações entre os indivíduos, que recebe a seguinte denominação: “vínculo de direito”, “vínculos pelas coisas” ou ainda “vínculo de almas” (MAUSS, 1974, p 56). Neste panorama, para Quintela e Arruda (2003, p 317) a ES tem como centro o “coração”, cuja energia provém do “amor”.

Em vista disso, poderíamos recuperar aqui a perspectiva de Marx e Engels (2003) ao argumentarem que o capitalismo estimula, em sua própria dinâmica, formas de resistência a sua lógica hegemônica, tornando-se, com isso, um cenário bastante conflituoso e controverso. Então, as características da ES e da EdC, analisados segundo os princípios da dádiva, parecem-nos fazer referência a esta “contradição” gerada pelo mercado capitalista.

A EdC, por sua vez, vem anunciar a ideia da “cultura da partilha” a ser praticada por empreendimentos, inclusive, particulares, cujos lucros devem ser postos em “comum”, de forma “gratuita” e “recíproca”, sobretudo, levando-se em consideração os carentes de bens materiais (“pobres”) que são os “protagonistas” deste projeto econômico (LUBICH, 2004, p 14).

Segundo esta premissa, tanto os “pobres” quanto àqueles que dispõem dos bens materiais (os empresários) seriam colocados num mesmo patamar de dignidade, já que todos, inclusive os “pobres”, de forma “livre” e “espontânea”, devem doar também as próprias necessidades, que corresponderiam a formas de dons, e de retribuir os benefícios recebidos (LUBICH, 2004, p 27). Isso implica que não se trata de uma mera ajuda caritativa (ou filantrópica) à qual se submeteriam os carentes de bens materiais. O objetivo principal da EdC é que, através da partilha dos bens materiais gerados pelas empresas, sejam instaurados relacionamentos de zelo e estima entre os envolvidos, através dos vínculos das relações. A origem, portanto, dos princípios solidários e comunitários remetem ao seio da própria família, como nos vem explicar Weber (1999, p 246).

Mauss (1974) parece referir-se ao propósito da EdC quando aborda o aspecto paradoxal que o “dom” apresenta ao ser “livre” e “desinteressado”, mas, de certa forma, “normativo” e “obrigatório”, uma vez que suscita a reciprocidade. Tudo isso numa perspectiva se serem reforçados os “vínculos de relações” entre as pessoas.

Foi com base nesta discussão que buscamos alargar mais o debate acerca da EdC no segundo capítulo, tendo como referência o espaço para discussão e debate que se instaurou no Brasil, a partir da chamada Assembleia Internacional da EdC. Aí houve momentos para reflexões, trabalhos em grupos e relatos de empresários, além de um “balanço” realizado em torno dos vinte anos de lançamento da EdC, no qual foram apontados alguns questionamentos, sobretudo, em torno da eficácia desse projeto econômico perante a economia de mercado atual e sua repercussão na sociedade.

Aqui vale retomar a questão que permeou todo o trabalho: o de investigar e analisar como os princípios defendidos pela Economia de Comunhão coexistem diante da lógica do mercado capitalista, cujo objetivo principal é de gerar e acumular, incondicionalmente, os lucros em detrimento da força de trabalho, subjugada assim pelo capital.

Ainda durante as videoconferências realizadas como forma de “preparação” para a Assembleia Internacional da EdC, chamou nossa atenção o fato de ter sido abordado por Bruni⁹⁶ o desafio de se pôr em prática a “vocação” desse plano econômico, cuja meta é de se tornar um “modelo” econômico, de cunho social, com o perfil da “comunhão”.

Dentre as implicações daí decorrentes, merece destaque o propósito de se lidar com a problemática da “pobreza”, numa perspectiva de inclusão e de “transformação” sociais, que é o principal objetivo da EdC (LUBICH, 2004). Segundo Bruni⁹⁷, conforme texto estudado na terceira videoconferência, deve-se incluir aí também o que ele chamou de “pobreza dos relacionamentos”, da qual procedem também a exclusão, a solidão, a falta de sentido para a vida, dos valores, etc. Com efeito, os “resultados” obtidos através da EdC não devem ser computados meramente a partir do número de empresas ou dos lucros que são “doados” para ajudar os necessitados. O que é destacado de mais importante são os relacionamentos, que devem ser estabelecidos entre todos os que estão inseridos na dinâmica da EdC, sobretudo, entre os empresários e funcionários.

Em relação a isso, Mauss (1974, p 56-58; 163) pode ajudar na análise do propósito da EdC, quando afirma que a dádiva é capaz de gerar sentimentos de estima e apreço entre os envolvidos na sua dinâmica, mediada pelos “benefícios” doados e retribuídos, firmando-se, a partir daí, vínculos de relacionamentos entre as pessoas. E ainda acrescenta que na atualidade – lembrando aí que Mauss (1974) se refere ao período de 1920 – não existe apenas uma moral de comerciantes, em que as coisas são classificadas em termos de compra e venda, mas sim relações permeadas por sentimentos e valores.

⁹⁶ Ver nota 52.

⁹⁷ Consultar nota 51.

A problemática inerente à “pobreza” é destacada durante a Assembleia Internacional, em torno da qual giraram discussões, debates e relatos de empresários ligados à EdC. Assim, em meio às questões consideradas no evento, convém destacar a indagação feita por Geneviève Sanze⁹⁸ em relação ao desaparecimento dos bens materiais dos que se propõem a doar parte dos lucros aos necessitados e a pôr em prática os princípios da EdC.

Nesta perspectiva, também cabe destacar a problemática levantada por Tortorella em relação à EdC, ao questionar a eficácia e exequibilidade da EdC perante o mercado e à sociedade⁹⁹. E aqui vale retomar o subsídio estudado na terceira videoconferência¹⁰⁰, no qual Bruni admite que o “ideal” econômico buscado a partir da EdC nunca será concretizado em sua plenitude. Implica, pois, num processo contínuo.

Nestas circunstâncias, vale considerar o que parece ser um esforço constante e contínuo dos que se dizem aderir aos princípios da EdC de procurar concretizá-los numa perspectiva teórica e prática. Por essa razão, Mannheim (1986) ajuda-nos a fundamentar esta situação, a partir do significado da utopia, como já foi referido, quando lança mão da realidade histórica e socialmente determinada, mas suscetível ao processo de mudança. Nesta perspectiva, a utopia incita e estimula a busca pela concretização dos ideais, mesmo que na iminência da sua realização parcial, em vista da contingência humana. Segundo o autor, sem a motivação oriunda da utopia, o ser humano estaria detido no seu próprio fechamento, tornando-se incapaz de protagonizar e modelar a própria história.

Este contexto também nos permite inserir a percepção de Brito (2006, p 131), segundo o qual a utopia evocaria também a dinâmica da dádiva, já que atua na realidade histórica e contingente, a ponto de valorizar e motivar o ser humano para a vivência de relações alicerçadas na solidariedade e na liberdade, mesmo em meio às dificuldades.

Entretanto, a Assembleia Internacional da EdC também deixou transparecer a intenção de “convencer” e “despertar” adeptos a esta perspectiva econômica. Tudo isso no intuito de se “legitimar” o pretenso “sucesso” da EdC, mediante experiências “bem sucedidas”, que foram relatadas por diversos empresários que se diziam pôr em prática

⁹⁸ Ver citação 40.

⁹⁹ Ver citações 42; 44; 45.

¹⁰⁰ Ver nota 51.

os fundamentos da EdC. Mesmo assim, sobressaiu também a preocupação de empresários como John Mundell¹⁰¹ ao questionar a própria vivência em relação aos princípios da EdC, em âmbito pessoal, familiar e empresarial.

Daí desponta, mais uma vez, a problemática em relação à possibilidade de se pôr em prática, de fato, os princípios da EdC junto à dinâmica de mercado.

Mais uma vez recorremos ao subsídio estudado na terceira videoconferência¹⁰², no qual Bruni chama a atenção para a notoriedade da EdC, que está “crescendo” no “hoje” da história, em meio às crises e esperanças da atualidade.

Neste intuito, Araújo¹⁰³, recorrendo ao ponto de vista sociológico e cristão (mediante os relatos bíblicos), defende a ideia de que é possível vivenciar os princípios da EdC na sociedade porque o próprio termo “comunhão” já indica “relacionalidade”, que é uma característica e necessidade inerentes ao ser humano.

Diante dessas considerações e pressupondo a perspectiva da dádiva, no terceiro e quarto capítulos, partimos para a pesquisa de campo realizada junto à Dalla Strada, ligada à EdC e se reconhecendo como praticante dos princípios e da filosofia da “comunhão”. Aqui, nosso esforço foi de investigar e analisar até que ponto os princípios defendidos por este plano econômico coexistem diante da dinâmica de mercado capitalista, sem que seja por ele cooptado.

Munidos, então, da fundamentação de Mauss (1974, p 163) ao defender que nem tudo está classificado em termos de compra e venda, pois as coisas ainda carregam em si um valor sentimental, ou ainda da visão de Martins (2006, p 105) quando reforça essa ideia a ponto de condicionar o bom funcionamento da sociedade, inclusive do mercado, ao exercício da dádiva, é que realizamos tal empreitada.

Em relação à Dalla Strada, mais precisamente ao empreendimento de Igarassu, inicialmente, poderíamos dizer que a “porta de entrada” pela qual adentramos neste universo sociológico foi a “hora do lanche”. Presenciamos que aí se constituía um espaço de convivência, de reflexões e de partilha de experiências de vida entre os que estavam presentes na empresa. Diante disso, um detalhe chamou-nos a atenção: parecia haver empenho dos jovens funcionários em prol da realização daquele momento. De

¹⁰¹ Ver citação 68.

¹⁰² Ver nota 51

¹⁰³ Ver citação 25.

fato, esses jovens traziam alimentos para serem dispostos numa mesa, arrumada previamente por um dos funcionários, para serem partilhados.

Nesta situação, parece ser contemplado um dos objetivos da EdC em relação aos empreendimentos: o de propiciar momentos de encontro e de “comunhão” entre todos os que constituem as empresas (LUBICH, 2004, p 33). Mediante o ponto de vista da dádiva (MAUSS, 1974 p 148-150; 154), pensamos ser oportuno fazer referência à “dádiva dos alimentos”, cuja razão de ser dos alimentos consiste na sua partilha, estabelecendo-se, a partir disso, vínculos nas relações entre os envolvidos nesta dinâmica.

Ainda no que se refere às relações evidenciadas na Dalla Strada, referindo-nos ao empreendimento de São Paulo, merecem destaque os “momentos de convivência”, para onde os funcionários pareciam concorrer, demonstrando motivação. No decorrer dos dias da pesquisa, percebemos que a experiência vivenciada por cada um deles convergia para este espaço maior de convivência, de onde saiam possíveis “soluções” para os impasses enfrentados no cotidiano.

Esta prática parecia exercer um benefício salutar entre os funcionários. É tanto que presenciamos momentos de conversas e brincadeiras realizadas entre eles, ocorridas em alguns momentos durante o dia ou quando estávamos realizando o percurso até a empresa para o início das atividades diárias, em que eram feitas referências a questões ou assuntos tratados durante o “momento de convivência”, que é considerado também uma “ferramenta” da EdC.

Diante disso, poderíamos recuperar a perspectiva da dádiva, segundo a percepção de Caillé, quando introduz sua visão acerca da “dádiva das palavras”, sobretudo, a partir da linguagem, quando utilizada “ritualmente” no agradecimento, permitindo estabelecer relações de “aliança” e de “afinidade” entre os envolvidos:

A linguagem do agradecimento, ritualmente utilizada nesta ocasião, evoca por si só as duas dimensões paradoxalmente unidas no dom: a da graça e da gratuidade, por um lado, e, por outro, a da obrigação. (...) Como os bens preciosos nas sociedades arcaicas, a circulação da palavra permite estabelecer relações de aliança e de afinidade; aliás, seu único conteúdo será, na maior parte das vezes, permitir a circulação, mais ou menos livre, da palavra (CAILLÉ, 2002 p 99-100).

Retomando a apreciação acerca da Dalla Strada, a julgar pela sua proposta de profissionalização de jovens vindos “da rua”, buscamos analisar elementos que nos permitiram “visualizar” o “rosto” desse empreendimento dito da EdC.

Pois bem, o termo em relação à empresa que pareceu se apresentar com destaque foi a “rua”, já que se tratava da inclusão dos que vivem nas ruas. E aqui nos remetemos à origem da Dalla Strada, que teve como marco a parceria com a Casa do Menor, fundada pelo Pe. Renato Chiera, cujos adolescentes dessa instituição, “vindos da rua”, compuseram a mão-de-obra do empreendimento. No entanto, surge um problema: a parceria com a Casa do Menor foi desfeita, ocasionando “nova” configuração na estrutura da empresa. E agora? Quer dizer, então, que o propósito de serem instaurados relacionamentos na empresa que visassem à “comunhão” (LUBICH, 2004, p 26, p 33), numa perspectiva de se criar “vínculos” nas relações (MAUSS, 1974, p 56; 58) teria sido rompido?

Em relação a isso, Simmel (1983, p 122-123) pode ajudar-nos a compreender esse impasse ao admitir, para além do sentido meramente negativo atribuído ao conflito, também a sua importância no processo de interação social, quando tende a “transformar” e “reordenar” determinadas situações ou “espaços”, apresentando uma “nova” configuração. Para o autor, isso também faz parte do processo de aprendizagem.

Sem a parceria com a Casa do Menor, a Dalla Strada permanece com o seu propósito, somado ao qual outra unidade empresarial havia sido montada em São Paulo, despontando daí problemas e tensões. Em ambos os empreendimentos, verificamos fragilidades em relação às condições de trabalho, tais como: alimentação precária e a ausência de instrumentos de proteção adequados para manipulação do material utilizado na fabricação de bolsas. E aqui nos perguntamos a respeito dos princípios da EdC (LUBICH, 2004, p 26), cujos critérios a serem acolhidos pelos empresários pedem também que se tenha “atenção” ao ambiente de trabalho, mesmo que isso acarrete altos custos.

Outra situação que merece aqui ser referida, ao iniciarmos a pesquisa de campo, é que nos deparamos, em Igarassu, com um empreendimento que “não produzia”. Já havia algumas semanas que a principal matéria-prima utilizada na fabricação de bolsas estava para chegar de São Paulo. Além disso, constatamos que a via de acesso até a empresa estava bastante danificada, o que, de certa forma, dificultava a operacionalidade para a comercialização dos produtos.

Paralelamente à empresa de Igarassu, no empreendimento de São Paulo, pôde ser evidenciada, de forma mais aparente, uma tensão entre os princípios da EdC e a dinâmica capitalista. Em relação a isso, constatamos posturas bastante díspares entre os

dois sócios que frequentavam a empresa, repercutindo assim nas relações entre os funcionários. Aqui, mais uma vez, parecia que o “ideal” proposto pela EdC de se pôr no centro da empresa as pessoas e suas relações (LUBICH, 2004, p 33), e não os lucros, estava sendo cooptado pela lógica capitalista. Se bem que se pode considerar pertinente e indispensável a preocupação dos sócios em relação à sustentabilidade da empresa, desde que isso leve em consideração a problemática da mão de obra que ainda estava sendo formada e consolidada. E aqui pôde ser evidenciado um certo confronto de posturas diferenciadas entre os sócios, o que repercutia de forma negativa nas relações entre os funcionários.

Entretanto, em meio a esta dificuldade, parecia haver um esforço para se pôr em prática os princípios da EdC, através de conversas, discussões e avaliações realizadas entre os que fazem parte da Dalla Strada, incluindo também aí os funcionários. Diante deste propósito, pensamos ser possível recorrermos à perspectiva da dádiva, mediante a qual a sociedade tem a motivação de reencontrar a “célula social”:

A sociedade quer reencontrar a célula social. Ela investiga, ela cerca o indivíduo de um curioso estado de espírito em que se mesclam o sentimento dos direitos que ele tem e outros sentimentos mais puros: caridade, “serviço social”, solidariedade. Os temas da dádiva, da liberdade e da obrigação na dádiva, o da liberalidade e do interesse que existem no dar, voltam a nós, assim como reaparece um motivo dominante de há muito esquecido (MAUSS, 1979, p 167).

Eis aí, então, o que julgamos ser de fundamental importância para a socialização humana: a capacidade que temos de resistir aos desafios, mas com olhos voltados para os valores e ideais em que acreditamos e nos propomos a concretizá-los, mesmo que parcialmente. É o que nos supõe a perspectiva utópica de Mannheim (1986 p 285). Contudo, isso implica num exercício constante que leva ao aprendizado e à prática da gratuidade e da reciprocidade, sendo esta a base do “progresso” e “desenvolvimento” das sociedades:

Aí está, pois, o que encontraríamos ao cabo de tais investigações. As sociedades progrediram na medida em que elas mesmas, seus subgrupos e, enfim, seus indivíduos apreenderam a estabilizar suas relações, a dar, receber e, enfim, retribuir. Para comerciar, foi preciso primeiro saber depor as lanças. Foi então que se conseguiu trocar os bens e as pessoas, não mais apenas de clã a clã, mas de tribo a tribo e de nação a nação, e, sobretudo, de indivíduo a indivíduo. Foi somente depois que as pessoas aprenderam a criar e a satisfazer interesses mutuamente, e, enfim, a defendê-los sem ter que recorrer às armas. Foi assim que o clã, a tribo, os povos aprenderam – e é assim, que, amanhã, em nosso mundo dito civilizado, as classes e as nações, bem como os indivíduos, devem

aprender a opor-se sem massacrar-se e a dar-se sem sacrificarem-se uns aos outros. Este é um dos segredos permanentes de sua sabedoria e solidariedade (MAUSS, 1979, p183).

A Dalla Strada, portanto, estaria inserida neste exercício de aprendizado em relação aos princípios da EdC, que declara acolher e pôr em prática. Aqui valeria retomarmos a resposta de Maria, esposa de Paulo (donos da unidade empresarial de Igarassu) quando lhe perguntávamos se a empresa poderia ser considerada da EdC, ao que ela nos respondeu: *“Eu diria que a Dalla Strada mira a comunhão”*.

A partir disso, consideramos que a nossa intenção se fez no intuito de realizar a pesquisa e trazer para o leitor um momento no esforço de se constituir um empreendimento inspirado na EdC, indicando aí os desafios e os sucessos.

BIBLIOGRAFIA

A Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 1985.

ARAÚJO, Vera. Apresentação. In: COSTA, Rui. et al. 2. Ed. **Economia de Comunhão: Projeto, Reflexões e Propostas para uma Cultura da Partilha.** Vagem Grande Paulista: Cidade Nova. 1998. p. 7-8.

AUGRAS, Monique. História Oral e Subjetividade In: VON SIMSOM, Olga R. M. (org.) **Os desafios contemporâneos da História Oral.** São Paulo: Unicamp, 1997.

BERREMAN, Gerald D. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia In: BERREMAN, Gerald D. et al. **Desvendando Máscaras Sociais.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1980.

BOURDIEU, Pierre. et al. **A Profissão do Sociólogo:** Premissas Epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRITO, Paulo Afonso de. Dádiva e Democracia Participativa. In: MARTINS, Paulo Henrique; CAMPOS, Roberta Bivar C. **Polifonia do Dom.** Recife: Universitária da UFPE, 2006. p 117-137.

BRUINI, Luigino. **Comunhão e as novas palavras em economia.** Vagem Grande Paulista: Cidade Nova, 2005.

BRUNI, Luigino; ZAMAGNI, Stefano. **Economia civil:** eficiência, equidade, felicidade pública. Vagem Grande Paulista: Cidade Nova, 2010.

CAILLÉ, Alain. Dádiva e Associação. In: MARTINS, Paulo Henrique. (org). **A Dádiva entre os Modernos.** Petrópolis: Vozes, 2002. p191-205.

_____. O Dom entre Interesse e “Desinteressamento”. In: MARTINS, Paulo Henrique; CAMPOS, Roberta Bivar C. **Polifonia do Dom.** Recife: Universitária da UFPE, 2006. p 25-65.

CAMPOS, Roberta Bivar Carnero. O Outro como Fim: a caridade como mimesis do Deus. Implicações teóricas. In: MARTINS, Paulo Henrique; CAMPOS, Roberta Bivar C. **Polifonia do Dom.** Recife: Universitária da UFPE, 2006. p 141-164.

Carta Encíclica do Papa João Paulo II “Centesimus annus” (1991). Disponível no Site: http://www.vatican.va/edocs/POR0067/_P2.HTM

CLIFFORD, James. **A experiência Etnográfica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

DURKHEIM, Émile. Émile Durkheim: sociologia. In: RODRIGUES, José Albertino .Org. **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. 3 Ed. São Paulo: Ática, 1984.

_____. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Economia Solidária, outra economia acontece: Cartilha da Campanha Nacional Mobilização Social – Brasília: MTE, SENAES, FBES: 2007.

ELIAS, Norbert. **Envolvimento e Alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ENGELS, Friedrich. **Sobre la história del cristianismo primitivo**. In: Assmann, H. & Mate, R. org. Salamanca: Sígueme, 1974.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUSS, H. L & RABINOW, P. **Michel Foucault – uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GEERTZ, Clifford. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1978.

GODBOUT, Jacques. Homo Donator Versus Homo Oeconomicus. In: MARTINS, Paulo Henrique (org.): **A Dádiva entre os Modernos**. Petrópolis, Vozes: 2002. p 63-97.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975.

HAESLER, Aldo. A Demonstração pela dádiva – Abordagens filosóficas e sociológicas. In: MARTINS, Paulo Henrique (org.): **A Dádiva entre os Modernos**. Petrópolis, Vozes: 2002. p 137-159.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa das origens das mudanças culturais**. São Paulo: Loyola, 1992.

LAPLANTINE, François. **A Descrição Etnográfica**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

LESBAUPIN, Ivo. Marxismo e Religião. In: TEIXEIRA, Faustino (org.) **Sociologia da Religião: enfoques teóricos**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 13-34.

LUBICH, Chiara. **Economia de Comunhão: História e Profecia**. Vagem Grande Paulista: Cidade Nova, 2004.

LUXEMBURGO, Rosa. **Iglesia y socialismo**. In: ASSMAN, H. & MATE, R. orgs. Sobre la religion II. Salamanca: Sígueme, 1975.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonautas do Pacífico Sul**: Um Relato do Empreendimento e da Aventura dos Nativos nos Arquipélagos da Nova Guiné. 3 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

- MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- MARTINS, Paulo Henrique. A Sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação. In: MARTINS, Paulo Henrique; CAMPOS, Roberta Bivar C. **Polifonia do Dom**. Recife: Universitária da UFPE, 2006. p 89-116.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Publicado pelo Instituto José Luis e Rosa Sundernann, 2003.
- MARX, Karl. O Capital: **Crítica da Economia Política**. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- _____. Crítica da Filosofia e do direito de Hegel. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MASS, Marcel (1872-1950). **Sociologia e Antropologia, com uma introdução à obra de Marcel Mauss, de Claude Lévi-Strauss**. São Paulo: EPU, 1974.
- MATA, Roberto da. O Ofício de Etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira. org. **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 23-35.
- MORGAN, Lewis Henry. **Evolucionismo Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- NICOLAS, Guy. O Dom Ritual, face velada da modernidade. In: MARTINS, Paulo Henrique. org. **A Dádiva entre os Modernos**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 33-61.
- PINHEIRO, Márcia Baraúna. Economia de Comunhão: uma experiência peculiar de economia solidária. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. org. **A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego**. 2 Ed. São Paulo: Contexto, 2003. p 333-35.
- QUINTELA, Sandra; ARRUDA, Marcos. Economia a partir do coração. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. org. **A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego**. 2 Ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 317-332.
- Relatório da Economia de Comunhão 2009 – 2010**. Cf. Site: <http://www.edc-online.org/br/quem-somos/partilha-dos-lucros/1312-rapporto-edc-2009-2010.html?font-size=larger>
- ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, Cesar. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. org. **Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p 23-77.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 2 ed. São Paulo, Cortez, 2006.

SILVA, Magnólia Gibson Cabral da. Utopias para o III milênio. In: ANDRADE, Maristela Oliveira de. org. **Milenarismos e Utopias**. João Pessoa: Manufatura, 2003. p 81-96.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. In: FILHO, Evaristo de Moraes. São Paulo: Ática, 1983.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. org. **A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego**. 2 Ed. São Paulo: Contexto, 2003. p 11-28.

TAROT, Camille. Pistas para uma história do nascimento da graça. In: MARTINS, Paulo Henrique. org. **A Dádiva entre os Modernos**. Petrópolis: Vozes: 2002. p. 161-189.

VAN VELSEN, J. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. org. **A antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. org. **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

II Conferência Nacional de Economia Solidária (Documento Base Nacional Sistematizado). **Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável**. Junho de 2010.

WEBER, Marx. **Economia e Sociedade**. 3. Ed. Brasília: UNB, 1994. Vol. II.

ANEXOS

LINHAS PARA SE CONDUZIR UMA EMPRESA DA EdC¹⁰⁴

Preliminarmente, é importante compreendermos uma idéia fundamental na Economia de Comunhão: Chiara Lubich, fundadora do projeto sempre frisou que para que haja uma nova economia é necessário homens novos.

Quando refletimos e discutimos sobre os princípios que devem reger uma empresa de Economia de Comunhão, devemos ter claro que o empresário de EdC deve ser, antes de tudo, um homem novo. Ele deve encarnar a Economia de Comunhão a cada momento de sua vida. Ele não se torna empresário de EdC quando chega na empresa. Sua experiência de EdC começa em seu ambiente familiar, de convívio social e comunitário.

Devemos ter claro na nossa mente que a Economia de Comunhão não é apenas um novo modo e agir na economia, mas contém uma proposta cultural muito mais ampla, que é a cultura da partilha, da fraternidade. O que significa isso?

Viver pela Economia de comunhão é vivenciar a cultura do compartilhar e da fraternidade em todos os momentos de nosso dia. Quando nos levantamos pela manhã, no nosso modo de agir com os primeiros que encontramos, na forma que os conduzimos ao trabalho, reconhecendo em cada pessoa que encontramos um irmão, ou ouro eu. Para transformar a economia é necessário transformar primeiramente as pessoas, seus hábitos e sua cultura. Por isso Chiara diz que não há Economia de Comunhão sem homens novos.

É importante recordamos, ainda que de forma breve, qual é a cultura dominante na atualidade, aquela emanada do sistema capitalista. Não é nosso objetivo entrar em discussões sobre sistema capitalista, comunista ou qualquer outra proposta de superação de tais modelos. Queremos apenas acenar que se mudarmos a cultura que sustenta o sistema econômico vigente, podemos realizar grandes transformações sociais. Porque podemos dizer isso?

O homem na cultura capitalista é aquele capaz de consumir e produzir. Logo, somos valorados por aquilo que temos e somos capazes de adquirir, não pelo que somos. Isso explica o porque na nossa sociedade as pessoas são valorizadas pelo carro que possuem, pelo local onde moram e pela função que ocupam hierarquicamente, em uma empresa, pelas roupas que usam, pelos lugares que frequentam. Tendemos, sem perceber, a conferir pouco valor a determinadas profissões, funções, e por conseguinte, a determinadas pessoas. Ou mesmo, podemos cair em uma visão simplista de demonizar os que possuem a santificar os necessitados.

Na cultura da partilha, o homem é aquele que doa e sabe se doar. Ele é valorizado por aquilo que é capaz de doar, de colocar em circulação dentro dos ambientes em que vive. Ele é valorizado por aquilo que é por ser pessoa em sua plenitude. Logo, não é importante ter ou não ter. É importante doar! Seja sua

¹⁰⁴ Documento elaborado pelos participantes do Bureau Internacional de Economia de Trabalho realizado em Roma, Itália, no dia 21/03/1997. Texto enviado aos participantes das videoconferências através de email pessoal, via correio eletrônico. Informações a este respeito através do email: centrofiladelfia@terra.com.br

necessidade ou sejam seus bens. O que adquire papel fundamental é a vida de comunhão que se estabelece entre todos.

Por isso dizemos que a Economia de Comunhão é feita para todos e possui em seu interior grande capacidade de revolução social, sem armas! Impõe que mudemos nossa própria mentalidade.

Pouco importa o que temos ou o que podemos ter, pouco importa se nada temos. Importa apenas que podemos viver a comunhão dos bens, tanto dentro de uma empresa, como fora dela.

O empresário de EdC faz comunhão de lucros, porque vive a cultura da partilha em todos os aspectos de sua vida, não só no econômico. A comunhão dos lucros é reflexo de uma vida de comunhão. Nunca demovemos nos esquecer disso. Dividir lucros somente é papel dos filantropos e assistencialistas e não tem se demonstrado um caminho eficiente para erradicar a pobreza.

A partir dessas premissas, será mais simples percebermos juntos como se dá a implantação, a concretização no cotidiano das empresas, dessas “linhas de condução de uma empresa de EdC”.

O pano de fundo, o fundamento de tudo, deve ser a encarnação de a cultura da partilha pelo próprio empresário, que deve trabalhar para criar em sua empresa, estruturas que reflitam essa nova cultura. Mas antes de qualquer coisa, ela deve ser cultura, deve fazer parte do ser do empresário, do seu dia a dia, para ser também encarnado pelos seus funcionários os quais, vivendo dessa forma na empresa, começam a viver assim, em todos os demais ambientes. A partir disso, será lógico criar estruturas na empresa que reflitam essa nova forma de agir economicamente. Iniciemos com o primeiro ponto.

1 – Empresários, trabalhadores e empresa:

a) Formular estratégias, objetivo e planos econômicos considerando os critérios típicos de uma correta gestão.

Aprofundamento: A vivência da cultura da partilha no dia a dia da empresa exige que o empresário adote posturas rígidas no que diz respeito ao comportamento ético com seus colaboradores, concorrentes, clientes, fornecedores e pares estatais. Deve compreender que cada pessoa que se relaciona é um irmão, igual a si mesmo.

Reconhecer o outro como irmão impõe que não instrumentalizemos pessoas e relacionamentos. Cada momento da vida na empresa é uma oportunidade de construir relacionamentos verdadeiros, mesmo que seja enquanto se fecha um grande negócio ou uma grande contratação. Se deve ter em mente o que se precisa lucrar, o quanto se faz necessário “enxugar” de despesa em cada contrato e se deve perseguir tais objetivos para que a empresa seja sustentável. Porém, o como se faz isso é o segredo.

Devo enxergar nesse outro um irmão, uma pessoa que merece ser respeitada e considerada em sua integral dignidade. Isso certamente poderá mudar radicalmente os rumos de um negócio, mas certamente o fará para o melhor.

Essa nova forma de viver os relacionamentos econômicos deverá se refletir no estabelecimento dos objetivos e das estratégias empresariais, as quais devem ser pautadas no máximo respeito à dignidade humana. Isso é uma norma jurídica, prevista na Constituição Federal do Brasil, nossa maior Lei.

Portanto, os objetivos estabelecidos devem ser aqueles possíveis e as estratégias, transparentes. As técnicas de manipulação nos negócios devem doar espaço às técnicas de construção de relacionamentos autênticos, sem abrir mão do máximo

profissionalismo e eficiência. As pesquisas mostram que essa é a maior vantagem competitiva da Economia de Comunhão.

b) Investir com prudência e particular atenção na criação de novas atividades geradoras de emprego.

Aprofundamento: As experiências dos empresários de EdC têm demonstrado nesses anos muitos fatos no seguinte sentido: quando é necessário automatizar, obrigatoriamente, algum posto de trabalho, procura-se fazer um estudo de uma nova função que pode ser criada para absorver essa força de trabalho. Trata-se de cumprir com uma norma jurídica prevista na Constituição Federal, no artigo 170: a garantia do pleno emprego. As decisões devem ser estudadas, de forma profissional e responsável, contudo, deve-se perseguir com eficiência esse objetivo. Nesses 19 anos de EdC, tal princípio não se demonstrou como um fato que acarreta prejuízo aos empresários que assim agiram. Pelo contrário, experimentam grande realização por terem sido fiéis a sua vocação de empreendedores da comunhão, colhendo muito bons frutos.

Outro aspecto: quando é notado na comunidade em que a empresa está inserida a necessidade de se absorver determinada oferta de trabalho abundante, que se encontra ociosa, devem se realizar estudos no sentido de se identificar de que forma a empresa pode contribuir para acolher essa força de trabalho. Muitas experiências de empresários de EdC nesse sentido comprovam que tal iniciativa tem êxito e é devidamente recompensada financeiramente.

c) Lembrar que, no centro da empresa está a pessoa humana e não o capital.

Aprofundamento: As pesquisas e as experiências das empresas de EdC têm comprovado que colocar a pessoa no centro da atividade econômica acaba por maximizar os resultados positivos das empresas, ao contrário do que querem fazer crer os discursos que pregam que a preocupação com aspectos que não a maximização dos lucros desviam a empresa do rumo do crescimento.

Uma correta gestão de recursos humanos, focalizada no real bem estar do funcionário, sem confundir o espaço da empresa com o espaço pessoal – é necessária essa distinção. O fato de um funcionário encontrar na empresa sua segunda “casa” não significa que ali deve ser subestimado os aspectos profissionais, de produtividade e eficiência.

O como realizar a gestão desses elementos é o grande segredo da Economia de Comunhão. Deve-se fazer essa gestão pensando no bem estar global dos colaboradores, não os instrumentalizando e não instrumentalizando os benefícios da empresa. Nas empresas da EdC todas as realizações devem ser pautadas no princípio da gratuidade. Os benefícios concedidos pela empresa devem ser um fim em si mesmo, não devem ser concedidos pensando em retorno dos funcionários.

O que se tem constatado? Que os retornos são muito mais significativos, pois os colaboradores assim tratados se sentem valorizados e respeitados e acabam assumindo suas funções como objeto próprio, não como uma obrigação imposta pelo superior. Sentem-se construtores da empresa.

d) Utilizar o talento dos funcionários do melhor modo possível, favorecendo a criatividade, a responsabilidade e a participação nas decisões.

Aprofundamento: Enxergando cada colaborador em sua totalidade, em sua integral dimensão e dignidade, será decorrência lógica uma postura no sentido de valorizar suas capacidades e criatividade, contribuindo para o seu crescimento pessoal e profissional.

Nas empresas de EdC é bastante necessário que a autoridade se baseie em uma relação horizontal de profundo respeito humano e em momento algum se torne dominação. Mesmo em momentos de crise e dificuldade é necessário deixar espaço para que todos se manifestem de forma clara. Se o empresário valoriza essa postura de abertura, deve criar mecanismos e estruturas para que esses funcionários possam manifestar suas exigências e críticas, evitando assim, que se criem e proliferem redes de fofocas e fragilização da equipe. A cultura da comunhão jamais deve ser imposta, para que seja verdadeiramente cultura, é necessário que se torne vida. Para isso, é necessário e sagrado que todos possam contribuir, tanto com críticas, quanto com sugestões.

e) Adotar medidas para ajudar os funcionários que passam dificuldades.

Aprofundamento: A gestão de recursos humanos das empresas devem considerar cada colaborador em sua integralidade, isso significa ter ciência dos seus problemas e limitações. A empresa deve procurar criar subsídios e ajudas a casos de necessidades agudas, mas deve fazê-lo sempre de forma organizada e profissional. Porque isso? Porque não se deve criar uma rede de assistencialismo e se fazer confusão entre o espaço de trabalho e o espaço de vida íntima. Devemos considerar o ser humano em sua única dimensão, mas não devemos fazer confusão entre os espaços de vida. No trabalho, tenho que trabalhar. O importante é que o funcionário se sinta respeitado e compreendido em suas realidades. Assim, cada empresário deve detectar quais necessidades mais urgentes de seus colaboradores e estudar formas de poder fornecer subsídios e benefícios que supram tais demandas, procurando, na medida do possível, investir com afinco nessas questões. Trata-se de gerar bem estar material real às pessoas que constituem a comunidade da empresa. É uma despesa primordial.

f) Administrar a empresa com a finalidade de produzir lucros.

Aprofundamento: As empresas de Economia de Comunhão, justamente porque buscam viver na ética, na legalidade e na vida de comunhão, devem ser extremamente eficientes. O empresário da Economia de Comunhão tem como finalidade produzir lucro e deve tomar todas as decisões empresariais pensando na sustentabilidade de seu negócio. O que muda é o fundamento de suas ações e estratégias, é o modo como se conduz e decide. Deve investir “pesado” no aprimoramento de suas estruturas e ferramentas de gestão, para que possa gerar lucros legítimos e dignos. A empresa não deve se tornar uma instituição de caridade ou filantropia. Viver a economia com eficiência e competitividade não impõe que não se viva nela os valores humanos mais genuínos. A Economia de Comunhão tem também como um de seus objetivos sanar a rachadura que se operou entre vida econômica e vida civil, mas preservando todas as características que uma empresa deve ter.

Uma nota final: Não podemos deixar de falar da Providência Divina. Na Economia de Comunhão, ela é essencial. Devemos sempre confiar que ela sempre estará por trás de todas as situações. Muitos empresários atribuem a ela o nome de sócia invisível. Porém não podemos esquecer-nos de um detalhe: a EdC é feita para todos, não só para cristãos ou crentes. Chiara Lubich frisou que ela foi feita para o mundo. Como então, entra a Providência nesse espaço? Luigino Bruni, um dos principais teóricos da EdC no mundo, diz que a Providência não é inédita na história do pensamento social e econômico. Muitos foram os teóricos, como Vico, Galiani, Smith que evocaram a mão da providência para explicar certos mecanismos de mercado. Indo em profundidade, encontramos a idéia de Providência em muitas culturas, independentemente de haver

referência direta a uma religião. Com isso quer-se exprimir a idéia de que, no final, o justo vence o injusto, de que o bem é mais forte do que o mal, porque, somente o bem é “radical” (toca as raízes da vida); o mal não.

Bureau Internacional de Economia de Trabalho
Roma, Itália, 21/03/1997 ([maiores informações: centrofiladelfia@terra.com.br](mailto:centrofiladelfia@terra.com.br))